

Projeto Paraná
12meses

**AVALIAÇÃO FINAL DE
IMPACTO SOCIOECONÔMICO
DA ATIVIDADE COMUNIDADES
RURAIS POBRES**

2006

AVALIAÇÃO FINAL DE IMPACTO
SOCIOECONÔMICO DA ATIVIDADE
COMUNIDADES RURAIS POBRES

Projeto Paraná 12 Meses
Componente Desenvolvimento da Área Social
Subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural

CURITIBA
SETEMBRO 2006

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Roberto Requião - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

Newton Pohl Ribas - *Secretário*

UNIDADE GESTORA DO PROJETO PARANÁ 12 MESES

Celso Luiz Fernandes - *Gerente Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Nestor Celso Imthon Bueno - *Secretário*

Allan Marcelo de Campos Costa - *Diretor Geral*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

José Moraes Neto - *Diretor-Presidente*

Nei Celso Fatuch - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora do Centro de Pesquisa*

Sachiko Araki Lira - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

Thais Kornin - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

EQUIPE TÉCNICA

Avaliação Final de Impacto Global do Projeto Paraná 12 Meses

Sérgio Wirbiski - *Coordenação Geral*

Elaboração do Relatório

Valéria Villa Verde - *Coordenação*

Lenita Maria Marques

Louise Ronconi de Nazareno

Estagiária: Luana Libório Geraldo (acadêmica de Ciências Sociais)

Colaboração

Angelita Bazotti; Joaquim Carlos Thomas (Emater); Júlio T. Suzuki; Marisa Valle Magalhães; Paulo Roberto Delgado

Programação e Sistematização do Banco de Dados

Deborah Ribeiro Carvalho; Francisco Araújo; Francisco Carlos Sippel; Maria José Navarro Alves; Estagiária:

Rosalinda S. Corrêa (acadêmica de Informática)

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti (coordenação); Estelita Sandra de Matias (revisão); Ana Batista Martins e Ana Rita Barzick Nogueira (editoração eletrônica); Stella Maris Gazziero (tratamento de imagens); Luiza Pilati M. Lourenço (normalização bibliográfica); Lucrécia Zaninelli Rocha (digitalização de informações)

I59a Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Avaliação final de impacto socioeconômico da atividade comunidades
rurais pobres / Instituto Paranaense de Desenvolvimento
Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES, 2006.
138 p.

Projeto Paraná 12 Meses/Componente Desenvolvimento da Área
Social/Subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural.

1.Paraná 12 Meses. 2.Pobreza rural 3.Situação social. 4.População rural.
5.Paraná. I.Título.

CDU 316.344.23:63(816.2)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	xi
INTRODUÇÃO	1
1 METODOLOGIA	3
1.1 OS PROCEDIMENTOS	5
1.2 MEDINDO RESULTADOS.....	7
1.3 SOBRE O PÚBLICO: A PESQUISA DE 2000 E A PESQUISA DE 2005	9
1.4 SOBRE OS AUSENTES.....	9
2 O CONTEXTO RURAL PARANAENSE ONDE SE INSERE O PROJETO	
PARANÁ 12 MESES	13
2.1 AGROPECUÁRIA PARANAENSE: RESULTADOS SOCIAIS E ECONÔMICOS.....	13
2.2 A POPULAÇÃO RURAL	18
2.3 O DOMICÍLIO RURAL E O RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO	24
2.4 OCUPAÇÃO E RENDA	26
2.5 POLÍTICAS SOCIAIS	30
3 ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES: DADOS COMPARATIVOS	
DE 2000 E 2005	36
3.1 A FAMÍLIA	37
3.1.1 As Mudanças Ocorridas na Família	41
3.1.2 Perfil do Responsável das Famílias Pesquisadas	42
3.1.3 Escolaridade	43
3.1.4 Saúde.....	45
3.1.5 Participação Associativa	49
3.1.6 Políticas Públicas.....	50
3.2 Os Domicílios.....	52
3.3 O ESTABELECIMENTO E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO.....	58
3.3.1 Apoios de Fomento do Projeto Paraná 12 Meses.....	64
3.3.2 Outros Apoios e Crédito.....	66
3.3.3 Ocupação da População Pesquisada	69
3.3.4 Renda	73
3.3.5 Atividade Comunitária.....	79
4 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	83
4.1 INDICADORES PARCIAIS	83
4.2 INDICADOR DE INIQUIDADE SOCIAL.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	91

GLOSSÁRIO	96
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE 1 - INDICADORES E FÓRMULAS.....	100
APÊNDICE 2 - TABELAS E GRÁFICOS	103
ANEXO 1 - ORGANOGRAMA DO PROJETO PARANÁ 12 MESES	134
ANEXO 2 - SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO DE PROJETOS (SAFF).....	136

LISTA DE TABELAS

1.1	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS/FAMÍLIAS SEGUNDO A CONDIÇÃO DA ENTREVISTA - PARANÁ - 2005.....	9
1.2	ESTABELECIMENTOS NÃO PESQUISADOS EM 2005, SEGUNDO O RECEBIMENTO DE APOIO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES E CONDIÇÃO DE POSSE EM 2000 - PARANÁ	10
1.3	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NÃO PESQUISADOS, SEGUNDO O TIPO DE APOIO RECEBIDO E DECLARADO NA PESQUISA DE 2000 - PARANÁ.....	11
2.1	PARTICIPAÇÃO DA AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ - 1990-2003	13
2.2	PARTICIPAÇÃO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA - PARANÁ - 2000-2004.....	15
2.3	PRODUÇÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - 2000-2005	15
2.4	ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS - PARANÁ - 2000-2005.....	16
2.5	PARTICIPAÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES NO MEIO RURAL NO TOTAL DE DOMICÍLIOS, SEGUNDO FAIXAS DE RENDIMENTO MENSAL - PARANÁ - 2001-2004.....	17
2.6	PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO FAIXAS DE RENDIMENTO MENSAL - PARANÁ - 2001-2004.....	18
2.7	POPULAÇÃO TOTAL E POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, NO BRASIL, REGIÃO SUL E PARANÁ - 1999, 2001 E 2004	19
2.8	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO, TOTAL E POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - BRASIL, REGIÃO SUL E PARANÁ - 1999 E 2004	19
2.9	MUNICÍPIOS QUE TINHAM COMUNIDADES COM FAMÍLIAS PESQUISADAS COM POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 20.000 HABITANTES E/OU COM DENSIDADE DEMOGRÁFICA MENOR QUE 80 HABITANTES POR QUILOMETRO QUADRADO - PARANÁ - 2000-2005	20
2.10	GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E ÍNDICE DE IDOSOS, SEGUNDO A POPULAÇÃO TOTAL E RURAL DA PNAD 1999 E 2004 E DA POPULAÇÃO TOTAL PESQUISADA 2000 E 2005 - PARANÁ.....	23
2.11	DOMICÍLIOS RURAIS ADEQUADOS, SEGUNDO O ACESSO A BENS E SERVIÇOS - PARANÁ - 1999 E 2004.....	25
2.12	DOMICÍLIOS ADEQUADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS RURAIS - PARANÁ - 1999 E 2004	25
2.13	RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO RURAL, SEGUNDO SEXO - PARANÁ - 1999 E 2004.....	26
2.14	POPULAÇÃO RURAL OCUPADA, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 1999 E 2004.....	27

2.15	POPULAÇÃO RURAL OCUPADA, SEGUNDO NÚMERO DE ANOS DE ESTUDO - PARANÁ - 1999 E 2004.....	28
2.16	POPULAÇÃO RURAL COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE, SEGUNDO CLASSE DE RENDA NO TRABALHO PRINCIPAL E EM TODOS OS RENDIMENTOS - PARANÁ - 1999 E 2004	28
2.17	POPULAÇÃO RURAL TOTAL COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE E POPULAÇÃO APOSENTADA E/OU PENSIONISTA - PARANÁ - 1999-2004.....	29
2.18	POPULAÇÃO RURAL OCUPADA, SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE - PARANÁ - 1999 E 2004.....	29
2.19	MUNICÍPIOS ONDE HAVIA FAMÍLIAS PESQUISADAS PARA AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES E QUE POSSUÍAM PESSOAS CADASTRADAS EM PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS, SEGUNDO OS PROGRAMAS NACIONAIS E DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA SELECIONADOS - PARANÁ - 2000 E 2005.....	31
2.20	TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES E COM AGRICULTORES CADASTRADOS NO PROGRAMA NACIONAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF), EM SÉRIE HISTÓRICA, SEGUNDO ANOS DA PESQUISA - PARANÁ - 2000-2005	33
3.1	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ACESSO ÀS AÇÕES DA ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES - PARANÁ - 2000 E 2005.....	36
3.2	TAMANHO MÉDIO DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS NAS COMUNIDADES RURAIS POBRES, EM 2000 E 2005; DAS FAMÍLIAS RURAIS, SEGUNDO A PNAD 1999 E 2004; E DAS FAMÍLIAS POBRES, SEGUNDO O CENSO DEMOGRÁFICO 2000 - PARANÁ	38
3.3	TOTAL DE PESSOAS PERTENCENTES ÀS FAMÍLIAS PESQUISADAS E RAZÃO DE SEXO, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 2000 E 2005	39
3.4	TOTAL DE PESSOAS PERTENCENTES ÀS FAMÍLIAS PESQUISADAS, SEGUNDO SEXO E RELAÇÃO DE PARENTESCO - PARANÁ - 2000 E 2005	40
3.5	FAMÍLIAS PESQUISADAS, SEGUNDO A PRESENÇA DE FILHOS E GRANDES GRUPOS ETÁRIOS - PARANÁ - 2000 E 2005.....	40
3.6	PESSOAS QUE SAÍRAM DA FAMÍLIA APÓS A PESQUISA DE 2000, SEGUNDO A RELAÇÃO DE PARENTESCO - PARANÁ - 2005	41
3.7	INDIVÍDUOS QUE INGRESSARAM NA FAMÍLIA PESQUISADA DEPOIS DE 2000, SEGUNDO SEXO, IDADE MÉDIA E MEDIANA E RELAÇÃO DE PARENTESCO - PARANÁ - 2005.....	41
3.8	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA IDADE DOS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO PESQUISADO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	42
3.9	RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO PESQUISADO, SEGUNDO SEXO E ANOS DE ESTUDO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	43
3.10	TOTAL DE PESSOAS PESQUISADAS, SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	44

3.11	DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS PERTENCENTES ÀS FAMÍLIAS PESQUISADAS, SEGUNDO CONDIÇÃO DO VÍNCULO ESCOLAR E FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 2000 E 2005.....	45
3.12	TOTAL DE DOMICÍLIOS E DE PESSOAS COM SINTOMAS DE DIARRÉIA, VERMINOSES E DOENÇAS DE PELE - PARANÁ - 2000 E 2005.....	46
3.13	PESSOAS QUE APRESENTARAM SINTOMAS DE DIARRÉIA, SEGUNDO TIPO DE INFRA-ESTRUTURA, APOIADA OU NÃO PELA ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES, E CONDIÇÃO DE ADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS - PARANÁ - 2000 E 2005.....	48
3.14	PESSOAS QUE APRESENTARAM SINTOMAS DE VERMINOSE, SEGUNDO TIPO DE INFRA-ESTRUTURA, APOIADA OU NÃO PELA ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES, E CONDIÇÃO DE ADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS - PARANÁ - 2000 E 2005.....	48
3.15	PESSOAS QUE APRESENTARAM SINTOMAS DE DOENÇA DE PELE, SEGUNDO TIPO DE INFRA-ESTRUTURA, APOIADA OU NÃO PELA ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES, E CONDIÇÃO DE ADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS - PARANÁ - 2000 E 2005.....	48
3.16	TOTAL DE DOMICÍLIOS CUJOS MORADORES PROCURARAM SERVIÇOS DE SAÚDE, SEGUNDO A NATUREZA DO ATENDIMENTO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	49
3.17	DOMICÍLIOS PESQUISADOS COM PELO MENOS UM MEMBRO PARTICIPANTE EM ALGUM TIPO DE ASSOCIAÇÃO, SEGUNDO FORMALIDADE DA ASSOCIAÇÃO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	50
3.18	FAMÍLIAS PESQUISADAS QUE ACESSARAM PROJETOS E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, SEGUNDO A QUANTIDADE DE ACESSO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	51
3.19	DOMICÍLIOS PESQUISADOS E QUE RECEBERAM APOIO, SEGUNDO SITUAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA OBRA, E O TIPO DE APOIO RECEBIDO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	53
3.20	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DAS ÁREAS DAS MORADIAS DOS PRODUTORES PESQUISADOS QUE RECEBERAM APOIO E TERMINARAM A OBRA - PARANÁ - 2000-2005.....	54
3.21	DOMICÍLIOS PESQUISADOS SEGUNDO A EXISTÊNCIA DE ÁGUA CANALIZADA E SUA LOCALIZAÇÃO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	54
3.22	DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DA FONTE DA ÁGUA - PARANÁ - 2000 E 2005.....	55
3.23	DOMICÍLIOS PESQUISADOS APOIADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO O TIPO DE CÔMODO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	55
3.24	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO A EXISTÊNCIA DE OUTRAS MORADIAS E ANO DA PESQUISA - PARANÁ - 2000 E 2005.....	56
3.25	DOMICÍLIOS PESQUISADOS E QUE ESTAVAM NA CONDIÇÃO DE ADEQUADOS, SEGUNDO O ACESSO A BENS E SERVIÇOS QUE DEFINEM O PATRIMÔNIO MATERIAL - PARANÁ - 2000 E 2005.....	57

3.26	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO CONDIÇÃO DE POSSE E ESTRATOS DE ÁREA - PARANÁ - 2000 E 2005.....	60
3.27	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS APOIADOS OU NÃO PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO ESTRATO DE ÁREA - PARANÁ - 2000 E 2005.....	60
3.28	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS CUJOS RESPONSÁVEIS ERAM PROPRIETÁRIOS, SEGUNDO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PARANÁ - 2000 E 2005.....	61
3.29	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE PRODUTIVA - PARANÁ - 2000 E 2005.....	62
3.30	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ESTABELECIMENTO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	63
3.31	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS QUE RECEBERAM FOMENTO E NÚMERO MÉDIO E MEDIANO DE FOMENTO RECEBIDOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES - PARANÁ - 2000 E 2005.....	64
3.32	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO O ACESSO A OUTROS APOIOS APÓS MARÇO DE 2000 - PARANÁ - 2005.....	66
3.33	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS QUE OBTIVERAM OUTROS APOIOS, SEGUNDO A DECLARAÇÃO DA FINALIDADE - PARANÁ - 2005.....	66
3.34	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO O PRINCIPAL MOTIVO POR NÃO PROCURAR OUTROS APOIOS - PARANÁ - 2005.....	67
3.35	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO O ACESSO A CRÉDITO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	67
3.36	NÚMERO DE DECLARAÇÕES DE CRÉDITOS OBTIDOS EM 2000, SEGUNDO FINALIDADE E ÓRGÃO FINANCIADOR - PARANÁ.....	68
3.37	NÚMERO DE DECLARAÇÕES DE CRÉDITOS OBTIDOS, EM 2005, TOTAL E POR FINALIDADE, SEGUNDO ÓRGÃO FINANCIADOR - PARANÁ.....	68
3.38	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO VALOR DO CRÉDITO ADQUIRIDO PELOS ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS - PARANÁ - 2000 E 2005.....	69
3.39	POPULAÇÃO COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE, SEGUNDO SEXO, E POPULAÇÃO TOTAL PESQUISADA - PARANÁ - 2000 E 2005.....	69
3.40	POPULAÇÃO COM 10 ANOS DE IDADE E MAIS, SEGUNDO O LOCAL DA OCUPAÇÃO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	70
3.41	FAMÍLIAS PESQUISADAS COM PELO MENOS UMA PESSOA OCUPADA FORA DO ESTABELECIMENTO E TOTAL DE PESSOAS COM OCUPAÇÃO FORA DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO A POSIÇÃO NO DOMICÍLIO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	71
3.42	PESSOAS COM OCUPAÇÃO FORA DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E TIPO DE OCUPAÇÃO - PARANÁ - 2000.....	72
3.43	PESSOAS COM OCUPAÇÃO FORA DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E TIPO DE OCUPAÇÃO - PARANÁ - 2005.....	72

3.44	PESSOAS OCUPADAS FORA DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO OS NÚMEROS DE MESES TRABALHADOS - PARANÁ - 2000 E 2005	73
3.45	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO A FONTE DE RENDA - PARANÁ - 2000 E 2005.....	74
3.46	COMPOSIÇÃO DA RENDA, SEGUNDO A ORIGEM - PARANÁ - 2000 E 2005.....	74
3.47	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO A FINALIDADE DA PRODUÇÃO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	75
3.48	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA RECEITA LÍQUIDA OBTIDA COM A PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	75
3.49	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA RENDA MENSAL DO TRABALHO FORA DO ESTABELECIMENTO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	76
3.50	RENDA MENSAL MÉDIA E MEDIANA OBTIDA POR MEIO DA SEGURIDADE SOCIAL, SEGUNDO O TIPO DE BENEFÍCIO - PARANÁ - 2000 E 2005.....	78
3.51	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO ESTRATO DE RENDA MENSAL <i>PER CAPITA</i> - PARANÁ - 2000 E 2005.....	78
3.52	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS PARTICIPANTES EM ATIVIDADE COMUNITÁRIA, SEGUNDO ORIGEM DO APOIO RECEBIDO PARA PROJETOS COMUNITÁRIOS - PARANÁ - 2005.....	79
3.53	DOMICÍLIOS PESQUISADOS COM A PARTICIPAÇÃO DE PELO MENOS UM MEMBRO DA FAMÍLIA EM CURSOS - PARANÁ - 2000 E 2005	81
3.54	PESSOAS PESQUISADAS QUE FREQUENTARAM CURSOS, SEGUNDO ÁREA DE ATUAÇÃO DO CURSO - PARANÁ - 2000 E 2005	81
4.1	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E ESTABELECIMENTO COM MEIOS DE PRODUÇÃO ADEQUADOS, SEGUNDO A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PARANÁ - 2000 E 2005	88

LISTA DE QUADROS

3.1	ATIVIDADES COMUNITÁRIAS QUE FORAM IMPLEMENTADAS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS PARTICIPANTES, INÍCIO DAS ATIVIDADES, TOTAL DE PARTICIPANTES DA ATIVIDADE E ÂMBITO DOS OUTROS PROGRAMAS QUE APOIARAM A ATIVIDADE - PARANÁ - 2005.....	80
4.1	INDICADORES PARCIAIS E SINTÉTICOS DO PATRIMÔNIO MATERIAL MÍNIMO (PMM), PATRIMÔNIO NÃO-MATERIAL MÍNIMO (PNMM) E OBTENÇÃO DE RENDA MÍNIMA (TOR) - PARANÁ - 2000 E 2005.....	85
4.2	MEIOS DE PRODUÇÃO MÍNIMOS NECESSÁRIOS E PRÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA DECLARADA.....	87

APRESENTAÇÃO

O Projeto Paraná 12 Meses, resultante do Acordo de Empréstimo 4060-Br firmado entre o Banco Mundial e o Governo do Estado, que esteve em vigor de dezembro de 1997 até março de 2006, foi estruturado nos Componentes Desenvolvimento da Área Social, Desenvolvimento da Área Produtiva, Fortalecimento Institucional e Desenvolvimento Tecnológico, desmembrados em Subcomponentes e Atividades.

Esse contrato, inicialmente previsto para cinco anos, teve uma vigência de nove anos. Essa circunstância contou com um remanejamento dos valores do empréstimo nas diversas categorias de despesa e com a inserção de atividades que não haviam sido originalmente programadas.¹

Segundo o Manual Operativo do Projeto (PARANÁ, 1996, p.10), o objetivo geral foi "Aliviar a situação de pobreza rural no Estado numa ação sustentável, apoiada na modernização tecnológica, na geração de novos empregos, na proteção ao meio ambiente e na melhoria das condições de habitação e saneamento básico da família rural".

Esse propósito dá a dimensão da importância e da complexidade do Projeto Paraná 12 Meses, que atendeu, durante a sua vigência, com recursos do Funparana, 121.459 beneficiários de todas as regiões do Estado, e esteve instrumentalizado em diversas atividades e ações organizadas por componentes (IPARDES, 2006b).

Ao IPARDES coube avaliar, junto ao público beneficiário, os efeitos das ações sociais, econômicas e ambientais previstas no desenho original do projeto. As avaliações de impacto socioeconômico² estão voltadas a acompanhar e medir as transformações ocorridas nos âmbitos familiar e produtivo.

As avaliações do Projeto foram inicialmente concebidas em três etapas de pesquisa de campo: *ex-ante*, intermediária e *ex-post*. No entanto, alterações ocorridas no projeto e outras circunstâncias operacionais redirecionaram a avaliação intermediária para uma avaliação institucional. Assim, para a avaliação final de impacto socioeconômico observam-se os dois momentos da pesquisa de campo, *ex-ante* e *ex-post*.

A metodologia empregada na avaliação *ex-ante* resultou em diagnóstico do beneficiário e sua família, gerando parâmetro para a avaliação final. Esta última foi realizada em 2005, com os mesmos produtores pesquisados na primeira etapa.

¹Atividades "Rodovias da Inclusão Econômica e Social" e "Corredores da Biodiversidade".

² A avaliação de impacto mostra-se mais adequada para estabelecer os "efeitos líquidos" do Projeto. Permite, através de comparações temporais, a análise da situação dos beneficiários antes e depois da participação no Projeto.

As avaliações de impacto socioeconômico do Projeto Paraná 12 Meses finalizam-se com dois principais relatórios voltados para o Componente Desenvolvimento Social e dois relatórios para o Componente Desenvolvimento Produtivo.

Ao encerrar esse processo avaliativo, espera-se ter cumprido seus dois objetivos centrais: mensurar os impactos produzidos pelo Projeto e fornecer subsídios para orientar a elaboração e implantação de novos projetos de desenvolvimento rural.

O presente volume apresenta a avaliação final da Atividade Comunidades Rurais Pobres e é parte integrante de um conjunto de documentos, da mesma natureza, elaborado pelo IPARDES.

Este relatório técnico está estruturado em quatro seções, que se somam a uma introdução e a uma seção final voltada às considerações finais e recomendações. A primeira seção – Metodologia – traz as orientações metodológicas, comenta a pesquisa e os procedimentos estatísticos adotados; a segunda seção – O Contexto Rural Paranaense onde o Projeto Paraná 12 Meses se insere – dedica-se ao reconhecimento do rural como um todo e, particularmente, de seu segmento mais pauperizado *vis-à-vis* o público do Projeto; a terceira seção – As Famílias das Comunidades Rurais Pobres Pesquisadas: dados comparativos 2000-2005 apresenta as modificações ocorridas na família, no domicílio e no estabelecimento a partir de variáveis selecionadas; a quarta e última seção – Indicadores de Impacto Socioeconômico – avalia a atividade a partir de indicadores sintéticos.

Com este relatório encerra-se a avaliação de impacto socioeconômico da atividade Comunidade Rural Pobre do Projeto Paraná 12 Meses.

INTRODUÇÃO

Avaliar significa medir, computar e imputar. Avaliar uma política pública social não é tarefa simples. No caso brasileiro, trata-se de medir ações voltadas a responder a demandas que, em grande medida, estão associadas a problemas estruturais. É no enfrentamento deste desafio que a ação pública presta contas para a sociedade, medindo os sucessos, bem como os insucessos, ao mesmo tempo em que o Estado, nesse processo, instrumentaliza-se para a elaboração de novos programas e projetos. O uso da avaliação pelo Estado, contudo, pode não se realizar apenas com o objetivo instrumental, mas também com o objetivo conceitual, de persuasão e de esclarecimento (FARIA, 2005, p.102). Esses usos geram uma série de impactos sobre o processo de ação pública e prestação de contas, sendo necessário, por isso, um esforço que defina e delimite os planos e objetivos de cada avaliação empreendida.

Assim, e a despeito das dificuldades inerentes a essa tarefa, a avaliação socioeconômica da atividade Comunidades Rurais Pobres do Componente Alívio da Pobreza no Meio Rural volta-se tanto para quantificar quanto para qualificar o impacto gerado pelas ações do Projeto Paraná 12 Meses nas famílias que são público-alvo, dentro de uma perspectiva em que estas estejam relacionadas, por um lado, aos objetivos geral e específicos do projeto e da atividade e, por outro, ao ambiente socioeconômico em que ele foi implantado.

Além dos dados primários gerados pelas pesquisas de campo, foram trabalhados ou observados dados secundários, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Censo Demográfico e outras informações disponíveis.

Esta avaliação, pautando-se no objetivo geral do Projeto Paraná 12 Meses, parte de uma concepção conceitual e metodológica em que a pobreza é definida *a priori* como a ausência de condições dignas para viver, condições estas que podem ser traduzidas pelo acesso a uma determinada quantidade de bens materiais e imateriais.

O Projeto Paraná 12 Meses³ estrutura-se em quatro componentes e dois subcomponentes, com ações específicas para cada um:

- 1 Desenvolvimento da Área Produtiva
 - 1.1 Subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais
 - 1.1.1 Atividades: fases 1 e 2
- 2 Desenvolvimento da Área Social
 - 2.1 Subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural
 - 2.1.1 Atividade Vila Rural
 - 2.1.2 Atividade Comunidades Rurais Pobres
- 3 Fortalecimento Institucional
- 4 Desenvolvimento Tecnológico

³ Para obter mais informações, consultar Manual Operativo do Projeto Paraná 12 Meses (PARANÁ, 1996, p.60). Para uma visualização do desenho do Projeto, ver o Anexo 1 do presente estudo.

O Subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural foi apoiado integralmente com recursos do Projeto Paraná 12 Meses, ou seja, não houve contrapartida.⁴

A atividade Comunidades Rurais Pobres, objeto desta avaliação, esteve assentada em três grandes linhas de atuação: 1) Infra-estrutura social familiar: reforma/construção de residências; abastecimento de água e saneamento básico; 2) Desenvolvimento comunitário: construção de galpões comunitários; organização dos grupos de beneficiários nas comunidades para o acesso aos serviços sociais (saúde, educação, creche); e 3) Geração de renda: aumento da renda na unidade produtiva e na comunidade através de empreendimentos comunitários – atividades desenvolvidas coletivamente pelos agricultores (atividade agrícola ou não-agrícola, na propriedade ou fora desta); fomento agrícola; e capacitação/profissionalização.

Em termos operacionais, o que se pretendeu foi medir o que pode ser atribuído ao Projeto na linha de ação da atividade Comunidades Rurais Pobres.

⁴ Consultar o Anexo 2 deste trabalho.

1 METODOLOGIA

A avaliação socioeconômica da atividade Comunidades Rurais Pobres do Projeto Paraná 12 Meses desenvolveu-se em duas etapas, com um intervalo de 5 anos (2000 e 2005), a saber: 1) um diagnóstico inicial sobre as famílias e as comunidades rurais; e 2) a presente avaliação final de impacto socioeconômico.

Em fevereiro de 2000, realizou-se o levantamento de campo da primeira etapa da avaliação, estabelecendo o marco inicial da avaliação de impacto. Para esta fase foram produzidos dois relatórios técnicos (IPARDES, 2001, 2002). O primeiro apresenta um diagnóstico das comunidades onde viviam as famílias amostradas e, o segundo, um diagnóstico das famílias amostradas, da moradia e da unidade produtiva ou estabelecimento. A avaliação final incorpora as informações anteriores e toma os dados da pesquisa de campo de setembro de 2005 como ponto de referência para o final do projeto. O levantamento de campo, em ambos os momentos, foi realizado por técnicos da Emater (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Em maio de 1999, dos 399 municípios do Estado do Paraná havia 274 municípios e 604 comunidades cadastradas⁵ na Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar). Esta foi a base de dados da pesquisa utilizada pelo IPARDES para selecionar a público a ser investigado. O universo amostral, de um cadastro inicial de 12.263 produtores, selecionou 750 famílias em 341 comunidades localizadas em 199 municípios.

Os critérios adotados pelo Projeto Paraná 12 Meses para a seleção dos beneficiários da atividade Comunidades Rurais Pobres foram os seguintes: produtores classificados como Produtos de Subsistência (PS) e Produtos Simples de Mercadoria - Classe 1 (PSM1)⁶; área inferior a 15 hectares⁷; benfeitorias produtivas inferiores a R\$ 5.000,00; equipamento agrícola inferior a R\$ 4.000,00; e participação da mão-de-obra familiar igual ou superior a 80%. O projeto definiu, ainda, as mesorregiões 1, 2, 3, 5 e 7 como prioritárias para essa atividade (mapa 1).

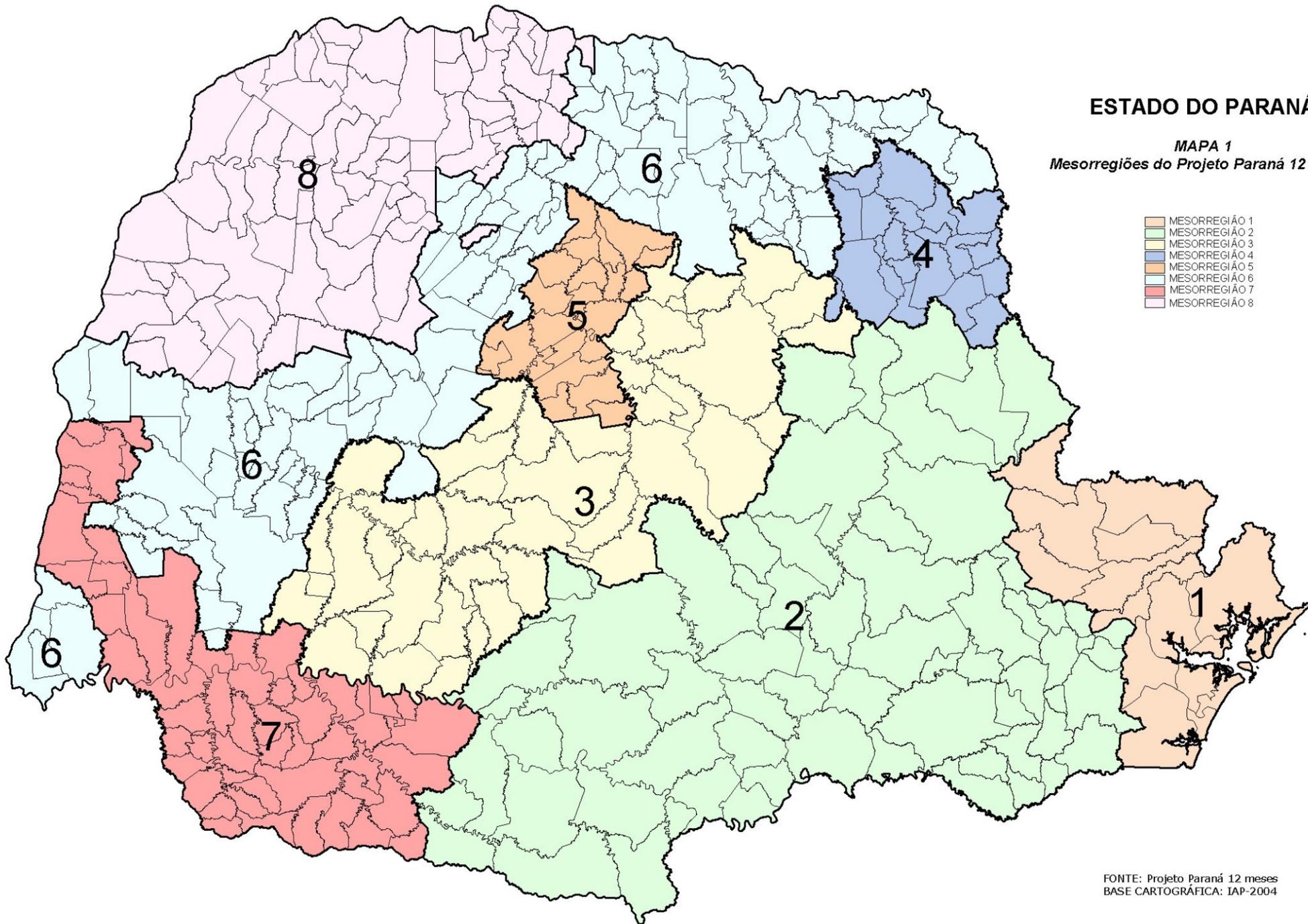
⁵ O cadastro consistia de dados sociais e produtivos levantados por técnicos da Emater quando da elaboração do Perfil da Unidade Produtiva (PUP), atividade prevista pelo Projeto e expressa no Manual Operativo do Projeto. Em um primeiro momento pode-se pensar que esse levantamento daria as condições para a realização da etapa *ex-ante* do Projeto ou de parte significativa desta. Entretanto, problemas relacionados à homogeneidade das informações inviabilizaram esse procedimento. Reconhece-se que houve um esforço inicial, por parte dos gestores, para criar as condições de implantação do Projeto, sendo o cadastro um momento especialmente importante, por localizar e definir o público-alvo. Nesse sentido, é importante relatar que, antes mesmo de dar início às ações contempladas no desenho do Projeto, este já interferia na realidade ao colocar em ação mutirões para viabilizar documentação pessoal, sem a qual o indivíduo não poderia acessá-lo.

⁶ A metodologia de classificação utilizada pelo Projeto Paraná 12 Meses foi desenvolvida pelo Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar). Para mais informações, consultar PARANÁ (1996).

⁷ Posteriormente esse critério foi revisto e ampliado pelos Executores do Projeto.

ESTADO DO PARANÁ

MAPA 1
Mesorregiões do Projeto Paraná 12 Meses



FONTE: Projeto Paraná 12 meses
BASE CARTOGRÁFICA: IAP-2004

É preciso ressaltar que, no momento em que a pesquisa se efetivou, em 2000, as ações do Projeto já haviam sido iniciadas, o que inviabilizou apreender uma condição propriamente *ex-ante* da população-alvo, bem como essa mesma condição para as Comunidades que poderiam ser classificadas como Rurais Pobres. Considerando o processo de avaliação como um todo, a primeira etapa da avaliação retratou a situação encontrada na ocasião da pesquisa, tanto comunitária quanto familiar. Em 2005, nova pesquisa é efetivada com as mesmas famílias entrevistadas em 2000 visando captar a condição *ex-post* da população. O presente relatório reporta-se a esses dois momentos.

Aos dados primários, gerados pelas pesquisas de campo, foi acrescentada uma investigação que pudesse situar o Projeto no contexto rural paranaense. Com essa finalidade, utilizou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2000 e 2004; informações sobre o perfil dos municípios do Censo Demográfico 2000 – ambas referências produzidas pelo IBGE –, bem como informações selecionadas relativas à conjuntura da economia agrícola paranaense e a programas de transferências de renda e/ou políticas compensatórias.

1.1 OS PROCEDIMENTOS

Este documento, como produto da concepção técnica e metodológica da Avaliação de Impacto Socioeconômico da Atividade Comunidades Rurais Pobres, soma-se aos Relatórios Técnicos das Comunidades Rurais Pobres – primeira etapa (IPARDES, 2001, 2002). A pesquisa de campo efetivada em 2005, conforme foi mencionado, retornou aos mesmos 750 estabelecimentos pesquisados em 2000.

A etapa final da pesquisa mobilizou 158 pesquisadores, organizados em quatro grupos em diferentes regiões do Estado. A aplicação dos questionários foi atribuída à Emater-PR. O informante do Formulário do Beneficiário⁸ foi, preferencialmente, o próprio produtor rural cadastrado.⁹ Dessa forma, como na etapa de diagnóstico, o trabalho orientou-se pelas três linhas de ação da atividade analisada: 1) a família; 2) o estabelecimento; e 3) o domicílio.¹⁰

⁸ No estudo realizado em 2000, todos os agricultores/produtores investigados foram denominados beneficiários, independentemente de terem recebido ou não algum apoio dentro da linha de ações da Atividade Comunidades Rurais Pobres, do Projeto Paraná 12 Meses. No presente relatório essa denominação representa os agricultores/produtores que efetivamente acessaram alguma ação do Projeto.

⁹ Para informações detalhadas dos procedimentos da pesquisa de campo, ver IPARDES (2000), depositado na biblioteca do Instituto.

¹⁰ O principal recorte analítico neste estudo é a família pesquisada. As variáveis pertinentes à infraestrutura familiar são referenciadas pela denominação de domicílio, e as variáveis produtivas são referenciadas pela denominação de estabelecimento. Empregou-se o conceito de estabelecimento adotado pelo Projeto Paraná 12 Meses, que o definiu como a soma de todas as áreas utilizadas pelo produtor. Consultar também glossário, ao final deste trabalho, contendo os principais conceitos utilizados nesta Avaliação.

Para o desenvolvimento da avaliação final entendeu-se que, do ponto de vista analítico, seria conveniente estabelecer o contexto econômico e social no qual o Projeto se desenvolveu. Para tal, e na ausência de dados atualizados do Censo Agropecuário, adotou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE¹¹ como o banco de dados disponível e capaz de fornecer informações socioeconômicas sobre o rural paranaense.

O banco de dados da PNAD foi analisado para os anos de 1999 e 2004. A primeira data justifica-se por ser o ano imediatamente anterior ao do levantamento de campo, uma vez que em 2000, ano censitário, não é realizada essa pesquisa; e, o ano de 2004, por corresponder ao último banco de dados disponível quando se procedia à avaliação.

Com a finalidade de apresentar referências comparativas, e considerando as reconhecidas limitações que a PNAD oferece quando se trata de expandir a amostra, em particular para as variáveis relativas à população rural, optou-se pela saída do dado agregado para o total do Paraná e para o total rural. Em alguns casos foram trabalhados dados para os níveis: Brasil e Região Sul.

Ainda em relação a esse banco de dados é preciso acrescentar que entre 1999 e 2001 incorporam-se as mudanças ocorridas no desenho amostral da PNAD. Mudanças relacionadas, entre outras coisas, às áreas urbanas e rurais, e, como o objetivo é justamente reconhecer o rural, deve-se levar tal fato em consideração, ainda mais quando se analisam dois pontos de uma série histórica, como é o caso.

A comparação dos resultados da PNAD a partir de 2001 com os das décadas anteriores deve levar em conta que a classificação das áreas urbanas e rurais é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos. Portanto, ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico de 1991 foi mantida para as pesquisas da PNAD realizadas de 1992 a 1999 e, também, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico de 2000 permanecerá para as pesquisas da PNAD desta década. Conseqüentemente, as estatísticas por situação urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio (IBGE, 2005b, p.9).

Outros procedimentos, de caráter qualitativo, deram suporte à análise de contexto: variáveis demográficas do Censo de 2000, uma análise conjuntural da economia e das externalidades ligadas à agropecuária paranaense, e um levantamento das políticas públicas sociais concebidas como transferência de renda.

¹¹ As informações foram geradas a partir dos microdados da PNAD.

1.2 MEDINDO RESULTADOS

Para atribuir resultados e medir impacto adotou-se, como modelo, uma metodologia de avaliação proposta por Garcia (2001, 2003b).¹² Esse autor vem produzindo trabalhos nos quais propõe e discute avaliações de programas de governo com vistas a monitorar, acompanhar e aperfeiçoar a ação pública expressa nos Planos Pluri Anuais (PPAs).

Entendeu-se que dois temas discutidos pelo autor têm aderência ao objeto deste estudo: um deles, mais geral, que trata da teoria, da pertinência e da operacionalização das avaliações de políticas públicas; e, o segundo, emerge desse arcabouço e dá destaque às desigualdades sociais. O primeiro tema – avaliação – é abordado na perspectiva de ser um instrumento permanente de planejamento e acompanhamento das ações públicas, e o segundo tema – pobreza – é apresentado por Garcia como retrato da iniquidade social.

A atividade Comunidades Rurais Pobres, enquanto parte do subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural, tem, em suas ações, o objetivo de atender ao segmento mais pauperizado da agricultura familiar. O Manual Operativo do Projeto Paraná 12 Meses (PARANÁ, 1996) propôs ações para modificar uma situação de desigualdade social no meio rural.

Nesse sentido, o Projeto procurou intervir sobre um segmento da população rural até então praticamente ausente da ação pública. Esse processo complexo¹³ de intervenção demonstra uma decisão do poder público de modificar uma realidade a partir de um mínimo de qualidade de habitabilidade e de atividades geradoras de renda.

Esta avaliação parte, assim, da idéia de que a pobreza é a ausência de equidade entre os segmentos sociais e de condições dignas para viver, ou o acesso limitado a uma determinada quantidade de bens materiais e imateriais. Nesse sentido, o Projeto atuou para modificar esse quadro, interferindo sobre algumas das condições que construiriam um Patamar Mínimo de Existência Digna (PMED), que, segundo Garcia (2001, p.56), "se expressaria pela posse de uma quantidade mínima de patrimônio e renda".

No caso desta avaliação, a operacionalidade do conceito adotado foi construída pelos indicadores: Renda Familiar *Per Capita* Maior acima de ½ Salário Mínimo Mensal;

¹² Ronaldo Coutinho Garcia tem produzido textos nos quais apresenta e discute metodologia para avaliações de programas de governo. É com base nos seus trabalhos que a presente avaliação se desenvolve seguindo a orientação do próprio autor para tomá-la como uma proposta aberta. A metodologia utilizada foi adaptada às necessidades concretas deste estudo. Em reunião com a equipe técnica do IPARDES, em abril de 2006, Garcia foi enfático ao afirmar que não existe receita de avaliação, e que esta é construída a partir da especificidade de cada programa/projeto.

¹³ Conforme Morin (2000), citado por Garcia (2001, p.15), "complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade; há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o psicológico, o afetivo, o cultural) e há um tecido interdependente – interativo e inter-retroativo entre o objeto do conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si".

Patrimônio Material Mínimo Necessário (PMMN) – propriedade de domicílio/estabelecimento¹⁴ permanente, com densidade de até dois moradores por dormitório, dispondo de abastecimento de água com canalização interna, banheiro e esgotamento sanitário por meio de rede coletora ou fossa séptica, destino do lixo (orgânico enterrado, demais separados e com destino adequado), acesso a energia elétrica, aos meios de produção e a posse dos seguintes bens duráveis: fogão, geladeira, rádio ou tevê; Patrimônio Não-Material Mínimo Necessário (PNMMN) – escolaridade adequada; acesso a seguridade social (aposentadorias, pensões e benefícios continuados); associativismo (sindicato, partido, associações comunitárias ou de interesse).¹⁵

A equipe responsável pela avaliação fez adaptações das variáveis que compõem o patrimônio mínimo e a linha de corte adotada para renda *per capita*, modificando a condição de ingresso e saída do PMED, devido ao seu emprego no contexto das Comunidades Rurais Pobres. As ações desenvolvidas pelo Projeto voltadas para as condições gerais de domicílio, o abastecimento de água, a adequação sanitária e o associativismo têm impacto direto no indicador PMED.

Através dos indicadores parciais pode-se medir as ações específicas voltadas para a atividade avaliada. A leitura desse conjunto de indicadores permite identificar as modificações ocorridas na realidade da família, ou seja, pode-se saber o quanto de modificação houve, considerando o período analisado de cinco anos, quantificando as famílias que atingiram ou ultrapassaram o PMED.

Ainda, e depois de observar os indicadores parciais, aplicou-se a fórmula de Iniquidade, em que "A idéia é estabelecer a relação entre os que estão acima e abaixo do referido patamar, criando uma escala de 0 (zero) a 1 (um), em que zero significaria que toda a população alcançou ou ultrapassou o patamar de existência com dignidade mínima" (GARCIA, 2001, p.57). Nesse caso, a intenção foi dimensionar o quanto ainda precisa ser feito, em termos de políticas públicas, para atender a um segmento específico da sociedade paranaense, tendo em vista a redução da pobreza e a inclusão social.

$$\text{INIQ.} = 1 - \frac{\text{Número de famílias} \geq \text{PMED}}{\text{Total de famílias}}$$

¹⁴ Neste estudo, todos os produtores que declararam deter a propriedade da terra, com ou sem documentação, foram considerados proprietários.

¹⁵ As fórmulas utilizadas sofreram adaptações e encontram-se no Apêndice 2 deste estudo. Os leitores interessados no tema devem consultar a publicação de Ronaldo Coutinho Garcia, citada anteriormente.

1.3 SOBRE O PÚBLICO: A PESQUISA DE 2000 E A PESQUISA DE 2005

A análise dos dados da pesquisa de 2000 se refere a uma amostra de 750 estabelecimentos selecionados aleatoriamente do universo dos 12.263 produtores cadastrados que compunham o banco original de dados. Para a pesquisa de 2005 retornou-se a esses mesmos 750 estabelecimentos; porém, nessa segunda e última etapa de campo foram realizadas entrevistas em 562 estabelecimentos. A redução de 188 estabelecimentos se deve ao fato de não se ter encontrado a mesma família pesquisada, situação que representou 25% das famílias pesquisadas em 2000. Por essa razão, a pesquisa passa a acompanhar os 562 estabelecimentos que compõem o universo pesquisado.

O conceito de responsável adotado nesta avaliação refere-se tanto ao estabelecimento quanto ao domicílio e à família. Sabe-se que, de um modo geral, e particularmente na agricultura familiar, a divisão social do trabalho é um procedimento que envolve todos os membros da família, inclusive as crianças. Nessa divisão de tarefas e responsabilidades, geralmente cabe à mulher a administração doméstica e ao homem a administração da produção, das receitas e despesas. Mesmo assim, a pesquisa admitiu que a pessoa indicada como responsável o era amplamente, independentemente do sexo, idade ou posição na unidade familiar.

As considerações metodológicas e os procedimentos operacionais apresentados nesta seção tiveram o objetivo de orientar o leitor quanto ao alcance e os limites da análise.

1.4 SOBRE OS AUSENTES

Esta avaliação final acompanha os mesmos produtores pesquisados em 2000, procedimento este que rebateu no número de municípios envolvidos na pesquisa. Anteriormente eles totalizavam 199 municípios, passando a ser, em 2005, 182 municípios. Isto ocorreu porque houve famílias que não foram pesquisadas.

Entre as 188 famílias não pesquisadas, em 132 casos a família encontrada no estabelecimento não era aquela pesquisada anteriormente; 47 haviam abandonado o domicílio e 9 casos se recusaram ou apresentaram incapacidade física/mental do respondente (tabela 1.1).

TABELA 1.1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS/FAMÍLIAS SEGUNDO A CONDIÇÃO DA ENTREVISTA - PARANÁ - 2005

CONDIÇÃO DA ENTREVISTA EM 2005	ESTABELECIMENTOS/ FAMÍLIAS	
	Abs.	%
Pesquisados	562	75,0
Não pesquisados	188	25,0
Outras famílias	132	17,6
Abandonados	47	6,2
Recusados	9	1,2
TOTAL DA AMOSTRA	750	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Com base nos dados de 2000, pode-se observar que, entre os não pesquisados, o tempo médio de moradia das famílias, nas comunidades em que viviam, era de 23,5 anos, e a idade média de seus responsáveis era de 46,5 anos (tabela A.1.1 do Apêndice 2).

Em relação aos 188 estabelecimentos não pesquisados, observa-se que, em 2000, a condição de posse das famílias indicava a predominância de proprietários (125 proprietários); a seguir, havia 28 na condição de arrendado/parceria/meia; 22 como cedidos; e 13 usavam o estabelecimento na condição de comodato/posse (tabela 1.2).

TABELA 1.2 - ESTABELECEMENTOS NÃO PESQUISADOS EM 2005, SEGUNDO O RECEBIMENTO DE APOIO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES E CONDIÇÃO DE POSSE EM 2000 - PARANÁ

CONDIÇÃO DE POSSE	ESTABELECEMENTOS NÃO PESQUISADOS EM 2005			
	Apoiado (Abs.)	Não Apoiado (Abs.)	Total	
			Abs.	%
Proprietário	95	30	125	66,4
Arrendatário/parceiro/meeiro	20	8	28	14,9
Cedido	19	3	22	11,7
Posseiro/comodato	6	7	13	7,0
TOTAL	140	48	188	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

A título de ilustração, cabe destacar que, entre os 47 estabelecimentos abandonados, em 15 deles os responsáveis eram mulheres com mais de 55 anos ou homens com mais de 60 anos, idades estas compatíveis com a aposentadoria rural, o que pode ter influenciado na tomada de decisão dessa natureza (tabela A.1.2).

Desse conjunto, 140 famílias (74,5%) declararam, em 2000, ter recebido um ou mais apoios do Paraná 12 Meses. Este aspecto refere-se ao acesso que as famílias tiveram às ações do Projeto. Os dados apontam que esse fator, por si só, não foi suficiente para manter a família na unidade produtiva, uma vez que cerca de 75% dos 188 não pesquisados haviam acessado o Projeto (ver tabela 1.2).

Como o Projeto Paraná 12 Meses pretendeu influenciar na permanência da família no meio rural, através de ações relacionadas à moradia e à produção, resgatam-se informações relativas aos apoios recebidos pelas famílias pesquisadas em 2000 mas que, entre esta data e 2005, haviam saído do estabelecimento, observando se há relação entre os fatos.

De acordo com os dados, das 188 famílias que não permaneceram no mesmo endereço, 75% haviam acessado alguma linha de ação do Projeto até 2000, sendo que 37,8% destes haviam recebido apoio para infra-estrutura habitacional, 16% haviam-no recebido para fomento e cerca de 25% não recebeu nenhum apoio (tabela 1.3).

TABELA 1.3 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NÃO PESQUISADOS, SEGUNDO O TIPO DE APOIO RECEBIDO E DECLARADO NA PESQUISA DE 2000 - PARANÁ

TIPO DE APOIO	ESTABELECIMENTOS NÃO PESQUISADOS EM 2005	
	Abs.	%
Infra-estrutura habitacional exceto fomento	71	37,8
Fomento	30	16,0
Ao menos um apoio em infra-estrutura e fomento	20	10,6
Todos os apoios	19	10,1
Nenhum apoio	48	25,5
TOTAL	188	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Entre os 188 indivíduos ou famílias que não puderam ser pesquisados encontram-se cinco famílias Kaingang do município de Palmas. Estas, mesmo tendo sido pesquisadas em 2000, não participaram da última etapa da pesquisa sob a alegação, por parte do cacique, de que "os indígenas mudam de moradia quando há disponibilidade e vontades mútuas, e as áreas da aldeia, alimentação produzida e recebida e os animais são distribuídos coletivamente conforme a tradição"¹⁶. Este fato levanta uma questão a ser considerada na formulação de novos projetos, ou seja, a particularidade do modo de vida das comunidades indígenas. Assim, as ações e, conseqüentemente, as avaliações socioeconômicas voltadas para esses grupos precisam ser compatíveis com a sua realidade, ou seja, exigem uma especificidade.

Dos 188 domicílios não pesquisados em 2005, 132 estavam ocupados por novos moradores e, por isso, foram captadas algumas informações relativas a eles. Verifica-se que, destes 132 casos, 87 foram comprados, 17 foram arrendados, 10 foram cedidos, 3 receberam o estabelecimento em parceria, 4 em herança e 6 estabelecimentos retornaram aos proprietários (tabela A.1.3).

Segundo a declaração do novo responsável pela unidade produtiva, tem-se que, em 91 dos casos (68,9%), a vinda das famílias para o estabelecimento está relacionada com a área produtiva; a melhoria nas condições de habitação foi o motivo declarado em 12 casos (ver tabela A.1.3).

A exploração de dados e informações relativos aos estabelecimentos não pesquisados traçou, em linhas gerais, um panorama do movimento das famílias registrado pelas pesquisas (mapa 2). Esses 25% de famílias que não permaneceram podem expressar, de certa forma, a vulnerabilidade do segmento analisado.

¹⁶ Comunicado encaminhado para o corpo técnico da avaliação datado de 08 de novembro de 2005, pelo extensionista da Emater. O documento relata o caso e apresenta a declaração do cacique Albino Viri. É preciso ressaltar que o apoio do Projeto Paraná 12 Meses às comunidades indígenas foi do tipo coletivo, não havendo beneficiário individual.

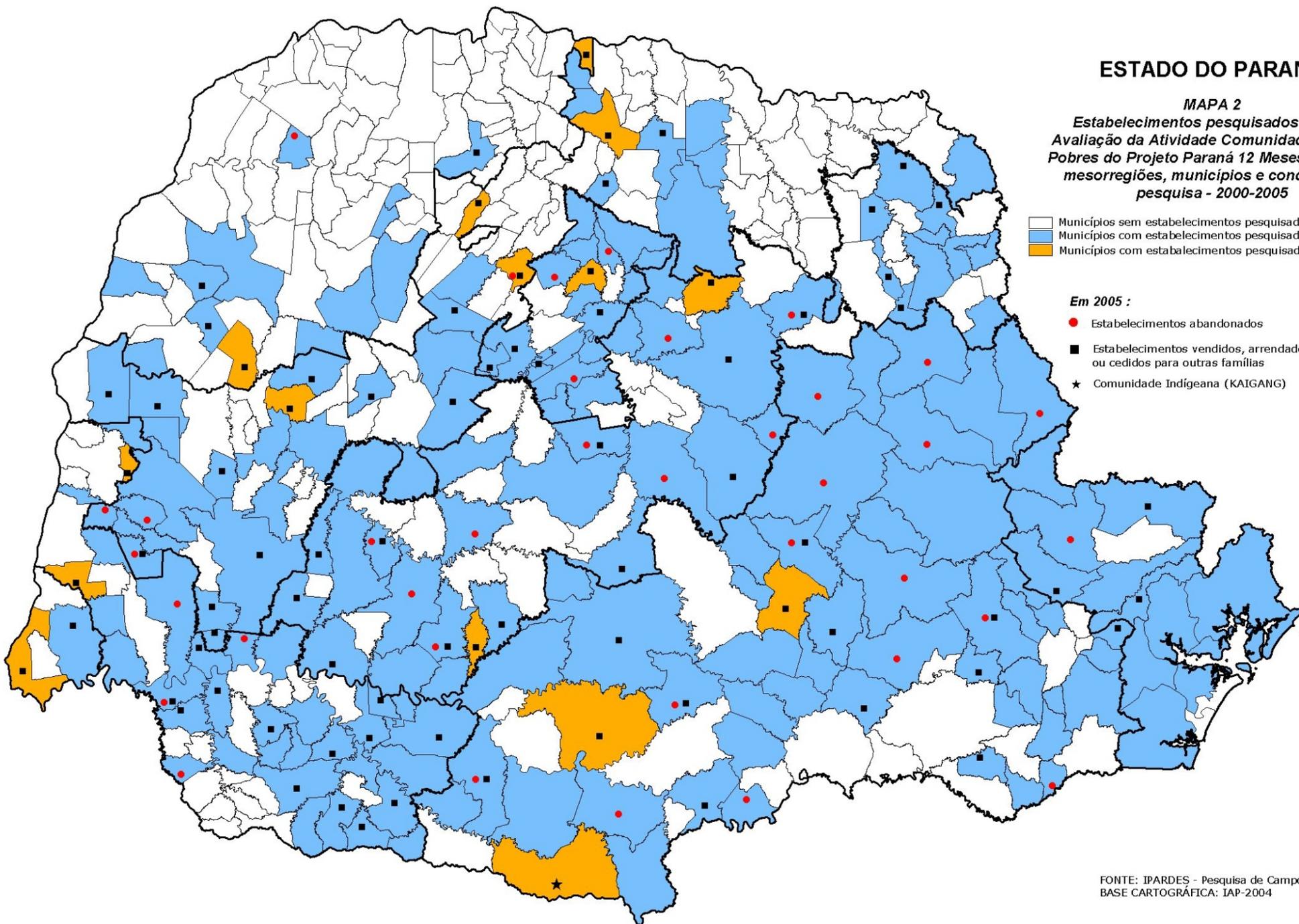
ESTADO DO PARANÁ

MAPA 2
Estabelecimentos pesquisados para a Avaliação da Atividade Comunidades Rurais Pobres do Projeto Paraná 12 Meses, segundo mesorregiões, municípios e condição da pesquisa - 2000-2005

- Municípios sem estabelecimentos pesquisados
- Municípios com estabelecimentos pesquisados em 2000 e 2005
- Municípios com estabelecimentos pesquisados em 2000

Em 2005 :

- Estabelecimentos abandonados
- Estabelecimentos vendidos, arrendados ou cedidos para outras famílias
- ★ Comunidade Indígena (KAIGANG)



2 O CONTEXTO RURAL PARANAENSE ONDE SE INSERE O PROJETO PARANÁ 12 MESES

A necessidade de inserir as ações do Projeto Paraná 12 Meses no âmbito mais geral da economia e da sociedade paranaenses trouxe para este estudo informações e análises da conjuntura agrícola, da população rural e das políticas públicas sociais voltadas ou não para o rural.

A fonte principal de informação foram os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) para os anos 1999 e 2004. Os dados e informações contemplados nesta seção têm o propósito de lançar um olhar para situações e ações que, de alguma maneira, permearam os resultados imputáveis ao Projeto.

2.1 AGROPECUÁRIA PARANAENSE: RESULTADOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

Nos últimos anos, a agropecuária paranaense apresentou uma performance que, de certa forma, se contrapõe às teorias de crescimento econômico baseadas na idéia de que as participações da indústria e dos serviços no Produto Interno Bruto (PIB) tendem a aumentar ao longo do tempo, em detrimento do setor primário.

Em 2003, segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o peso relativo da agropecuária no PIB estadual atingiu 19,7%, enquanto as participações dos setores secundário e terciário alcançaram 39,9% e 40,4%, respectivamente. Essa composição apresenta diferenças razoáveis em relação à estrutura econômica observada em 2000, ano em que a agropecuária, a indústria e os serviços responderam por, respectivamente, 13,7%, 41,3% e 45,0% da renda paranaense, havendo alterações pronunciadas no confronto com os resultados do início da década passada, quando as atividades primárias chegaram a representar apenas 8,2% do PIB (tabela 2.1).

TABELA 2.1 - PARTICIPAÇÃO DA AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ - 1990-2003

ANO	PARTICIPAÇÕES (%)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
1990	11,9	45,7	42,4
1991	8,2	47,3	44,5
1992	8,5	43,0	48,5
1993	10,0	42,6	47,4
1994	15,2	40,9	43,9
1995	9,2	41,1	49,7
1996	13,0	39,1	47,8
1997	14,0	38,1	47,8
1998	14,0	37,5	48,5
1999	14,1	39,7	46,2
2000	13,7	41,3	45,1
2001	13,0	43,8	43,2
2002	16,2	40,8	43,0
2003	19,7	39,9	40,4

FONTES: IPARDES, IBGE

Os principais determinantes da expansão da agropecuária estadual no período recente foram a ampliação do consumo internacional de bens básicos, conseqüência direta das altas taxas de crescimento da economia mundial, e os ganhos de competitividade derivados da depreciação da moeda nacional no intervalo 1999-2003, que se opõe ao movimento de valorização da taxa cambial no triênio 2004-2006.

Para evidenciar o crescimento do mercado externo, as exportações mundiais das principais *commodities* agropecuárias – grupo que inclui a soja, o milho, o trigo e as carnes de aves, bovina e suína – totalizaram US\$ 96,7 bilhões no ano de 2004, superando em 44,4% o valor de US\$ 67,0 bilhões registrado em 2000, de acordo com estatísticas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). Além do incremento nas quantidades comercializadas, as exportações desses produtos foram impulsionadas pela elevação dos preços, não deixando dúvidas quanto às favoráveis condições para uma maior inserção internacional do setor primário paranaense.

Portanto, não é por acaso que os produtos de exportação foram os principais responsáveis pelo notável desempenho econômico da agricultura estadual, o que pode ser comprovado pelos dados referentes ao faturamento do setor. De 2000 a 2004, o valor bruto da produção agrícola do Paraná registrou aumento real de 61,5% (com a aplicação do IGP-DI), considerando um total de 47 lavouras temporárias e permanentes, o que resultou em uma taxa média de crescimento de 12,7% ao ano.

Com a exclusão da soja, importante item da pauta de comércio exterior do Estado, a expansão real do valor bruto da produção caiu para 38,0% no período 2000-2004, com uma variação média anual de 8,4%. Em razão da expressiva elevação das receitas geradas pela oleaginosa, muito acima da média setorial, assistiu-se à intensificação do processo de concentração do faturamento agrícola, com a ascensão da participação da soja no valor total da produção, de 34,5% em 2000 para 46,3% em 2004 (tabela 2.2), estabelecendo uma estrutura produtiva ainda mais dependente do crescimento do mercado internacional das *commodities* e menos vinculada aos produtos de consumo doméstico.

Segundo o IBGE, a produção paranaense de soja atingiu 9,5 milhões de toneladas em 2005, resultado 32,0% superior ao registrado em 2000, quando foram colhidas 7,2 milhões de toneladas. A despeito desse significativo aumento, deve-se ressaltar que a produção da leguminosa no ano passado foi fortemente afetada pelos baixos níveis de precipitação pluviométrica na fase de desenvolvimento das lavouras, levando ao declínio do rendimento físico e, conseqüentemente, à não-confirmação das expectativas iniciais de produção.

Entre as culturas que vêm apresentando trajetória de crescimento, sem considerar as quedas pontuais de produção decorrentes de fatores circunstanciais, cabe mencionar ainda a cana-de-açúcar, cuja ampliação do cultivo reflete as condições propícias do mercado internacional do açúcar e a expansão do consumo do álcool combustível. No ano de 2005 foram produzidas 29,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar no Paraná, suplantando em 28,1% o volume colhido em 2000 (tabela 2.3).

TABELA 2.2 - PARTICIPAÇÃO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA - PARANÁ - 2000-2004

LAVOURA	PARTICIPAÇÃO (%)				
	2000	2001	2002	2003	2004
Soja	34,5	35,9	41,6	42,3	46,3
Milho	22,6	24,7	22,1	23,5	19,4
Trigo	2,6	7,4	8,2	8,1	7,1
Cana-de-açúcar	8,9	8,2	6,3	5,5	5,8
Mandioca	6,0	2,7	2,5	3,0	4,1
Feijão	3,7	4,2	5,6	5,3	4,0
Fumo	2,0	2,1	1,9	2,0	3,0
Café	6,4	0,7	1,9	1,7	2,7
Batata-inglesa	2,0	4,0	2,3	1,8	1,4
Arroz	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7
Algodão	1,4	1,4	0,6	0,6	0,7
Uva	1,2	1,1	0,9	0,7	0,6
Aveia	0,4	0,7	0,4	0,6	0,6
Tomate	1,4	0,9	0,8	0,5	0,6
Laranja	0,8	1,0	1,0	0,7	0,5
Banana	0,6	0,5	0,4	0,6	0,5
Cevada	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4
Maçã	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2
Erva-mate	0,6	0,9	0,5	0,3	0,2
Tangerina	2,2	0,9	0,6	0,4	0,2
Outras lavouras	1,7	1,6	1,4	1,0	1,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal

TABELA 2.3 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - 2000-2005

PRODUTOS	PRODUÇÃO (toneladas)					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Algodão	125 444	174 771	84 432	71 720	90 171	78 722
Arroz	179 528	178 336	186 377	193 416	182 253	137 065
Batata-inglesa	648 377	582 440	659 230	610 663	580 350	547 183
Cana-de-açúcar	23 191 970	27 423 873	28 083 023	31 925 805	32 642 730	29 717 100
Feijão	494 713	462 615	618 860	707 530	666 089	557 019
Fumo	64 554	68 554	82 459	97 237	127 329	152 371
Mandioca	3 777 677	3 615 321	3 455 667	2 355 300	2 966 636	3 308 000
Milho	7 354 043	12 646 564	9 797 816	14 390 104	10 934 582	8 572 364
Soja	7 188 386	8 615 187	9 538 774	11 009 946	10 219 005	9 492 153
Trigo	700 118	2 012 771	1 676 608	3 203 327	3 051 013	2 767 440

FONTE: IBGE

Por outro lado, a produção de algumas lavouras vem apresentando estagnação, como reflexo da inexpressiva penetração no mercado externo – o que impõe limites à comercialização –, da baixa coordenação com a agroindústria, do deslocamento para as novas fronteiras agrícolas e da maior vulnerabilidade em relação à deterioração do crédito rural oficial. Nesse grupo, pode-se citar as culturas do algodão, arroz, feijão e mandioca, entre outras.

Já no que se refere à pecuária, verificam-se consideráveis incrementos produtivos por parte das cadeias das carnes bovina e de aves, com aumentos de 70,6% e 71,7%, respectivamente, nos abates no intervalo 2000-2005, acima da variação de 56,3% registrada pelo segmento de suínos (tabela 2.4). Assim como a agricultura, os bons resultados da produção estão diretamente relacionados ao avanço das exportações, propiciado pela ampliação da demanda global por proteínas de origem animal, pelas vantagens competitivas do País e pela ocorrência de crises sanitárias em alguns países produtores, concorrentes do Brasil.

TABELA 2.4 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS - PARANÁ - 2000-2005

ANO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (toneladas)		
	Aves	Bovinos	Suínos
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
2003	1 344 398	219 774	359 139
2004	1 557 747	276 806	340 568
2005	1 788 481	308 947	367 765

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

De 2000 a 2005, de acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações estaduais de carne bovina evoluíram 156,5%, enquanto as vendas externas de carne de aves cresceram 346,1%, passando de US\$ 227,7 milhões para US\$ 1,0 bilhão. Por conta desse dinamismo, a carne de frango *in natura* passou a ocupar a terceira posição entre os produtos exportados pelo Paraná, sendo superada apenas pelos automóveis e pela soja em grão no exercício de 2005.

A despeito da inexistência de informações para identificar as categorias de produtores rurais que se beneficiaram desse significativo desempenho da agropecuária estadual, é plausível supor que a distribuição desses resultados econômicos foi diferenciada, beneficiando principalmente a parcela de produtores cuja atividade organiza-se em base empresarial. Pode-se supor, também, que parcela dos produtores familiares, cuja atividade é mais tecnicada e integrada ao mercado, beneficiou-se desse desempenho do setor agropecuário. São categorias bem diferenciadas em relação aos produtores participantes da Atividade Comunidades Rurais Pobres.

A Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) disponibiliza algumas informações sobre rendimentos auferidos por pessoas residentes no meio rural e/ou ocupadas

em atividades agrícolas. No caso do rendimento domiciliar, sua composição inclui renda do trabalho e de outras fontes (aposentadorias, transferência, aluguel etc.).

No período 2001-2004, podem ser constatadas alterações de alguma relevância somente na primeira e na quarta faixas de rendimento domiciliar (até um salário mínimo e de 3 a 5 salários mínimos, respectivamente), cabendo ressaltar que no estrato inferior, cuja participação no total de domicílios caiu de 17,3%, em 2001, para 13,8% em 2004, houve forte influência do aumento das transferências governamentais vinculadas a programas de assistência social. Observa-se, também, importante redução na participação de domicílios sem rendimento.

De qualquer modo, os domicílios com rendimentos de até três salários mínimos ainda representam 61,9% do total na área rural, indicando pequena variação em relação a 2001, quando 64,2% das unidades domiciliares enquadravam-se nessa faixa de rendimento (tabela 2.5). Na área urbana do Estado, somente a título de comparação, os domicílios com rendimentos abaixo de três salários mínimos corresponderam a 37,7% do total em 2004.

TABELA 2.5 - PARTICIPAÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES NO MEIO RURAL NO TOTAL DE DOMICÍLIOS, SEGUNDO FAIXAS DE RENDIMENTO MENSAL - PARANÁ - 2001-2004

FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE DOMICÍLIOS (%)			
	2001	2002	2003	2004
Até 1 salário mínimo	17,3	15,4	14,2	13,8
Mais de 1 a 2 salários mínimos	27,6	29,2	28,0	27,9
Mais de 2 a 3 salários mínimos	19,3	18,2	19,6	20,2
Mais de 3 a 5 salários mínimos	17,8	20,2	20,8	21,5
Mais de 5 a 10 salários mínimos	11,3	11,0	11,1	10,6
Mais de 10 a 20 salários mínimos	3,5	2,2	3,1	3,9
Mais de 20 salários mínimos	1,2	1,4	1,5	1,4
Sem rendimento	1,2	0,8	0,7	0,4
Sem declaração	0,8	1,7	1,0	0,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

É preciso ressaltar, porém, que nesse período o salário mínimo teve aumento superior à inflação, medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), os quais foram respectivamente de 44,4% e 36,4%, refletindo-se em aumento de seu poder de compra. Utilizando o INPC como fator de correção, observa-se que o rendimento mensal médio dos domicílios particulares rurais teve um pequeno aumento (5,6%) em seu valor real.

Não houve, também, mudanças significativas na estrutura dos rendimentos gerados pelas atividades agrícolas nos últimos anos, havendo a continuidade da alta concentração nas faixas inferiores, que compreendem trabalhadores com remunerações de até dois salários mínimos (tabela 2.6). No ano de 2004, esses estratos responderam por 76,0% das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, resultado muito próximo da participação de 76,5% relativa a 2001, tornando nítida a prevalência dos baixos rendimentos do trabalho no ambiente rural.

TABELA 2.6 - PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADAS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO FAIXAS DE RENDIMENTO MENSAL - PARANÁ - 2001-2004

FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS (%)			
	2001	2002	2003	2004
Até ½ salário mínimo	15,7	18,1	16,9	13,8
Mais de ½ a 1 salário mínimo	30,5	28,4	26,8	31,1
Mais de 1 a 2 salários mínimos	30,3	28,9	32,0	31,1
Mais de 2 a 5 salários mínimos	14,8	16,2	15,3	13,0
Mais de 5 a 10 salários mínimos	5,4	5,1	6,0	5,9
Mais de 10 salários mínimos	3,2	3,2	3,0	5,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

Nesse sentido, no decorrer deste relatório, a condição de iniquidade social a que estão submetidas parcelas significativas da população rural poderá ser percebida e dimensionada tanto na perspectiva de rendimentos – condição para o acesso a bens e serviços em uma economia de mercado – quanto na perspectiva do acesso a infra-estrutura e educação, por exemplo.

2.2 A POPULAÇÃO RURAL

Os dados da PNAD relativos à população paranaense, em particular à população rural, apontaram situações que dimensionam as condições mais gerais de vida, moradia e renda predominantes nesse segmento da sociedade.

No seu conjunto, o comportamento da população paranaense não difere significativamente daquele apresentado para o total do Brasil e nem para o conjunto da Região Sul. Contudo, a população domiciliada no rural apresenta diferenças que, para efeito desta avaliação, devem ser destacadas.

O Paraná apresentou, em 2004, o menor percentual de pessoas residindo no meio rural (16,4%), se comparado à situação brasileira (17,0%) e à da Região Sul (18,0%). Seguindo a tendência brasileira das últimas décadas, o crescimento da população rural paranaense no período analisado (1999-2004) foi negativo. Destaca-se, porém, que o comportamento do Estado frente ao do Brasil e ao da Região Sul foi o mais agressivo em termos relativos, registrando uma perda significativa de população rural (-12,3%) – tabelas 2.7 e 2.8. Ainda que se considere apenas o intervalo 2001-2004, a redução populacional permaneceu elevada.

TABELA 2.7 - POPULAÇÃO TOTAL E POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, NO BRASIL, REGIÃO SUL E PARANÁ - 1999, 2001 E 2004

REGIÃO	1999			2001			2004		
	Situação do Domicílio (%)		TOTAL	Situação do Domicílio (%)		TOTAL	Situação do Domicílio (%)		TOTAL
	Urbano	Rural		Urbano	Rural		Urbano	Rural	
Brasil	79,7	20,3	160.336.471	83,9	16,1	169.369.557	83,0	17,0	182.060.108
Sul	78,4	21,6	24.514.219	81,4	18,6	25.514.328	82,0	18,0	26.697.985
Paraná	79,7	20,3	9.402.912	82,2	17,8	9.715.695	83,6	16,4	10.158.730

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

TABELA 2.8 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO, TOTAL E POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - BRASIL, REGIÃO SUL E PARANÁ - 1999 E 2004

REGIÃO	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO					
	Urbano		Rural		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Brasil	23.373.065	18,3	-1.649.428	-5,1	21.723.637	13,5
Região Sul	2.693.681	14,0	-509.915	-9,6	2.183.766	8,9
Paraná	991.042	13,2	-235.224	-12,3	755.818	8,0

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

Nesse contexto de intenso êxodo rural, convém comparar a dinâmica estadual àquela observada no segmento populacional objeto da pesquisa. Se, por um lado, a taxa geométrica de crescimento da população rural paranaense, no quinquênio 1999-2004, foi negativa, da ordem de -2,64% a.a., a da população pesquisada, entre 2000 e 2005, alcançou -6,42% a.a. Embora se possa alegar os aspectos associados à fragilidade da amostra, argumento que impõe a relativização desses comparativos, parece evidente que a área rural atendida pela Atividade Comunidades Rurais Pobres padece das mesmas tendências de esvaziamento demográfico, talvez até a um ritmo mais acentuado, sinalizando uma condição de maior vulnerabilidade.

A essa altura é necessário, também, lembrar os problemas amostrais que afetam as PNADs. Entende-se que a perda de população rural encontra explicação parcial nas definições metodológicas adotadas pelo IBGE e comentadas na seção anterior, pois essas têm implicações no que foi constatado. Para o levantamento do Censo Demográfico 2000, o IBGE atualizou informações relativas ao perímetro urbano dos municípios brasileiros e esta base foi adotada igualmente pela PNAD a partir de 2001.¹⁷ Essa circunstância permite supor que a perda de população rural, no período analisado, não se deve exclusivamente à migração rural-urbana, mas, também, ao alargamento do perímetro urbano municipal.

¹⁷ A esse respeito, consultar a primeira seção deste estudo, onde se apresenta a Metodologia.

Tendo em vista a situação descrita, cabe estabelecer parâmetros mínimos que possam, de alguma forma, dimensionar os municípios paranaenses, no sentido de relativizar o conceito de urbano e rural adotado pelas pesquisas nacionais coordenadas pelo IBGE.

Nesse sentido, os dados do Censo Demográfico 2000 mostram que, no Paraná, predominavam municípios cujo tamanho da população e densidade demográfica permitem considerá-los, grosso modo, rurais. Adotando os critérios de população total até 20.000 habitantes e densidade demográfica abaixo de 80 habitantes por km²,¹⁸ tem-se que 79,0% dos municípios paranaenses cumpriam, em 2000, essas duas condições; os mesmos critérios aplicados aos municípios onde havia famílias pesquisadas para essa avaliação mostram que, em 2000 e 2005, 72,0% encontravam-se dentro desse parâmetro (tabela 2.9).

TABELA 2.9 - MUNICÍPIOS QUE TINHAM COMUNIDADES COM FAMÍLIAS PESQUISADAS COM POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 20.000 HABITANTES E/OU COM DENSIDADE DEMOGRÁFICA MENOR QUE 80 HABITANTES POR QUILOMETRO QUADRADO - PARANÁ - 2000-2005

ANO DA PESQUISA PARANÁ	TOTAL DE MUNICÍPIOS COM ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS	MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 20.000 HABITANTES (A)		MUNICÍPIOS COM DENSIDADE < 80 HAB./KM ² (B)		MUNICÍPIOS QUE CUMPREM AS CONDIÇÕES A E B	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
2000	199	146	73,4	178	89,4	143	72,0
2005	184	135	73,4	164	89,1	133	72,0
TOTAL PARANÁ	399	318	79,7	378	94,7	316	79,0

FONTES: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

Certamente as variáveis selecionadas, por si sós, são insuficientes para uma definição de rural. Entretanto, indicam um ambiente rural ao se considerar como territórios rurais aqueles em que os ecossistemas estão menos artificializados (VEIGA, 2003). Sob esse prisma é possível considerar que o meio rural, no Paraná, tem uma abrangência maior do que aquela apresentada pelas taxas de urbanização, e que entre 1999 e 2001 há um crescimento, de certa forma artificial, do urbano.

Outra averiguação importante a se fazer refere-se à questão etária da população pesquisada, particularmente no que diz respeito à sua evolução no período e à sua conformação no momento mais recente. No âmbito de programas governamentais que se propõem a atuar de modo focalizado sobre determinados segmentos sociais – como é o caso em estudo aqui –, a dinâmica etária adquire relevância.

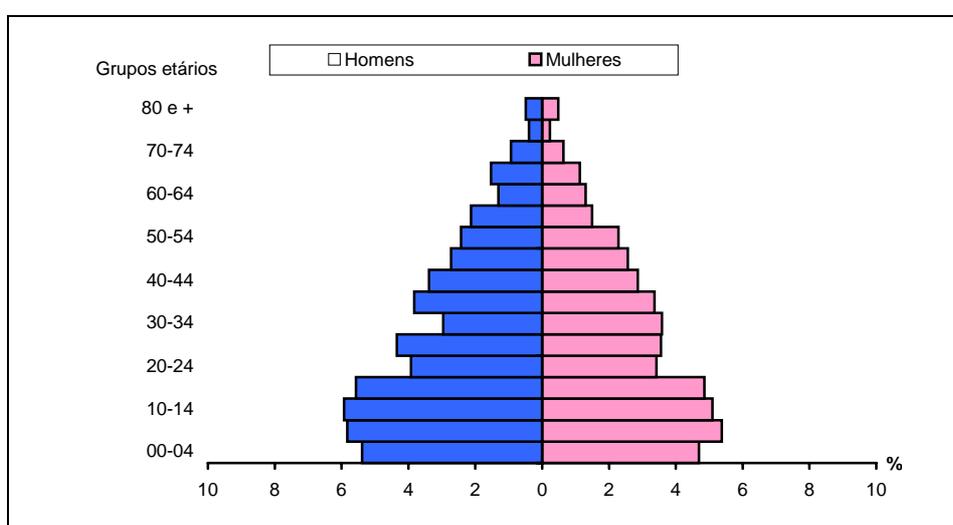
É bastante conhecida a característica de seletividade etária que, cada vez mais, predomina em populações rurais sujeitas a fortes perdas por migração. A esta tendência

¹⁸ Em Martine e Garcia (1987), p.59, e Veiga (2002) pode-se encontrar elementos dessa discussão.

soma-se aquela decorrente do também conhecido fenômeno da queda da fecundidade, em curso há várias décadas em todas as áreas brasileiras, e que vem determinando reduções continuadas nas proporções associadas aos segmentos infanto-juvenis.

As pirâmides etárias da população rural paranaense, construídas segundo os dados da PNAD, ilustram bem esses fatos (gráficos 2.1 e 2.2 e tabela A.2.1). Tanto a de 1999 quanto a de 2004 caracterizam-se principalmente por fortes reentrâncias em torno dos grupos etários de adultos jovens (especialmente de 20 a 34 anos), indicativos evidentes de perdas populacionais nas faixas etárias produtivas, e pelo forte estreitamento da base, em decorrência de maiores controles reprodutivos por parte da população.

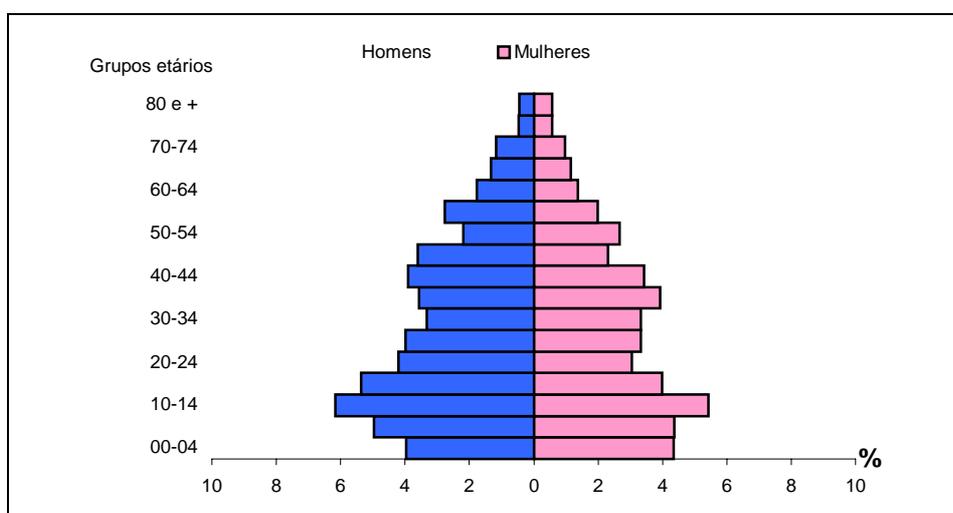
GRÁFICO 2.1 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO RURAL - PARANÁ - 1999



FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

GRÁFICO 2.2 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO RURAL - PARANÁ - 2004



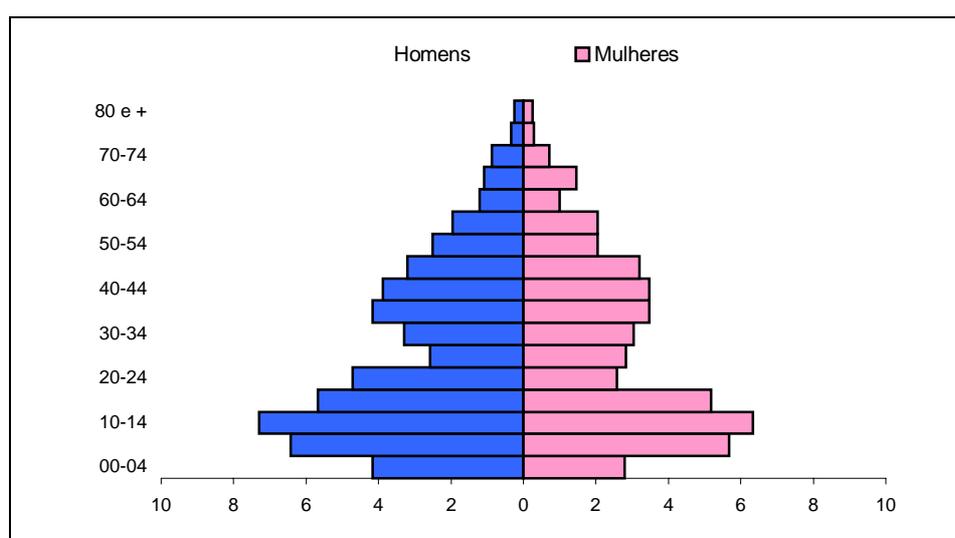
FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

No bojo desses processos, atuam ainda duas outras tendências importantes de mudanças na configuração populacional, que se fazem sentir nos espaços rurais do Paraná, mas igualmente em outras áreas do País. Uma delas relaciona-se ao efeito de masculinização da população, advindo de uma seletividade da migração também por sexo. Via de regra, saem do campo em maior proporção pessoas em idade produtiva, com maior peso para a saída de mulheres. A outra mudança demográfica, da maior relevância, e que vem marcando o conjunto da população brasileira, decorre do forte e acelerado processo de declínio da fecundidade: a tendência crescente ao envelhecimento da população. Assim, grosso modo, pode-se dizer que a população rural paranaense vem expressando uma tendência ao envelhecimento, traduzida pela redução do peso relativo das crianças na estrutura etária e pela elevação significativa dos segmentos etários idosos, bem como uma tendência à masculinização, decorrente de uma emigração continuada, em maiores proporções, de força de trabalho feminina.

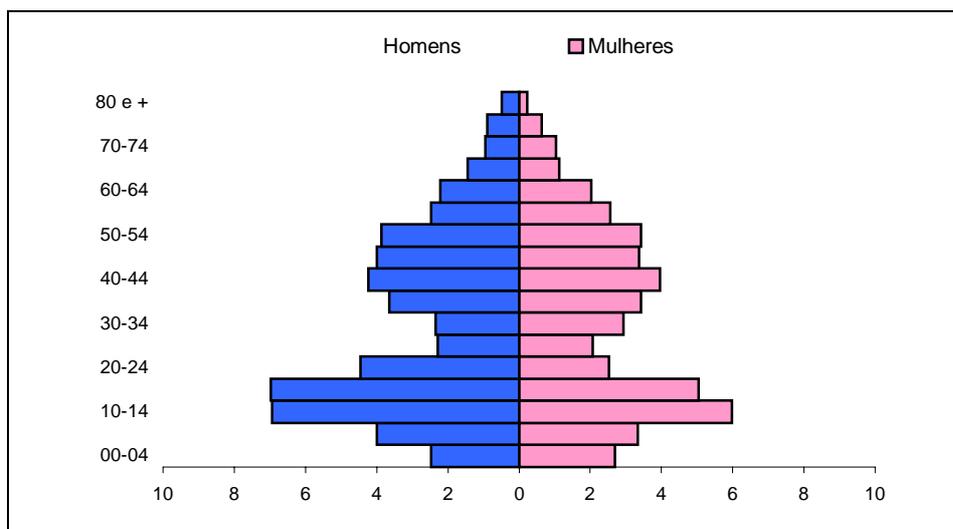
Como não poderia deixar de ser, tais características demográficas da população rural paranaense também se fazem presentes na população objeto do estudo (gráficos 2.3 e 2.4 e tabela A.2.2). Ainda que as especificidades que estes dados demonstram tenham que ser relativizadas, em função de possíveis vieses decorrentes de amostras muito pequenas, parece indiscutível a presença, nessa população, dos processos de forte redução dos grupos etários infantis, elevação expressiva das proporções de idosos e perda acentuada de força de trabalho. Situações deste tipo são indicativas de realidades sociais complexas, envolvendo indivíduos e/ou famílias cujas necessidades sociais rebatem sobre um amplo espectro de setores.

GRÁFICO 2.3 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO PESQUISADA - ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES - PARANÁ - 2000



FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

GRÁFICO 2.4 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO PESQUISADA - ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES - PARANÁ - 2005



FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Nesse contexto, é importante observar que 44% da população pesquisada está distribuída entre as faixas etárias abaixo de 25 anos, idades que, em termos de educação e saúde, correspondem ao período de formação do indivíduo e de demandas específicas quanto ao atendimento médico-hospitalar. Essa circunstância requer que o sistema público na área social dê respostas adequadas a essas demandas.

TABELA 2.10 - GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E ÍNDICE DE IDOSOS, SEGUNDO A POPULAÇÃO TOTAL E RURAL DA PNAD 1999 E 2004 E DA POPULAÇÃO TOTAL PESQUISADA 2000 E 2005 - PARANÁ

POPULAÇÃO	GRUPO ETÁRIO		ÍNDICE DE IDOSOS ⁽¹⁾ (%)
	0 a 14	65 e +	
PNAD 1999			
Total	2.755.225	535.722	19,4
Rural	615.264	111.031	18,0
PNAD 2004			
Total	2.592.563	642.180	24,8
Rural	480.982	111.358	23,2
População pesquisada			
2000	784	126	16,1
2005	565	151	26,7

FONTES: IBGE - PNAD (Microdados), Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

(1) Mede o número de idosos (65 e mais anos) para cada grupo de 100 crianças e jovens (0 a 14 anos).

De modo similar, a tendência ao envelhecimento populacional impõe desafios ao setor público (tabela 2.10). Esse processo, no entanto, introduz uma outra questão de suma relevância. Atualmente, no Brasil, observa-se um enorme crescimento do peso que as rendas advindas das aposentadorias rurais adquirem na dinâmica de pequenas localidades. Cada vez mais, são as rendas dos idosos – e neste particular o advento da seguridade rural tem sido imprescindível – que garantem grande parte da sobrevivência e da circulação monetária em municípios de pequeno porte. Nesse sentido, a tendência em curso de envelhecimento da população paranaense, em seu conjunto, e da população residente na área do Comunidades Rurais Pobres, ao mesmo tempo que traz rebatimentos sobre o perfil das demandas sociais de políticas públicas, interfere na dinâmica econômica das localidades.

A tendência à masculinização da população foco do Projeto, por seu turno, já havia sido registrada no diagnóstico inicial das famílias pobres em 2000 e mantém-se, cinco anos depois, atingindo praticamente todas as faixas etárias, notadamente o intervalo entre 10 e 20 anos de idade e os maiores de 65 anos.

Diante de um quadro dessa natureza, é possível alertar para o fato de que a circunstância de fragilidade social inerente à comunidade pobre em estudo potencializa-se em decorrência de efeitos demográficos que a permeiam. Pode-se supor, nesse caso, que a saída das mulheres, muito provavelmente em busca de alternativas de rendimentos, e a permanência dos homens na qualidade de responsáveis pelo domicílio e pelo estabelecimento, revelam situações de desagregação familiar que podem, ao longo do tempo, reforçar as chances de abandono do estabelecimento e de emigração.

Apreende-se desse conjunto de dados que o Paraná insere-se no quadro mais geral da população brasileira e da Região Sul, perdendo população rural a taxas superiores ao observado nos níveis analisados. Esta perda está vinculada, até certo ponto, ao alargamento dos perímetros urbanos municipais. Observa-se também o envelhecimento e a masculinização de sua população.

2.3 O DOMICÍLIO RURAL E O RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO

Para analisar os domicílios rurais paranaenses foram adotadas as mesmas variáveis que constroem o indicador¹⁹ que avaliará o impacto do Projeto Paraná 12 Meses, o qual estabelece a taxa de adequação dos domicílios. Segundo os dados da PNAD, observam-se, para os nove itens selecionados, ganhos generalizados (tabela 2.11).

¹⁹ As variáveis selecionadas para a construção desses indicadores encontram-se listadas na primeira seção deste documento, dedicada à metodologia e procedimentos.

TABELA 2.11 - DOMICÍLIOS RURAIS ADEQUADOS, SEGUNDO O ACESSO A BENS E SERVIÇOS - PARANÁ - 1999 E 2004

BENS E SERVIÇOS	DOMICÍLIOS RURAIS ADEQUADOS			
	1999		2004	
	Abs.	%	Abs.	%
Domicílio próprio	288.735	58,5	306.455	66,1
Água canalizada	413.576	83,7	421.582	90,9
Lixo coletado	114.171	23,1	120.366	25,9
Banheiro	447.705	90,7	431.837	93,1
Saneamento	75.159	15,2	105.319	22,7
Energia	445.972	90,3	429.496	92,6
Fogão	490.642	99,3	460.755	99,3
Rádio ou tevê	461.327	93,4	447.509	96,5
Geladeira	369.482	74,8	391.057	84,3
TOTAL DE DOMICÍLIOS	493.878	100,0	463.917	100,0

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

Entretanto, os dados indicam que, em 2004, somente 8,7% da população rural tinha acesso a todos esses equipamentos ou serviços (tabela 2.12). Para os domicílios rurais, três aspectos aparecem como críticos: o acesso a domicílio próprio, o destino do lixo e, principalmente, o saneamento, demonstrando o peso relativo com que determinados serviços se apresentam. Nesse sentido, se for considerada a coleta de lixo, o percentual de domicílios adequados em 2005 passa a ser de, aproximadamente, 15% (tabela A.2.3).

TABELA 2.12 - DOMICÍLIOS ADEQUADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS RURAIS - PARANÁ - 1999 E 2004

ANO	DOMICÍLIOS RURAIS (Abs.)	DOMICÍLIOS ADEQUADOS ⁽¹⁾	
		Abs.	%
1999	493.878	44.892	6,1
2004	463.917	69.165	8,7

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

(1) Domicílios adequados: domicílio próprio, com água canalizada, lixo coletado diretamente ou indiretamente, banheiro, adequação sanitária, energia elétrica, fogão, rádio e/ou tevê e geladeira.

Levando em conta as definições metodológicas adotadas neste estudo, os dados analisados expressam carências que impedem as famílias rurais de ingressarem no patamar mínimo de condições de existência. Essa exclusão social, além de socialmente injusta, provavelmente tem influência nas taxas negativas de crescimento da população rural em decorrência de movimentos emigratórios.

A análise do domicílio rural, quando acompanhada de dados sobre o responsável, reforça a marginalidade social a que esse segmento da população está submetido. De acordo com esses dados, o responsável pelo domicílio rural é geralmente do sexo masculino, tendo ocorrido um relativo crescimento na participação feminina entre as datas

analisadas. Em 1999, as mulheres não chegavam a 8%, passando, em 2004, a ser mais de 11% na condição de responsável pelo domicílio (tabela 2.13).

TABELA 2.13 - RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO RURAL, SEGUNDO SEXO - PARANÁ - 1999 E 2004

ANO	RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO					
	Homens		Mulheres		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1999	456.034	92,3	37.844	7,7	493.878	100,0
2004	410.929	88,6	52.988	11,4	463.917	100,0

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

A análise comparativa da idade do responsável pelo domicílio em 1999 e 2004 registra um relativo envelhecimento da população que se encontra nessa condição. Observa-se que, nas faixas etárias entre 25 e 34 anos, o percentual diminuiu de 21,2% para 17,6%, registrando-se um aumento para os grupos entre 40 e 49 anos, de 22,6% para 26,6%, e para os de 60 anos e mais, cujo percentual passou de 19,6% para 22,0% (tabela A.2.4).

No que tange à educação dos responsáveis pelo domicílio, os dados mostram um quadro precário. Destaca-se o fato de a maioria dos responsáveis pelo domicílio não ter concluído o ensino fundamental, embora se registre uma relativa melhora nos percentuais entre os anos analisados. As mulheres, de um modo geral, possuem menos instrução que os homens. A variável anos de estudo dimensiona essa realidade ao apontar que, em 1999, 86,5% não tinham recebido instrução ou tinham menos de 7 anos de estudo e, em 2004, para essa mesma situação, havia 82,3% deles (tabela A.2.5).

2.4 OCUPAÇÃO E RENDA

A população economicamente ativa rural (PEAr) do Estado do Paraná não apresentou mudanças significativas, quando se comparam os anos de 1999 e 2004. Registra-se, no entanto, uma diminuição relativa na participação das faixas etárias mais jovens, de 10 a 24 anos. Ao relacionar a população economicamente ativa com a população rural ocupada, observa-se uma significativa participação desta última na PEAR – em 1999 era da ordem de 97% e, em 2004, de 95% (ver tabelas A.2.6. e A.2.7).

Os dados relativos à população rural ocupada mostram que, de uma maneira geral, a população masculina tem uma maior participação. A participação feminina é relativamente mais presente nas faixas etárias entre 30 e 39 anos. Em 2004, a participação feminina entre os indivíduos de 50 a 54 anos chega a ser maior do que a masculina (tabela 2.14).

TABELA 2.14 - POPULAÇÃO RURAL OCUPADA, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 1999 E 2004

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO RURAL OCUPADA											
	1999						2004					
	Homens		Mulheres		TOTAL		Homens		Mulheres		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
10 a 14 anos	60.517	8,7	39.985	9,7	100.502	9,1	38.564	6,3	17.679	4,8	56.243	5,7
15 a 19 anos	91.328	13,2	48.468	11,7	139.796	12,6	71.275	11,6	28.914	7,9	100.189	10,2
20 a 24 anos	72.645	10,5	40.400	9,8	113.045	10,2	65.005	10,5	31.135	8,5	96.140	9,8
25 a 29 anos	80.459	11,6	40.881	9,9	121.340	11,0	63.729	10,3	35.629	9,7	99.358	10,1
30 a 34 anos	55.140	8,0	39.253	9,5	94.393	8,5	54.069	8,8	40.021	10,9	94.090	9,6
35 a 39 anos	67.479	9,8	47.354	11,4	114.833	10,4	57.321	9,3	50.911	13,9	108.232	11,0
40 a 44 anos	61.009	8,8	39.354	9,5	100.363	9,1	62.362	10,1	45.156	12,3	107.518	10,9
45 a 49 anos	50.736	7,3	38.315	9,3	89.051	8,1	58.383	9,5	26.993	7,3	85.376	8,7
50 a 54 anos	45.974	6,6	28.416	6,9	74.390	6,7	35.874	5,8	36.553	9,9	72.427	7,4
55 a 59 anos	36.861	5,3	16.775	4,1	53.636	4,9	45.614	7,4	19.779	5,4	65.393	6,6
60 a 64 anos	22.394	3,2	14.657	3,5	37.051	3,4	25.628	4,2	11.488	3,1	37.116	3,8
65 anos ou mais	47.165	6,8	20.272	4,9	67.437	6,1	38.692	6,3	23.155	6,3	61.847	6,3
TOTAL	691.707	100,0	414.130	100,0	1.105.837	100,0	616.516	100,0	367.413	100,0	983.929	100,0

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

A população rural ocupada, segundo a PNAD 1999 e 2004, apresentou uma diminuição nas faixas etárias entre 10 e 19 anos de idade, de 21,7% para 15,9%. Por outro lado, houve um aumento relativo no percentual de pessoas ocupadas com idades mais avançadas. Os grupos etários representados pelos mais jovens, entre 10 e 24 anos, apresentam uma diminuição, passando de 31,9%, em 1999, para 25,7% em 2004, do total da população ocupada. Para os grupos etários acima de 60 anos observa-se um acréscimo de 9,5% para 10,1%. Destaca-se o fato de se tratar de um segmento que deve ter a garantia de uma ocupação livre de penosidade e, para tanto, é necessário que esse indivíduo esteja inserido em um ambiente familiar e social seguro em termos econômicos e sociais (ver tabela 2.14).

Nas faixas etárias mais jovens a participação masculina entre os ocupados é superior, sendo que, entre os jovens de 10 a 19 anos, a população feminina ocupada é em torno da metade da população masculina ocupada. Considerando que, nessa fase da vida, os indivíduos ainda devem estar envolvidos com sua formação educacional, essa desigualdade entre os sexos vai refletir nos indicadores de educação, que, conforme foi visto, apresentam taxas relativas a anos de estudo significativamente baixas para a população rural em geral. A ocupação nas faixas etárias mais jovens, associada à sua baixa escolaridade, sugere e, ao mesmo tempo, reforça um quadro socialmente crítico.

O desempenho educacional da população rural ocupada apresentou uma relativa melhora quando se comparam os anos de 1999 e 2004; as condições 'sem instrução ou com menos de 1 ano de estudos', e de '1 a 3 anos de estudos', que correspondem ao analfabetismo e ao analfabetismo funcional, diminuem. Esse desempenho vem acompanhado de uma relativa melhora nas condições de '8 a 10 anos' e de '11 a 14 anos de estudos', que correspondem respectivamente ao ensino médio incompleto e completo (tabela 2.15).

TABELA 2.15 - POPULAÇÃO RURAL OCUPADA, SEGUNDO NÚMERO DE ANOS DE ESTUDO - PARANÁ - 1999 E 2004

NÚMERO DE ANOS DE ESTUDO	POPULAÇÃO RURAL OCUPADA			
	1999		2004	
	Abs.	%	Abs.	%
Sem instrução ou menos de 1 ano	172.136	15,6	124.072	12,6
1 a 3	248.398	22,5	185.674	18,9
4 a 7	466.183	42,2	405.814	41,2
8 a 10	123.579	11,2	135.528	13,8
11 a 14	72.206	6,5	108.999	11,1
15 anos ou mais	9.708	0,9	12.434	1,3
Não determinado	13.557	1,2	11.408	1,2
TOTAL	1.105.767	100,0	983.929	100,0

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

No entanto, é preciso ter presente que 89,3% e 72,7% da população rural ocupada, em 1999 e 2004, respectivamente, não tinham tido instrução formal ou não haviam concluído o ensino fundamental. Esta realidade impacta nas oportunidades de emprego e renda inclusive na atividade agropecuária.

A análise dos rendimentos da população rural paranaense aponta uma diminuição na participação no estrato de renda de mais de 1 ½ s.m., que passa de 24,9% para 20,0%. É no estrato de renda de mais de ½ a 1 s.m. que houve um aumento relativo maior, tanto em relação à renda do trabalho principal quanto para a soma de todos os rendimentos, que passam de 12,8% para 20,3% e de 15,3% para 21,9%, respectivamente (tabela 2.16).

TABELA 2.16 - POPULAÇÃO RURAL COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE, SEGUNDO CLASSE DE RENDA NO TRABALHO PRINCIPAL E EM TODOS OS RENDIMENTOS - PARANÁ - 1999 E 2004

CLASSE DE RENDA	POPULAÇÃO RURAL COM 10 ANOS E MAIS							
	Renda do Trabalho Principal				Todos os Rendimentos			
	1999		2004		1999		2004	
Sem renda/rendimentos	477.399	43,2	388.737	39,5	409.657	37,0	282.731	28,7
Até 1/2 s.m.	53117	4,8	93.527	9,5	48.880	4,4	141.030	11,6
Mais de ½ até 1 s.m.	141.755	12,8	200.070	20,3	169.096	15,3	215.615	21,9
Mais de 1 até 1 1/2 s.m.	150.134	13,6	102.920	10,5	140.018	12,7	118.593	12,1
Mais de 1 ½ s.m.	275.582	24,9	196.881	20,0	329.741	29,8	250.568	25,5
Sem declaração	7.850	0,7	1.794	0,2	8.445	0,8	2.392	0,2
TOTAL	1.105.837	100,0	983.929	100,0	1.105.837	100,0	983.929	100,0

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

O ingresso monetário vinculado a pensões e aposentadorias pode estar contribuindo para a saída da família do estabelecimento, na medida em que esta passa a poder acessar bens e serviços, permitidos pela regularidade da renda, encontrados mais facilmente no meio urbano (tabelas 2.17 e A.2.8).

TABELA 2.17 - POPULAÇÃO RURAL TOTAL COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE E POPULAÇÃO APOSENTADA E/OU PENSIONISTA - PARANÁ - 1999-2004

ANO	POPULAÇÃO RURAL TOTAL COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE	POPULAÇÃO APOSENTADA E/OU PENSIONISTA	B/A (%)
	(A)	(B)	
1999	1.499.353	186.217	12,4
2004	1.375.218	200.618	14,6

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

Não se observou, para essa população, uma correspondência direta entre o número de anos de estudos e a renda. Essa não correspondência é mais um elemento no quadro de ausência de oportunidades e injustiça social, presente no rural paranaense, e tem a ver com a ausência de um contexto que amplie as oportunidades de trabalho e renda, tanto na agropecuária como em outros ramos de atividade. Há fortes indícios de que parcela da população rural analisada sobrevive da venda de sua força de trabalho na atividade agropecuária, em condições precárias, pois este setor de atividade foi responsável por mais de 70% das ocupações em 1999 e em 2004, sendo que 37,3% da população em idade ativa não tem rendimento ou recebe até ½ s.m. (tabelas 2.16 e 2.18 e A.2.9).

TABELA 2.18 - POPULAÇÃO RURAL OCUPADA, SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE - PARANÁ - 1999 E 2004

ATIVIDADE	POPULAÇÃO RURAL OCUPADA			
	1999		2004	
	Abs.	%	Abs.	%
Agricultura	854.228	77,2	747.188	75,9
Indústria	74.365	6,7	73.505	7,5
Serviços/ Comércio	175.010	15,8	153.834	15,6
Outras Atividades	2.234	0,2	9.402	1,0
TOTAL	1.105.837	100,0	983.929	100,0

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

A análise de dados selecionados da PNAD 1999 e 2004 mostrou uma realidade restritiva para o acesso a moradia, renda, educação e aos bens e serviços investigados. Num contexto em que o setor primário da economia paranaense gera riqueza, conforme se demonstrou no início desta seção, o que se evidencia é a concentração dessa riqueza, acabando por gerar um quadro de iniquidade socioeconômica.

É nessa realidade que está inserido o público do Projeto Paraná 12 Meses e, por definição de prioridade para a atividade Comunidades Rurais Pobres, inserido na posição mais vulnerável econômica e socialmente. O entendimento do quanto o Projeto modificou a vida das famílias analisadas precisa ser ponderado com essas informações, as quais, acrescidas de uma análise das políticas sociais desenvolvidas no período analisado, qualificarão a avaliação de impacto.

2.5 POLÍTICAS SOCIAIS

Entendendo que a ação de um programa social define-se sempre num contexto interativo e abrange vários elementos, busca-se, aqui, indicar algumas ações governamentais desenvolvidas no Estado do Paraná, privilegiando aquelas que tiveram uma maior inserção no espaço rural. Esse procedimento justifica-se na medida em que as famílias que são público-alvo da atividade Comunidades Rurais Pobres do Projeto Paraná 12 Meses vivem em condições sociais e econômicas precárias, o que leva os indivíduos a engendrar uma combinação de estratégias de sobrevivência.²⁰

É preciso considerar que isolar o impacto de programas sociais é uma tarefa impossível, da mesma forma que a pretensão à informação completa se apresenta como um engano. A idéia da avaliação técnica clássica abalou-se pelas novas concepções de investigação social, as quais questionaram a posição dos pesquisadores e levaram a considerar que somente se é capaz de captar alguma evidência e indícios parciais, e muitas vezes indiretos, dos problemas complexos em que os programas pretendem atuar (GARCIA, 2001).

As ações governamentais, comentadas a seguir, se restringem a algumas das áreas dos gastos sociais. Entende-se como gastos sociais os dispêndios associados à previdência e assistência social, saúde, educação, amparo ao empregado, habitação, saneamento básico e, no caso brasileiro, também associados à organização agrária.

No Brasil, a maior parte do gasto social se dá no âmbito federal, através de dispêndio direto ou repasse para os entes subnacionais, o que exige uma ação articulada com os municípios e governos estaduais. Em geral, são os órgãos municipais ou as secretarias estaduais que fazem os cadastros das famílias ou pessoas a serem beneficiadas e, freqüentemente, o governo federal responsabiliza-se pelos repasses financeiros, ficando a infra-estrutura de apoio ancorada nos órgãos dos governos subnacionais.²¹ Há um complexo sistema de relações intergovernamentais em que as transferências federais vinculadas a programas sociais consolidam a implementação de políticas e não o aumento da capacidade dos entes subnacionais para decidir sobre onde e como investir recursos.²²

²⁰ Ver os relatórios sobre as Comunidades e o Público-alvo da primeira etapa de avaliação: IPARDES, 2001, 2002.

²¹ O programa Peti, por exemplo, atua tomando como referência as demandas apresentadas pelos municípios, e estas, muitas vezes, estão subestimadas pelo desconhecimento da situação de trabalho infantil (POLÍTICAS, 2005, p.54).

²² No Brasil, um dos pontos centrais na discussão da descentralização das políticas públicas de caráter social é o centralismo financeiro no nível federal. Este é, também, um dos itens da agenda de discussão do pacto federativo.

Em 2004, o Conselho Nacional de Assistência aprovou uma nova política de assistência social (PNAS), onde indica que "a proteção social deve garantir três tipos de segurança: de sobrevivência, de acolhida e de convívio. A segurança de sobrevivência refere-se à garantia de uma renda monetária mínima que assegure a sobrevivência de populações que encontrem limitações de rendimento ou de autonomia" (POLÍTICAS, 2005, p.47). As famílias das comunidades rurais pobres são, por definição, o público dos programas que se propõem garantir essa segurança de sobrevivência.

Uma das dificuldades para contextualizar os programas vigentes que possivelmente interferiram nas condições de vida das famílias alvo do Projeto, no período 2000-2005, consiste na indisponibilidade ou ausência de uma série histórica, consistida, dos cadastros dos programas. Pode-se, assim, apenas demonstrar a oferta desses programas de transferência de renda nos municípios paranaenses.²³

A maioria dos programas, se não todos, já existia desde o final da década de 90 e foi gradualmente sendo universalizada, com exceção do Bolsa-Família, que procurou reunir os diversos benefícios recebidos por uma família num benefício concentrado a partir de 2004.

A tabela 2.19, a seguir, apresenta o número de municípios paranaenses que possuíam famílias pesquisadas na atividade Comunidades Rurais Pobres, em 2000 e 2005, e nos quais havia pessoas cadastradas nos programas de transferência de renda do governo federal. Os programas que apresentam maior capilaridade municipal são o Bolsa-Família, o Bolsa-Escola e o Auxílio-Gás, e o menos expressivo é o Cartão Alimentação. Os dados apresentados, em si, não são capazes de demonstrar a eficiência e eficácia dos programas, indicando tão-somente que estes chegam ao município.

TABELA 2.19 - MUNICÍPIOS ONDE HAVIA FAMÍLIAS PESQUISADAS PARA AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES E QUE POSSUÍAM PESSOAS CADASTRADAS EM PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS, SEGUNDO OS PROGRAMAS NACIONAIS E DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA SELECIONADOS - PARANÁ - 2000 E 2005

PROGRAMAS SELECIONADOS	MUNICÍPIOS COM PESSOAS CADASTRADAS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Bolsa-Família	199	100,0	182	100,0
Bolsa-Escola	197	98,9	180	98,9
Bolsa-Alimentação	102	51,2	96	52,7
Auxílio-Gás	197	98,9	180	98,9
Cartão-Alimentação	6	3,0	6	3,3
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti	109	54,7	101	55,5
Programa Agente Jovem	49	24,6	47	25,8
TOTAL	199	100,0	182	100,0

FONTE: SETP/MDS

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

²³ Foram selecionados apenas os programas sociais de transferência de renda às famílias que correspondem ou não a direitos sociais constitucionalizados, mas cujo acesso depende de programas governamentais específicos. Assim, esta análise exclui os pagamentos de renda mensal vitalícia e dos benefícios de prestação continuada (POLÍTICAS, 2005).

Entre os programas sociais de iniciativa estadual que podem influenciar no ganho dos rendimentos familiares do público analisado destacam-se: Luz Fraterna, Leite das Crianças e Tarifa Social da Água. Este último atinge principalmente residências urbanas, uma vez que as habitações rurais, em sua maioria, não utilizam rede de abastecimento de água. Tanto é assim que somente 2,7% dos estabelecimentos pesquisados em 2000 tinham como origem da água para consumo a rede estadual ou municipal de abastecimento, e, em 2005, apenas 0,8% das famílias tinham acesso a esse tipo de abastecimento.

O Luz Fraterna baseia-se no Cadastro Único (Cadunico) de programas sociais do governo federal para definir o seu público-alvo. O Leite das Crianças tem auxílio da sociedade civil organizada nos comitês gestores municipais do Programa Fome Zero. Este programa, segundo o governo, também pretende fomentar o desenvolvimento de cadeias produtivas locais e regionais do leite, a partir do poder de compra gerado diariamente para atender às demandas do próprio programa. Note-se que esses programas estão articulados com outros programas da política nacional de assistência social, implementados a partir de 2003.

Segundo os dados oficiais da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná - SETP (PARANÁ, 2005), todos os municípios do Estado têm famílias cadastradas nos Programas Luz Fraterna e Leite das Crianças. Em 2005, nos 182 municípios que abrigavam famílias pesquisadas, 152.879 famílias eram atendidas pelo Programa Luz Fraterna e 193.461 famílias pelo Programa Leite das Crianças.

Dentre as famílias pesquisadas em 2005, 60,5% declararam possuir vacas ou novilhas para leite e apenas 2% delas afirmaram participar do Programa Leite das Crianças. Isto parece indicar que, no caso do público analisado, as famílias que participam do programa o fazem pelo lado da oferta do produto. Esta é, de fato, uma situação desejável, na medida em que possibilita a geração de renda.²⁴

As políticas de assistência social estaduais tendem a instrumentalizar programas e ações nacionais e a assessorar as gestões municipais de Assistência Social. A Secretaria do Trabalho, Emprego e Ação Social (SETP) tem feito parte de uma rede articulada intra e intergovernamental para apresentar os programas que incidem sobre populações mais vulneráveis, como crianças, idosos, pequenos produtores e famílias pobres. Mas, em geral, os governos locais estão sem capacidade própria para o financiamento e não respondem positivamente aos incentivos à municipalização da assistência social, ficando dependentes da indução e dos recursos federais (ARRETCHE, 2000, SOUZA, 2004).

Apesar desses limites, os programas de transferência/distribuição de renda estaduais são produto do aprendizado de que a proteção social não se restringe à filantropia e nem deve

²⁴ Os dados relativos à produção e participação em programas públicos das famílias pesquisadas para esta avaliação encontram-se na seção seguinte.

ser confundida com esta. As discussões ocorridas nos Conselhos de Assistência Social – Municipal, Estadual e Nacional – alimentam e são alimentadas pela referida PNAS.²⁵

Quanto à agricultura familiar, pode-se dizer, grosso modo, que esta enfrenta dificuldades na produção, distribuição e comercialização, além da dificuldade para contrair o crédito rural e se adequar às mudanças na política agrícola. Se, para o conjunto desse segmento, essas questões estão mais ou menos presentes, para as famílias classificadas como produtores de subsistência ou produtores simples de mercadoria, conceitos adotados pelo Projeto Paraná 12 Meses, elas são mais agudas, uma vez que englobam o segmento da agricultura familiar menos circunscrita na lógica de mercado. É, pois, dessa forma que a política agrícola voltada à agricultura familiar se enquadra no conceito de proteção social e, como tal, participa dos gastos sociais.

Os mecanismos que a política agrícola pode utilizar são diversos: crédito, garantia de preços mínimos, garantia de compra, seguro agrícola, assistência técnica, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, isenção de tributos à exportação, saúde animal e vegetal, entre outros.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o maior e mais importante programa para esse segmento, integrou-se às ações do Fome Zero para, além de auxiliar na renda dos agricultores familiares, aumentar a oferta de alimentos. O Pronaf visa promover um ambiente favorável à geração de renda para as famílias de agricultores vulneráveis econômica e socialmente e que constituem o contingente mais numeroso da agricultura familiar (POLÍTICAS, 2005, p.172).

A análise da série histórica 2000-2005 indicando o número de municípios que tinham agricultores cadastrados no Pronaf apresenta um resultado expressivo, o que reforça, inclusive, o entendimento de que o Estado do Paraná é mais rural do que os dados costumam indicar, pois apenas em dois municípios, em 2005, não havia agricultores cadastrados no Pronaf (tabela 2.20).

TABELA 2.20 - TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES E COM AGRICULTORES CADASTRADOS NO PROGRAMA NACIONAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF), EM SÉRIE HISTÓRICA, SEGUNDO ANOS DA PESQUISA - PARANÁ - 2000-2005

ANO DA PESQUISA PARANÁ	TOTAL DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS COM ACESSO AO PRONAF											
		2000		2001		2002		2003		2004		2005	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
2000	199	191	96,0	191	96,0	194	97,5	195	98,0	195	98,0	197	99,0
2005	182	175	96,2	175	96,2	179	98,4	180	98,9	180	98,9	181	99,5
Paraná	399	379	95,0	384	96,2	388	97,2	392	98,2	392	98,2	397	99,5

FONTE: Ministério do Desenvolvimento Agrário

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

²⁵ Há uma vasta literatura nas ciências sociais sobre os Sistemas de Proteção Social e tipos de políticas públicas nos diversos países do mundo. No Brasil, Sônia Draibe, Marta Arretche, Lena Lavinas, Ricardo Paes de Barros e Celina Souza são alguns dos autores que desenvolvem e discutem o tema das políticas sociais no pós-Constituição de 1988.

O Programa Compra Direta da Agricultura Familiar também atua no âmbito das famílias público-alvo do Paraná 12 Meses. Iniciado em 2003, este caracteriza-se por tentar articular política agrícola e segurança alimentar. Atua no fortalecimento da agricultura familiar, por meio da compra direta de seus produtos por parte do Estado para distribuir alimentação às instituições sociais que desenvolvem trabalho publicamente reconhecido e para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Esse programa é um exemplo de focalização também na política agrícola, pois atinge alguns agricultores mais envolvidos e que apresentam projetos de comercialização ao programa, e não tem a pretensão de generalizar ou universalizar essas compras institucionais. O Estado, no caso, faz o papel de garantia do preço e de comprador dos produtos. Essas compras institucionais, ao mesmo tempo que visam interferir na renda dos agricultores envolvidos, almejam contribuir para diversificar os produtos comercializados pela agricultura familiar (NUNES, 2006).

No entanto, segundo documento do IPEA, a execução da estratégia de articulação entre política agrícola e segurança alimentar é precária, havendo desequilíbrio entre elas, em detrimento das ações de apoio à agricultura familiar (POLÍTICAS, 2005). Dos 184 municípios pesquisados, nesta última etapa da Avaliação de Impacto Socioeconômico – atividade Comunidades Rurais Pobres, o programa de Compra Direta atingiu 42 municípios.

Nesse sentido, é necessário refletir que as políticas de crédito e incentivo agrícola não evitam a diferenciação social entre os agricultores e os habitantes do rural; não oferecem garantia de conter a redução da população ocupada nas atividades agrícolas, de conservar os recursos naturais ou de segurança alimentar na produção para o autoconsumo (NUNES, 2006), para citar apenas alguns dos temas envolvidos nas discussões de políticas para o meio rural e seus habitantes.

Todas as políticas mencionadas anteriormente, e outras não abordadas neste estudo, estão sujeitas a causar impacto no público da atividade Comunidades Rurais Pobres do Projeto Paraná 12 Meses, pois as linhas de causalidade das políticas públicas na sociedade são muitas vezes imprevisíveis. A interferência desses programas sobre a população rural acontece de forma desigual. Primeiro, pelo viés urbano de alguns programas e, depois, pela falta de uma maior focalização dessas políticas sociais nas famílias rurais pobres.

Além disso, há o problema do desconhecimento, por parte do público, sobre as políticas sociais disponíveis. O público desconhece as regras e trâmites burocráticos inerentes aos benefícios; desconhecem, até mesmo, os seus direitos. Exemplo disso foi a ação de mutirões²⁶ para viabilizar documentação pessoal dos indivíduos moradores das Comunidades

²⁶ Ver o Capítulo 1 deste relatório, sobre a metodologia.

Rurais Pobres, condição necessária para ter acesso ao Projeto. Em última instância, o que determina o acesso é o exercício da cidadania – conhecer e saber ter o direito.

As transformações pelas quais passaram as políticas sociais brasileiras desde a redemocratização não foram suficientes para alcançar reduções significativas no grau de desigualdade de renda do País.²⁷ A idéia de integração de políticas sociais não significa "dar acesso simultâneo a uma variedade de programas, mas dar a cada beneficiário acesso a um conjunto de benefícios que estejam mais adequados a suas necessidades específicas" (BARROS; CARVALHO, 2003, p.10).

A política social é uma dimensão necessária da democracia nas sociedades modernas e está estreitamente ligada aos valores da equidade. Nesse sentido, os programas estaduais procuram interferir especificamente sobre essas populações, como é o caso do Projeto Paraná 12 Meses.

Esta seção apresentou o contexto rural paranaense de maneira mais ou menos ampla, com o propósito de instrumentalizar o leitor quanto ao âmbito e abrangência das ações desenvolvidas pela atividade Comunidades Rurais Pobres. Nos próximos itens analisa-se especificamente o público do Projeto, representado pelos indivíduos e famílias cadastrados no banco de dados do IPARDES.

²⁷ A conclusão pode ser a mesma, mas as razões para tal são controversas. Há uma grande variedade de argumentos, que vão desde a afirmação de que a redução da desigualdade decorre do problema da má focalização dos programas até a idéia de que o problema está na distribuição de renda.

3 ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES: DADOS COMPARATIVOS DE 2000 E 2005

Em uma perspectiva comparativa, esta seção acompanha as mudanças ou permanências da estrutura familiar, habitacional e produtiva das famílias pesquisadas. A base dessa comparação é o banco de dados da pesquisa, formado pelos levantamentos de campo realizados em 2000 e 2005, que, para efeito dessa avaliação de impacto socioeconômico, são tomados como o marco inicial e final da atividade.

Considerando que à época do diagnóstico as ações da atividade Comunidades Rurais Pobres encontravam-se em andamento, a avaliação conforma-se como processo, acompanhando a implantação das ações, e medindo, sempre que possível, o seu impacto entre as famílias.

Para acompanhar essa análise, algumas observações gerais devem ser lembradas. O banco original de dados representa o público presumível da atividade Comunidades Rurais Pobres e não o universo dos beneficiários. E, a pesquisa identificou que nem todas as famílias da amostra foram beneficiadas pela atividade analisada. Além disso, o período de cinco anos – intervalo entre as duas pesquisas – registra mudanças na família e na estrutura socioproductiva (tabela 3.1).

TABELA 3.1 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ACESSO ÀS AÇÕES DA ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES DO PROJETO PARANÁ 12 MESES - PARANÁ - 2000 E 2005

CONDIÇÃO DE ACESSO ÀS AÇÕES	ESTABELECIMENTOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Apoiados	446	79,4	520	92,5
Não apoiados	116	20,6	42	7,5
TOTAL	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Devido à necessidade, definida pela metodologia, de acompanhar a mesma família²⁸, essa caracterização do público²⁹ leva em consideração as alterações ocorridas na condição de responsável pelo domicílio das 562 famílias pesquisadas.

²⁸ As circunstâncias em que foram encontradas outras famílias que não as pesquisadas em 2000 foram descritas na primeira seção do presente relatório.

²⁹ Constituem o público as famílias que entraram na amostra retirada do banco original de dados, criado a partir do cadastro da atividade Comunidades Rurais Pobres, Perfil da Unidade Produtiva (PUP).

Foram identificadas 36 famílias (6,4% do total de 562) em que houve alteração de responsável pelo domicílio/estabelecimento. Em nove casos, o indivíduo que assumiu o estabelecimento havia ingressado na família após a pesquisa de 2000. Nos outros 27 casos o novo responsável já integrava a família em 2000 (tabelas A.3.1 e A.3.2).

Os novos responsáveis têm o seguinte perfil: 15 indivíduos que assumiram essa posição estavam, anteriormente, na condição de cônjuge; destes, 13 eram mulheres com idade média de 49,7 anos, em 2005. Daqueles que estavam na condição de filho e passaram para a condição de responsável (nove no total) havia apenas duas mulheres. E ainda, nos cinco casos de separação matrimonial as mulheres assumiram a condição de responsável (tabelas A.3.3 e A.3.4).

Esse breve relato sobre as alterações na condição de responsável pelo estabelecimento tem a finalidade de iniciar a análise comparativa das famílias pesquisadas, incorporando essas mudanças no perfil da família.

3.1 A FAMÍLIA

A avaliação de impacto socioeconômico da atividade Comunidades Rurais Pobres mantém como referência básica a família, pois entende-se que a família torna-se "parâmetro e critério para ações governamentais capazes de romper o ciclo vicioso do desamparo social" (IPARDES, 2003). E é sabido que políticas sociais bem diversas, quanto as relativas à nutrição, educação, habitação e saúde, incidem sobre as famílias rurais pobres.

O espaço rural não é homogêneo, ou simples, nem tampouco natural. As famílias inseridas neste espaço constroem um modo particular de relacionamento com a sociedade mais ampla e com o sistema econômico, expressando um modo de vida distinto, que precisa ser identificado em suas especificidades. É conhecida a importância estrutural dos grupos domésticos para a agricultura familiar.³⁰ Desta forma, o foco no estudo da família contempla dimensões amplas, públicas, e não apenas privadas, como a organização do trabalho e o relacionamento com os vizinhos. Essa perspectiva deve nortear a leitura dos dados, das descrições e da análise presente nesta seção.

O tamanho médio estimado das famílias pesquisadas era de 4,3 pessoas, em 2000, e de 4 pessoas em 2005. Em termos comparativos, esse indicador supera aquele registrado para as famílias domiciliadas no rural paranaense, que, segundo a PNAD de 1999, alcançava uma média de 3,9 pessoas e, em 2004, de 3,6 pessoas. Pode-se acrescentar que o tamanho médio das famílias pesquisadas está em consonância com o

³⁰ O papel da agricultura familiar nas sociedades contemporâneas tem sido investigado, particularmente, pela sociologia rural, que produziu estudos considerados clássicos, como aqueles desenvolvidos por José de Souza Martins e Maria de Nazareth B. Wanderley, por exemplo.

tamanho das famílias de renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*, 4,1 pessoas, segundo o censo demográfico 2000 (IPARDES, 2003) – tabela 3.2.

TABELA 3.2 - TAMANHO MÉDIO DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS NAS COMUNIDADES RURAIS POBRES, EM 2000 E 2005; DAS FAMÍLIAS RURAIS, SEGUNDO A PNAD 1999 E 2004; E DAS FAMÍLIAS POBRES, SEGUNDO O CENSO DEMOGRÁFICO 2000 - PARANÁ

REFERÊNCIA	FAMÍLIAS COMUNIDADES RURAIS POBRES		POPULAÇÃO RURAL - PNAD		FAMÍLIAS POBRES - CENSO
	2000	2005	1999	2004	2000
Tamanho médio das famílias	4,3	4	3,9	3,6	4,1

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Os dados estão registrando um envelhecimento geral da população analisada. O segmento representado por crianças e jovens abaixo de 15 anos de idade diminuiu de 32,7%, em 2000, para 25,4% em 2005. Mas é a partir da faixa dos 40 anos que esse fenômeno torna-se mais perceptível. Convém notar que essa tendência é parte do envelhecimento geral da população, tendo sido identificada, para a população rural como um todo, nos dados das PNADs 1999 e 2004 (tabelas 2.10 e A.3.5).

O envelhecimento relativo e, particularmente, o aumento no número de idosos colocam este segmento entre os que têm o direito a aposentadoria, e é possível que esta circunstância melhore a renda da família. Observa-se, entre os pesquisados, que a população com idade para ingressar no sistema previdenciário – mulheres a partir de 55 anos e homens a partir de 60 anos – eleva-se de 9,5% para 13,6%, em 2005.³¹

Em 2005, do total de 2.223 pessoas, 53,7% eram do sexo masculino e 46,3% do sexo feminino. O que mais chama a atenção na pirâmide etária da população pesquisada é a saída das mulheres com idade entre 25 e 29 anos e, entre os homens, de 30 a 34 anos. O fenômeno da masculinização da população analisada já havia sido observado no estudo anterior (IPARDES, 2002) e continua presente no segmento analisado, sendo que a faixa etária entre 20 e 24 anos de idade apresenta a maior proporção de população masculina em 2005, sugerindo que, mesmo com o envelhecimento natural dos pesquisados, o fenômeno da saída das mulheres jovens permanece. Esse fenômeno tem correlação com estudos nacionais já mencionados no relatório anterior (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998). Encontram-se, igualmente, diferenças relativas nas faixas etárias de 15 a 19 anos e de 75 anos ou mais (tabela 3.3).

³¹ Ver pirâmide etária no Capítulo 2 deste trabalho.

TABELA 3.3 - TOTAL DE PESSOAS PERTENCENTES ÀS FAMÍLIAS PESQUISADAS E RAZÃO DE SEXO, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 2000 E 2005

FAIXA ETÁRIA	2000		RAZÃO DE SEXO ⁽¹⁾	2005		RAZÃO DE SEXO ⁽¹⁾
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
0-4	100	67	1,5	55	60	0,9
5-9	154	136	1,1	89	74	1,2
10-14	175	152	1,2	154	133	1,2
15-19	136	124	1,1	155	112	1,4
20-24	113	62	1,8	99	56	1,8
25-29	62	68	0,9	51	46	1,1
30-34	79	73	1,1	52	65	0,8
35-39	100	83	1,2	81	76	1,1
40-44	93	83	1,1	94	88	1,1
45-49	77	77	1,0	89	75	1,2
50-54	60	49	1,2	86	76	1,1
55-59	47	49	1,0	55	57	1,0
60-64	29	24	1,2	49	45	1,1
65-69	26	35	0,7	32	25	1,3
70-74	21	17	1,2	21	23	0,9
75-79	14	13	1,1	31	19	1,6
TOTAL	1286	1112	1,2	1193	1030	1,2

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

(1) A razão de sexo expressa a relação entre o número de homens observado na população para cada mulher.

O fenômeno observado constitui um convite ao estudo e compreensão das razões que levam as pessoas a deixar a família, a comunidade etc., o qual permitiria sugerir medidas que viessem a alterar ou minimizar esse quadro.

Uma característica complementar ao fenômeno da masculinização diz respeito à composição das famílias rurais pesquisadas. A proporção mais expressiva por sexo se mostra, como na pesquisa anterior, entre os responsáveis pelo estabelecimento, em que os homens são maioria, 87,2%. No entanto, observa-se, entre uma pesquisa e outra, um relativo aumento no número de mulheres nessa condição (tabela 3.4).

Esses dados podem contribuir para nortear a concepção de políticas públicas voltadas para o segmento, na medida em que estabelecem parâmetro para o dimensionamento da estrutura e características de atendimento e acompanhamento da população nas diversas etapas de sua vida. Isso se faz particularmente necessário para as fases da vida do indivíduo que requerem uma atenção particular, por exigirem aparatos médico-hospitalar e socio-sanitário adequados, como é o caso das crianças menores de 4 anos, das mulheres em idade reprodutiva e dos idosos.

TABELA 3.4 - TOTAL DE PESSOAS PERTENCENTES ÀS FAMÍLIAS PESQUISADAS, SEGUNDO SEXO E RELAÇÃO DE PARENTESCO - PARANÁ - 2000 E 2005

RELAÇÃO DE PARENTESCO	PESSOAS PERTENCENTES ÀS FAMÍLIAS PESQUISADAS											
	2000						2005					
	Masculino		Feminino		TOTAL		Masculino		Feminino		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Responsável	505	89,9	57	10,1	562	23,4	490	87,2	72	12,8	562	25,3
Cônjuge	19	4,0	455	96,0	474	19,8	19	4,2	431	95,8	450	20,2
Filho(a)	668	57,9	485	42,1	1153	48,1	570	59,4	389	40,6	959	43,1
Nora/Genro	2	11,8	15	88,2	17	0,7	6	22,2	21	77,8	27	1,2
Neto(a)	36	61	23	39	59	2,5	43	47,3	48	52,7	91	4,1
Pai/Mãe	11	26,2	31	73,8	42	1,8	14	31,1	31	68,9	45	2,0
Sogro(a)	2	33,3	4	66,7	6	0,3	1	33,3	2	66,7	3	0,1
Outros parentes	43	50,6	42	49,4	85	3,5	42	55,3	34	44,7	76	3,4
Agregados	-	-	-	-	-	-	8	80,0	2	20,0	10	0,4
TOTAL	1286	53,6	1112	46,4	2398	100,0	1193	53,7	1030	46,3	2223	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Observa-se uma queda relativa no percentual de famílias em que os filhos habitam com os pais (tabela 3.5). Em 2000, 79% das famílias pesquisadas declararam conviver com filhos no mesmo domicílio e, em 2005, esse percentual havia se reduzido para 72,1%. Parte dessa redução pode ser explicada pela saída dos filhos da casa dos pais em busca de oportunidades de trabalho e renda (tabelas A.3.6 e A.3.7).

TABELA 3.5 - FAMÍLIAS PESQUISADAS, SEGUNDO A PRESENÇA DE FILHOS E GRANDES GRUPOS ETÁRIOS - PARANÁ - 2000 E 2005

FAMÍLIAS PESQUISADAS	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Famílias sem filhos	118	21,0	157	27,9
Famílias com filhos	444	79,0	405	72,1
Somente com filhos menores de 14 anos	174	31,0	97	17,3
Somente com filhos maiores de 14 anos	122	21,7	166	29,5
Com filhos em diversas faixas etárias	148	26,3	142	25,3
TOTAL	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Apesar disso, em mais de 70% das famílias, em 2005, os filhos permaneciam na casa dos pais, sendo que em 17,3% dos casos esses tinham menos de 14 anos de idade, o que corresponde ao período de formação da família e de uma maior dependência dos filhos em relação aos pais. Essa condição caracteriza-se por demandas específicas relacionadas com os direitos das crianças, garantidos constitucionalmente (ver tabela 3.5).

Nota-se que, no período pesquisado, há uma alteração no que se pode considerar o perfil do jovem na família, aumentando a participação relativa das famílias com filhos maiores de 14 anos, o que reflete o envelhecimento geral das famílias analisadas, apontado anteriormente (ver tabelas 3.4 e 3.5).

3.1.1 As Mudanças Ocorridas na Família

No período analisado há o registro de intercorrências naturais, ou não, intrafamiliares. As 562 famílias pesquisadas abrigavam, em 2000, 2.398 pessoas, sendo 53,6% de homens e 46,4% de mulheres. Em 2005, as mesmas famílias passaram a abrigar 2.223 pessoas, com uma proporção semelhante entre os sexos (tabela A.3.5).

Os dados para os mesmos indivíduos nas famílias pesquisadas em 2000 e em 2005 indicam que as saídas concentraram-se nos filhos, pois 312 indivíduos nesta condição deixaram a família, fenômeno que atingiu, indiscriminadamente, homens e mulheres com idade média de 17 anos. No entanto, a saída de mulheres é mais significativa, pois, como foi visto, trata-se de um ambiente predominantemente masculino.

Se, por um lado, houve quem deixasse o domicílio, por outro a pesquisa registrou o ingresso de 265 novos indivíduos entre 2000 e 2005, dos quais 133 na condição de filhos (50,2%) e 56 na condição de netos (21,1%). No entanto, verifica-se que o número absoluto dos que saíram é maior do que o dos que ingressaram nas famílias (tabelas 3.6 e 3.7).

TABELA 3.6 - PESSOAS QUE SAÍRAM DA FAMÍLIA APÓS A PESQUISA DE 2000, SEGUNDO A RELAÇÃO DE PARENTESCO - PARANÁ - 2005

RELAÇÃO DE PARENTESCO	PESSOAS QUE SAÍRAM DA FAMÍLIA APÓS 2000			
	Homens (%)	Mulheres (%)	TOTAL	
			Abs.	%
Responsável	92,3	7,7	13	3,3
Cônjuge	0	100	12	3,1
Filhos	51,3	48,7	312	80,2
Nora/Genro	0	100,0	9	2,3
Netos	61,9	38,1	21	5,4
Mãe/Pai	0	100,0	3	0,8
Sogro(a)	100,0	0	1	0,3
Outros	22,2	77,8	18	4,6
TOTAL	48,8	51,2	389	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA 3.7 - INDIVÍDUOS QUE INGRESSARAM NA FAMÍLIA PESQUISADA DEPOIS DE 2000, SEGUNDO SEXO, IDADE MÉDIA E MEDIANA E RELAÇÃO DE PARENTESCO - PARANÁ - 2005

RELAÇÃO DE PARENTESCO	PESSOAS QUE INGRESSARAM NA FAMÍLIA A PARTIR DE 2000				
	Sexo		TOTAL	IDADE	
	Homens	Mulheres		Média	Mediana
Responsável	6	3	9	48,7	48
Cônjuge	3	20	23	39,2	37
Filhos	73	60	133	7,7	3
Nora/Genro	4	15	19	24,6	22
Netos	21	35	56	5,9	4,5
Mãe/Pai ou Sogro/Sogra	1	4	5	68,6	68
Outros parentes e agregados	10	10	20	25,4	19,5
TOTAL	118	147	265	16,2	7,5

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

A análise dessas famílias registra uma redução no número de indivíduos, em termos absolutos, de 175 pessoas, ou 7,3%. Entre esses casos, nota-se que o número de pessoas que não mais residem com a família neste segundo momento da pesquisa é relativamente maior entre mulheres. Este fato é registrado também entre as pessoas falecidas, em que de 51 casos declarados 60,8% eram mulheres (tabela A.3.8).

Quanto ao fenômeno da perda de população domiciliada no rural, deve-se resgatar, da análise feita na seção anterior, a informação de que a taxa de crescimento geométrico da população rural paranaense foi negativa (-2.64 a.a.), segundo os dados da PNAD para 1999 e 2004. Considerando que a taxa calculada para o total de indivíduos pertencentes às famílias pesquisadas em 2000 e o total pesquisado em 2005 foram ambos negativos, da ordem de -6,42 a.a., tem-se que a contribuição líquida do segmento representado pelas famílias pesquisadas, na perda de população rural, é a de maior peso.

3.1.2 Perfil do Responsável das Famílias Pesquisadas

Para traçar o perfil do responsável pelo estabelecimento foram selecionadas variáveis de sexo, idade e escolaridade. Os dados dizem respeito aos 562 produtores pesquisados em 2000 e 2005.

De modo geral o responsável pelo estabelecimento tem papel estruturante no desenvolvimento da família, pois a ele cabem, em última instância, as decisões de ordem familiar, econômica e social. Observou-se que, entre os anos da pesquisa, ocorreu, além de um aumento no número de mulheres responsáveis pelo domicílio, um envelhecimento dos indivíduos que ocupavam essa posição na família (tabela 3.8).

TABELA 3.8 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA IDADE DOS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO PESQUISADO - PARANÁ - 2000 E 2005

IDADE	RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO					
	2000			2005		
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
Média	45,3	52,5	46,1	50,1	54,9	50,7
Mediana	44	54	44,5	49	56,5	49
Mais jovem	21	25	21	24	30	24
Mais idoso	81	80	81	84	78	84
TOTAL DE RESPONSÁVEIS	505	57	562	490	72	562

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

No que tange à educação, os dados do responsável encontram correspondência na realidade rural apresentada pelos dados da PNAD, analisados na seção anterior. De um modo geral eles apontam que, tanto naquele caso quanto no caso específico dos responsáveis pelo estabelecimento, prevalece uma situação precária em termos educacionais.

Para que se possa observar mudanças significativas na área educacional, deve haver uma combinação de intencionalidade e temporalidade, ou seja, é preciso haver mudanças estruturais que se reflitam nos indicadores para que estes sejam percebidos no tempo. Nessa perspectiva, no período analisado não houve mudanças significativas no sistema educacional brasileiro e, ademais, o intervalo de cinco anos não é suficiente para o registro de mudanças perceptíveis quantitativamente. Mesmo assim, os dados apontam para um pequeno aumento no número de responsáveis pelo estabelecimento com 8 anos e mais de estudo, que correspondem ao ensino fundamental completo. Contudo, o ensino fundamental incompleto, equivalente a 1 a 4 anos de estudo, é a situação encontrada com mais frequência entre os responsáveis. Pode-se observar, também, que entre as mulheres a condição de menor escolaridade apresenta números relativamente maiores (tabela 3.9).

TABELA 3.9 - RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO PESQUISADO, SEGUNDO SEXO E ANOS DE ESTUDO - PARANÁ - 2000 E 2005

ANOS DE ESTUDO SUPLETIVO	RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO											
	2000						2005					
	Masculino		Feminino		TOTAL		Masculino		Feminino		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Analfabetos	62	12,3	11	19,3	73	13,0	48	9,8	12	16,7	60	10,7
Alfabetizados	20	4	5	8,8	25	4,4	18	3,7	2	2,8	20	3,6
1 a 4 anos	336	66,7	35	61,4	371	66,0	333	68	48	66,7	381	67,8
5 a 7 anos	36	7,1	5	8,8	41	7,3	27	5,5	5	6,9	32	5,7
8 a 10 anos	33	6,5	0	0	33	5,9	38	7,8	3	4,2	41	7,3
11 anos e mais	13	2,6	1	1,8	14	2,5	21	4,3	2	2,8	23	4,1
Supletivo 1.º Grau	3	0,6	0	0	3	0,5	2	0,4	0	0	2	0,4
Supletivo 2.º Grau	1	0,2	0	0	1	0,2	3	0,6	0	0	3	0,5
Não declarado	-	-	-	-	1	0,2	-	-	-	-	-	-
TOTAL	504	100	57	100	562	100,0	490	100	72	100	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

A baixa escolaridade relacionada à idade média dos responsáveis pelo estabelecimento, caracterizada pela maturidade, revela uma certa dificuldade em reverter esse quadro. Isso se dá uma vez que esse indivíduo acumula compromissos profissionais e familiares e, assim, a possibilidade de se instruir dependerá, em grande medida, de uma ação específica que considere as características do público a ser atendido.

3.1.3 Escolaridade

Os dados referentes à escolaridade da população pesquisada demonstram que houve uma progressão relativa no nível de instrução. Em números absolutos, diminuiu o número de analfabetos, que representavam 8%, em 2000, e passam a 6,8%, em 2005; ao

mesmo tempo, cresceu o número de pessoas com ensino fundamental e médio completos, de 3,6% para 5,9% e de 3,3% para 6,3%, respectivamente. No entanto, apesar desses acréscimos, em 2005 a maior parte das pessoas não havia concluído o ensino fundamental. Observa-se que, de um modo geral, as mulheres têm menos instrução que os homens (tabelas 3.10 e A.3.9).

TABELA 3.10 - TOTAL DE PESSOAS PESQUISADAS, SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO - PARANÁ - 2000 E 2005

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	TOTAL DE PESSOAS PESQUISADAS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Analfabetos	192	8,0	152	6,8
Alfabetizados	39	1,6	40	1,8
Ensino fundamental incompleto	1575	65,7	1402	63,1
Ensino fundamental completo	87	3,6	131	5,9
Ensino médio incompleto	175	7,3	169	7,6
Ensino médio completo	80	3,3	140	6,3
Ensino superior incompleto	2	0,1	11	0,5
Ensino superior completo	0	0,0	5	0,2
Não aplicável ⁽¹⁾	248	10,3	173	7,8
TOTAL	2398	100,0	2223	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

(1) Refere-se a pessoas com menos de 7 anos e que freqüentam escola especial, e àquelas que não declararam sua situação escolar.

Verifica-se que a população mais jovem, de 7 a 14 anos, está freqüentando a escola, uma vez que os percentuais relativos a essa faixa etária são relativamente expressivos. Outro dado que chama a atenção é a procura da pré-escola pela família, pois em torno de 60% das crianças de 5 a 6 anos de idade estão freqüentando escola. Nesse aspecto, parece estar havendo uma transformação no sentido de ofertar à população rural uma condição que, em grande medida, vinha sendo oferecida principalmente à população urbana.

O período correspondente à adolescência está se mostrando crítico em termos educacionais, uma vez que os dados estão revelando uma desistência escolar por parte da população mais jovem. Note-se que esse quadro vai se agravando conforme aumenta a idade do indivíduo (tabela 3.11).

TABELA 3.11 - DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS PERTENCENTES ÀS FAMÍLIAS PESQUISADAS, SEGUNDO CONDIÇÃO DO VÍNCULO ESCOLAR E FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 2000 E 2005

FAIXA ETÁRIA (ANOS)	PESSOAS PESQUISADAS								
	Estudam		Pararam Definitivamente de Estudar		Pararam Temporariamente de Estudar		Nunca Estudaram		Total de Pessoas
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.
2000									
5-6	70	62,5	NA	NA	NA	NA	9	8,0	112
7-10	238	98,3	-	-	1	0,4	3	1,2	242
11-14	248	94,3	6	2,3	9	3,4	-	-	263
15-17	117	72,2	26	16,0	46	28,4	-	-	162
18-24	78	28,6	134	49,1	59	21,6	2	0,7	273
25 e mais	25	2,1	866	73,5	69	5,9	217	18,4	1.179
TOTAL	769	34,5	1.032	46,3	184	8,2	231	10,4	2.231
2005									
5-6	35	67,3	NA	NA	NA	NA	4	7,7	52
7-10	160	99,4	-	-	-	-	1	0,6	161
11-14	224	94,5	8	3,4	5	2,1	-	-	237
15-17	133	73,1	25	13,7	21	11,5	3	1,6	182
18-24	40	18,0	139	62,6	43	19,4	-	-	222
25 e mais	19	1,5	1.028	82,0	23	1,8	184	14,7	1.254
TOTAL	611	29,0	1.200	56,9	92	4,4	192	9,1	2.108

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

NOTA: NA - O dado não se aplica, referente a indivíduos com idade inferior à da obrigatoriedade escolar.

Esse cenário encontra expressão nos dados de 2005, em que se constata que mais de 90% das pessoas até 14 anos estavam estudando, contrastando com os mais de 70% da população acima de 18 anos de idade que pararam definitivamente de estudar.

Houve um aumento no percentual de pessoas entre 18 e 24 anos de idade que declararam ter parado temporariamente de estudar, o que, de certa forma, demonstra o desejo de retomar os estudos. Nesse caso, deve ser ponderada a correspondência entre o fato de as pessoas que em 2000 tinham de 15 a 17 anos de idade e estavam estudando terem ingressado – transcorrido o período de cinco anos – na faixa de 18 a 24 anos, sendo que, nesse novo momento de sua vida, declararam ter parado definitivamente (62,6%) ou temporariamente (19,4%) de estudar. Isso leva a que se atente para a ausência de condições objetivas para a continuação dos estudos por parte desse grupo populacional (ver tabela 3.11).

3.1.4 Saúde

As ações voltadas para as condições mais gerais de habitabilidade desenvolvidas pela atividade Comunidades Rurais Pobres guarda uma estreita relação com as condições de saúde da população e, em particular, com as doenças associadas à ausência de adequação sanitária.

Na tentativa de medir essa correlação, investigaram-se os indivíduos que apresentaram sintomas de diarreia, verminoses e doenças de pele.³² Assim, os dados apresentados a seguir buscam relacionar as ações de adequação da moradia³³ – reforma/construção, acesso a água encanada e esgotamento sanitário – com ocorrências desses sintomas entre os membros das famílias pesquisadas.

É preciso considerar que, como o dado é auto-referido, é possível que haja uma subnotificação dos sintomas. Mesmo com essa ressalva, observa-se uma diminuição no número de casos, tanto em termos domiciliares – o registro de ao menos um caso na unidade pesquisada – quanto em termos absolutos e relativos de pessoas com os sintomas investigados (tabela 3.12).

TABELA 3.12 - TOTAL DE DOMICÍLIOS E DE PESSOAS COM SINTOMAS DE DIARRÉIA, VERMINOSES E DOENÇAS DE PELE - PARANÁ - 2000 E 2005

SINTOMAS	2000				2005			
	Domicílios		Pessoas		Domicílios		Pessoas	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Diarréia	67	11,9	92	3,8	54	9,6	81	3,6
Verminose	155	27,6	255	10,6	89	15,8	124	5,6
Doenças de pele	104	18,5	176	7,3	84	14,9	106	4,8
TOTAL	562	100,0	2.398	100,0	562	100,0	2.223	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

A relação entre os sintomas e as condições de infra-estrutura sanitária de que as famílias dispõem pode ser percebida, de maneira geral, na comparação entre os domicílios adequados e os não-adequados quanto ao saneamento, à água e ao destino do lixo, considerando os critérios adotados nesta avaliação. Essa relação fica mais evidente para as condições de saneamento e lixo; no caso da água, aparentemente existe uma relação menos evidente, uma vez que os dados apontam percentuais expressivos e mesmo superiores de casos de sintomas de diarreia, verminoses e doenças de pele para domicílios adequados para a condição analisada. Essa circunstância leva a que se considere que o critério de acesso à água no interior do domicílio é suficiente para garantir ganhos relacionados à saúde do indivíduo e, ao mesmo tempo, levanta a necessidade de um maior controle e conhecimento sobre a qualidade da água captada para consumo, sendo este um fato que pode estar influenciando o resultado.

³² Os sintomas de diarreia/infecções intestinais/desidratação e doenças de pele (sarna, feridas na pele, bicho-do-pé, berne, piolho, hanseníase e assemelhados) foram investigados tomando-se como referência o último mês; para os sintomas de verminoses, por sua vez, teve-se como referência o último ano.

³³ A adequação da moradia corresponde à densidade de até dois indivíduos por cômodo para dormir; ao acesso a água dentro de casa; e ao acesso a rede de esgoto ou fossa séptica com escoadouro.

Para os três sintomas de doenças analisados observa-se uma alteração nos dados de 2000 e 2005, no sentido de uma distribuição mais homogênea dos percentuais, sugerindo que a partir de determinado ponto as ações relacionadas à infra-estrutura habitacional deixam de ser suficientes, devendo haver uma melhor compreensão desta questão, que permita atuar na direção de uma melhora na qualidade de vida dessas famílias. No caso do lixo³⁴, em que não houve uma ação específica que desse conta da destinação deste mas tão-somente orientações à família, observa-se que a relação de sua adequação com os sintomas relatados fica destacada nos dados apresentados (tabelas 3.13, 3.14 e 3.15).

Do ponto de vista da avaliação de impacto socioeconômico das ações da atividade Comunidades Rurais Pobres, surge como alerta o fato de existirem alguns domicílios (46) apoiados com saneamento e água que não cumprem o critério de adequação do ponto de vista da fonte de água.³⁵ É preciso entender os fatores que levam a isto para que, em projetos futuros, se possa evitá-los ou corrigi-los. Contudo, este é um aspecto que foge ao escopo deste estudo. Registra-se também uma diminuição relativa de casos de intoxicação por defensivos agrícolas, que de 27 registros, em 2000, cai para 5 casos em 2005 (tabela A.3.10).

Dados relacionados a atendimento indicam que a procura por serviços de natureza médico-hospitalar e laboratorial não chega a uma média de duas procuras por pessoa ao ano, nos dois períodos analisados (tabela A.3.11), o que demonstra uma certa dificuldade, por parte da população, de acesso à estrutura pública de saúde. Mas há indícios de que esse quadro está sendo alterado, pois é possível perceber um aumento no número absoluto de pessoas que buscaram atendimento e, também, uma diversificação do atendimento buscado, ainda que o posto de saúde seja a porta de entrada, sendo responsável por aproximadamente 50% dos atendimentos. A procura por farmácias e hospitais diminuiu de 19,7% e 13,4% para 12,5% e 9,2%, respectivamente, e a procura por atendimento odontológico e exames laboratoriais teve uma participação relativamente maior (tabela 3.16).

³⁴ Foi considerado adequado o lixo: recolhido; e separado orgânico de inorgânico desde que conduzido para lugares próprios.

³⁵ Neste trabalho, a classificação adotada de adequação quanto a saneamento é o acesso a escoamento por fossa séptica com escoadouro ou ligado a rede. A adequação quanto à origem da água contemplou as seguintes situações: 1) **Adequado**: fonte protegida com tijolo/pedra/alvenaria, com tampa; poço protegido com tijolo; microssistema com tratamento; fonte protegida com tijolo/pedra/alvenaria, sem tampa; poço protegido com madeira; rede Sanepar; poço artesiano comunitário; cisterna; serviço municipal de água e esgoto; caixa d'água dentro da mina; fonte protegida com madeira; fonte protegida com manilha; fonte protegida com telha de amianto; microssistema sem tratamento; poço artesiano; poço com cano de PVC e motobomba; poço protegido com manilha; poço semi-artesiano; 2) **Não adequado**: fonte não protegida; poço não protegido; fonte cercada protegida de animais; fonte com tubo e coberta com lona; o mesmo rio que recebe as águas da casa; rio que não recebe as águas da casa; o mesmo rio que recebe todas as águas da casa.

TABELA 3.13 - PESSOAS QUE APRESENTARAM SINTOMAS DE DIARRÉIA, SEGUNDO TIPO DE INFRA-ESTRUTURA, APOIADA OU NÃO PELA ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES, E CONDIÇÃO DE ADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS - PARANÁ - 2000 E 2005

CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO	PESSOAS COM SINTOMAS DE DIARRÉIA																			
	2000										2005									
	Saneamento				Água				Lixo		Saneamento				Água				Lixo	
	Apoiado	Não apoiado	TOTAL		Apoiado	Não apoiado	TOTAL		Abs.	%	Apoiado	Não apoiado	TOTAL		Apoiado	Não apoiado	TOTAL		Abs.	%
Abs.			%	Abs.			%	Abs.					%	Abs.			%			
Adequado	9	4	13	19,4	7	6	13	19,4	2	3,0	15	9	24	44,4	22	21	43	79,6	24	44,4
Não adequado	18	36	54	80,6	19	35	54	80,6	65	97,0	8	22	30	55,6	1	10	11	20,4	30	55,6
TOTAL	27	40	67	100,0	26	41	67	100,0	67	100,0	23	31	54	100,0	24	30	54	100,0	54	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA 3.14 - PESSOAS QUE APRESENTARAM SINTOMAS DE VERMINOSE, SEGUNDO TIPO DE INFRA-ESTRUTURA, APOIADA OU NÃO PELA ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES, E CONDIÇÃO DE ADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS - PARANÁ - 2000 E 2005

CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO	PESSOAS COM SINTOMAS DE VERMINOSE																				
	2000										2005										
	Saneamento				Água				Lixo		Saneamento				Água				Lixo		
	Apoiado	Não apoiado	TOTAL		Apoiado	Não apoiado	TOTAL		Abs.	%	Apoiado	Não apoiado	TOTAL		Apoiado	Não apoiado	TOTAL		Abs.	%	
Abs.			%	Abs.			%	Abs.					%	Abs.			%				
Adequado	31	5	36	23,2	45	70	115	74,2	10	6,5	25	11	36	40,4	33	38	71	79,8	18	20,2	
Não adequado	41	78	119	76,8	13	27	40	25,8	145	93,5	29	24	53	59,6	3	15	18	20,2	71	79,8	
TOTAL	72	83	155	100,0	58	97	155	100,0	155	100,0	54	35	89	100,0	36	53	89	100,0	89	100,0	

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA 3.15 - PESSOAS QUE APRESENTARAM SINTOMAS DE DOENÇAS DE PELE, SEGUNDO TIPO DE INFRA-ESTRUTURA, APOIADA OU NÃO PELA ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES, E CONDIÇÃO DE ADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS - PARANÁ - 2000 E 2005

CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO	PESSOAS COM SINTOMAS DE DOENÇA DE PELE																			
	2000										2005									
	Saneamento				Água				Lixo		Saneamento				Água				Lixo	
	Apoiado	Não apoiado	TOTAL		Apoiado	Não apoiado	TOTAL		Abs.	%	Apoiado	Não apoiado	TOTAL		Apoiado	Não apoiado	TOTAL		Abs.	%
Abs.			%	Abs.			%	Abs.					%	Abs.			%			
Adequado	17	1	18	17,3	26	48	74	71,2	5	4,8	25	11	36	42,9	42	25	67	79,8	19	22,6
Não adequado	33	53	86	82,7	12	18	30	28,8	99	95,2	25	23	48	57,1	1	16	17	20,2	65	77,4
TOTAL	50	54	104	100,0	38	66	104	100,0	104	100,0	50	34	84	100,0	43	41	84	100,0	84	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Um atendimento que deve ser destacado é o Programa Médico da Família, que passa de 1, em 2000, para 17, em 2005. O programa envolve os três níveis de governo, exigindo parceria e compromisso, e, dentro da perspectiva da saúde pública, tem sido considerado importante uma vez que atua na prevenção e no acompanhamento familiar.

TABELA 3.16 - TOTAL DE DOMICÍLIOS CUJOS MORADORES PROCURARAM SERVIÇOS DE SAÚDE, SEGUNDO A NATUREZA DO ATENDIMENTO - PARANÁ - 2000 E 2005

SERVIÇO DE SAÚDE PROCURADO	TOTAL DE DOMICÍLIOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Posto ou centro de saúde	413	55,4	421	49,8
Ambulatório de sindicato	15	2,0	10	1,2
Consultório médico	64	8,6	62	7,3
Hospital	147	19,7	106	12,5
Farmácia e farmacêutico	100	13,4	78	9,2
Atendimento odontológico	2	0,3	75	8,9
Laboratório e exames laboratoriais	2	0,3	60	7,1
Médico de família	1	0,1	17	2,0
Pronto-socorro	1	0,1	11	1,3
Fisioterapia	-	-	1	0,1
Agente de saúde	-	-	2	0,2
Especialistas	-	-	1	0,1
Hospital psiquiátrico	-	-	1	0,1
TOTAL DE SERVIÇOS	745	100,0	845	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

O conjunto dos dados selecionados e relacionados à saúde dos membros das famílias das Comunidades Rurais Pobres registra, de maneira global, uma evolução positiva quando são comparados os dois anos da pesquisa. No entanto, fica evidente que existe um conjunto de ações a serem reforçadas ou implantadas no espaço rural, ligadas à qualidade da água consumida, ao destino do lixo e ao incremento de ações de saúde preventiva, que podem ter no programa Saúde da Família (PSF) um importante instrumento.

3.1.5 Participação Associativa

O associativismo foi investigado, nos dois anos da pesquisa, no sentido de dimensionar sua representatividade junto às famílias. Note-se que o dado levantado se referia a qualquer tipo de pertencimento a grupos – formais ou informais – por qualquer membro da família.

Para que se tenha uma idéia do que foi investigado, foram incluídos: clube de mães, time de futebol, grupos de produtores, entre outros. No entanto, nem toda a amplitude de interesses possíveis foi suficiente para apresentar registros expressivos quanto à participação em projetos coletivos. A pesquisa mostrou que mais de 40% dos domicílios, em 2005, não abrigavam nenhum indivíduo que participasse de qualquer tipo de grupo (tabela 3.17).

TABELA 3.17 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS COM PELO MENOS UM MEMBRO PARTICIPANTE EM ALGUM TIPO DE ASSOCIAÇÃO, SEGUNDO FORMALIDADE DA ASSOCIAÇÃO - PARANÁ - 2000 E 2005

FORMALIDADE DA ASSOCIAÇÃO	DOMICÍLIOS PESQUISADOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Somente informal	163	29,0	108	19,2
Somente formal	94	16,7	99	17,6
Formais e informais	96	17,1	113	20,1
Sem filiados a associações	209	37,2	242	43,1
TOTAL DE DOMICÍLIOS	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Pode-se observar, ainda, que houve uma diminuição absoluta e relativa dos domicílios filiados a grupos informais, que em 2000 eram 46,1% e passam para 37,7% em 2005 (tabela A.3.12). É possível que essa diminuição se deva, em parte, à redução da população adulta jovem no segmento analisado, dado que, em 2000, a participação em associações desportistas registrou o maior número de pessoas envolvidas, com destaque para os times de futebol e bocha (IPARDES, 2002).

Já, a baixa participação em entidades formalizadas, como cooperativas e sindicatos, talvez se explique pela ausência de um patamar produtivo, entre as famílias pesquisadas, que justifique o interesse por esse tipo de filiação (tabela A.3.13).

3.1.6 Políticas Públicas

O desconhecimento sobre as políticas públicas que asseguram direitos sociais básicos aos cidadãos constitui, na ignorância sobre o direito, o início de uma sucessão de dificuldades que vão desde a identificação do público – que permite à política chegar a quem mais precisa dela – até o desconhecimento, por parte da população, da estrutura responsável pelo programa.

Durante a pesquisa, tanto em 2000 quanto em 2005, não foram poucos os relatos³⁶ sobre o desconhecimento ou dificuldades de toda ordem para se ter acesso a projetos e programas a que a família, em princípio, teria direito. Em todo caso, houve, de maneira geral, um aumento no número de famílias beneficiadas por programas sociais, o

³⁶ Quanto aos relatos ouvidos, esclarece-se que a pesquisa dirigida à avaliação colocou os técnicos responsáveis, em diversos momentos, em contato com técnicos extensionistas, funcionários estaduais e municipais e outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, com as atividades do Projeto Paraná 12 Meses, bem como com o público a quem a atividade se dirigia. Foram momentos de troca de idéias e impressões que enriquecem o trabalho, porque ampliam o foco de análise, mas não estão submetidos ao rigor científico. Contudo, considera-se pertinente mencioná-los quando podem auxiliar na compreensão dos fatos analisados.

que é previsível, dado o aumento no número de programas federais e estaduais de transferência de renda a partir de 2003, como se apresentou na seção anterior. Pode-se pensar que, somado a esse direcionamento recente, o Projeto Paraná 12 Meses, ao promover documentação das famílias e organização social – através da constituição de grupos e conselhos para o recebimento de benefícios específicos deste Projeto –, levou ao conhecimento do público, direta ou indiretamente, outros programas de governo, possibilitando o ingresso das famílias nesses novos programas.

Com base nas declarações das famílias pesquisadas dos beneficiários dos programas de transferência, identifica-se um aumento absoluto e relativo no número de pessoas que tiveram acesso aos programas sociais. Entre as duas pesquisas houve um aumento de 11,4% no número de famílias que tiveram acesso a pelo menos um benefício de programas sociais (tabela 3.18).

TABELA 3.18 - FAMÍLIAS PESQUISADAS QUE ACESSARAM PROJETOS E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, SEGUNDO A QUANTIDADE DE ACESSO - PARANÁ - 2000 E 2005

QUANTIDADE DE ACESSO A PROJETOS/PROGRAMAS	FAMÍLIAS PESQUISADAS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
1	124	22,1	187	33,3
2	34	6,0	31	5,5
3	1	0,2	6	1,1
4	1	0,2	-	-
Total de famílias beneficiadas	160	28,5	224	39,9
Total de famílias não beneficiadas	402	71,5	338	60,1
TOTAL DE FAMÍLIAS	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Com relação aos programas acessados observa-se uma mudança que encontra explicação nas modificações, adaptações e ampliações ocorridas no setor, capitaneadas pelo governo federal, com reflexos nos entes subnacionais. Além disso, nota-se também a presença de novos projetos desenvolvidos no âmbito estadual. Os dados apontam que, em 2000, do total de programas acessados pelas famílias, mais de 90% estavam distribuídos entre o Programa Cesta Básica e o Programa Material Escolar, sendo que o Programa de Renda Mínima atingiu, naquela ocasião, três famílias (1,5%). Em 2005, os programas que eram centrais em 2000 perdem espaço para os programas de transferência de renda Bolsa-Escola e Bolsa-Família, que, juntos, foram responsáveis por cerca de 68% dos benefícios acessados. Os programas Auxílio-Gás e Luz Fraterna foram responsáveis por 13,1% e 3,4%, respectivamente, do total de programas. Dentre todos os programas mencionados deve-se destacar, pela sua finalidade, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que, em 2005, foi responsável por 16 registros (6,0%) – tabela A.3.14.

Os dados analisados sinalizam um maior acesso e uma readequação em termos de amplitude dos programas, mas, uma vez que o público da Atividade Comunidades Rurais Pobres do Projeto Paraná 12 Meses se caracteriza pela ausência de condições adequadas de moradia, ocupação e renda, os dados relativos ao acesso a programas sociais deveriam retratar uma maior cobertura.

3.2 OS DOMICÍLIOS

Os domicílios, por constituírem o foco privilegiado das ações da atividade Comunidades Rurais Pobres, demandam, por isso mesmo, uma análise desagregada que apresente, ao leitor, os beneficiários. A partir desse corte analítico, os domicílios das famílias rurais pobres foram analisados privilegiando dois enfoques, um deles voltado a perceber, especificamente, a ação do Projeto Paraná 12 Meses, e um outro que busca dialogar com os indicadores adotados neste estudo, medindo as variáveis que compõem o Patamar Mínimo de Existência Digna (PMED).

Em 2005 constatou-se que mais de 90% das famílias pesquisadas haviam recebido alguma ação do Projeto. Entre 2000 e 2005, houve um aumento de 13,1% no número de estabelecimentos que tiveram acesso a alguma das ações apoiadas pela atividade (ver tabela 3.1).

Considerando as linhas de ação, moradia, saneamento, abastecimento de água e fomento, é possível afirmar que o apoio recebido pelas famílias através da atividade Comunidades Rurais Pobres do Projeto Paraná 12 Meses chegou ao seu público. As ações puderam ser acessadas em conjunto ou como um item específico, dependendo, em última instância, da avaliação técnica. Essa possibilidade configurou múltiplas combinações de apoios acessados (tabela A.3.15).

Sobre a decisão técnica do que se deve priorizar em circunstâncias concretas, muitas vezes delegada a um técnico extensionista local, sabe-se que acaba por vir permeada de subjetividade de diversas ordens, principalmente quando se está submetido a relações hierárquicas, de autoridade, muito próximas, tal como ocorre, freqüentemente, no caso dos pequenos municípios. Esta é uma discussão que deve ser aprofundada em momento oportuno, sobretudo em avaliações de processo.

Entre as observações pertinentes ao domicílio, uma delas se refere ao fato de que a maioria das ações implantadas chegou ao seu término, segundo a declaração do beneficiário. Entretanto, mesmo residuais, foram registradas ações que não chegaram a ser concluídas. Essa circunstância pode ser explicada, em parte, pelo próprio processo de implementação das ações. Assim, o registro de 30% de ações não concluídas, em 2000, pode estar associado ao período de liberação dos recursos e ao tempo necessário para concluir o(s) projeto(s). Para o ano de 2005, essa mesma circunstância deve ser vista também com cautela, considerando outros fatores intervenientes explicitados a seguir (tabela A.3.15).

Em 2005 as ações deveriam estar concluídas³⁷, uma vez que o Projeto, como um todo, estava chegando ao fim e pouco foi acionado, na linha da atividade Comunidades Rurais, no seu último ano. Nesse caso, circunstâncias diversas devem ser consideradas, uma delas ligada à ampliação, pela família, do projeto inicial aprovado, o que implicava o investimento de recursos próprios, fato este nem sempre devidamente dimensionado pelos interessados. Houve também dificuldades de natureza diversa, fazendo com que, a meio caminho, o Projeto fosse interrompido.³⁸ Observa-se que entre as ações de adequação da moradia, instalação sanitária e abastecimento de água, esta última registrou a maior proporção para a condição de não-concluído (13,4%) – tabelas 3.19 e A.3.16.

TABELA 3.19 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS E QUE RECEBERAM APOIO, SEGUNDO SITUAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA OBRA, E O TIPO DE APOIO RECEBIDO - PARANÁ - 2000 E 2005

TIPO DE APOIO	DOMICÍLIOS APOIADOS						TOTAL DE DOMICÍLIOS PESQUISADOS	
	Concluiu a Obra		Não Concluiu a Obra		Não Usa a Obra			Total
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
Moradia	397	94,5	18	4,3	5	1,2	420	562
Instalações sanitárias	340	92,4	26	7,1	2	0,5	369	562
Abastecimento de água	244	86,2	38	13,4	1	0,4	283	562

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Com relação às características mais gerais das moradias, pode-se apontar que, quanto à área, no transcurso das duas pesquisas que sustentam esta avaliação, registra-se um aumento médio, passando de 58,5 m² para 64,2 m². Observa-se, também, que as moradias que receberam apoio passam a usufruir de áreas maiores do que as apresentadas para o conjunto. Os domicílios apoiados apresentaram uma metragem média, de 66,6 m², em 2005 (tabela 3.20).

³⁷ Sobre este ponto, a pergunta formulada baseava-se na autodeclaração. Assim, é preciso levar em conta que a noção envolta no julgamento "concluído" é subjetiva. No caso da presente avaliação, a ação é considerada como concluída segundo a própria avaliação do responsável pelo domicílio/estabelecimento.

³⁸ Um caso relatado e registrado no campo 'observações', do formulário, dá notícia de que a ação havia sido aprovada, no caso, para moradia, mas o material da construção não havia sido entregue pelo comércio credenciado para tal. Outro caso registrado pela equipe de avaliação está relacionado à fossa, em que o produtor, ao preparar a vala, encontrou rocha a meio metro de profundidade, o que a inviabilizava completamente. Falecimento também foi motivo declarado para a não utilização da moradia, havendo o produtor se transferido, com a família, para a casa da mãe, depois da morte desta. Esses exemplos apontam o tipo de dificuldade que pode surgir, no plano individual/familiar, ou técnico, para concluir ou usufruir do que foi contratado pelo Projeto.

TABELA 3.20 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DAS ÁREAS DAS MORADIAS DOS PRODUTORES PESQUISADOS QUE RECEBERAM APOIO E TERMINARAM A OBRA - PARANÁ - 2000-2005

ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	ÁREAS DAS MORADIAS (m ²)			
	2000		2005	
	Receberam e Terminaram	TOTAL	Receberam e Terminaram	TOTAL
Média	63	58,51	66,6	64,2
Mediana	60	56	63	60
Q1	47,3	40	48	45
Q3	75	72	80	80

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

A investigação sobre a água que abastece o domicílio, medida pelas condições gerais de sua origem e destino, tem a ver, mais diretamente, com a saúde da família, mas diz respeito também ao meio ambiente e ao conforto da família de uma maneira geral.

Entre 2000 e 2005, houve um aumento no percentual de domicílios com acesso a água canalizada, passando de 86,1% para 90,4%. O acesso à água dentro do domicílio também experimentou um crescimento relativo no período. No entanto, pode-se verificar que cerca de 15% dos domicílios pesquisados ou não tinham acesso algum a água canalizada ou esta chegava somente ao quintal. Trata-se de um número expressivo, por se tratar de uma benfeitoria básica (tabela 3.21).

TABELA 3.21 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS SEGUNDO A EXISTÊNCIA DE ÁGUA CANALIZADA E SUA LOCALIZAÇÃO - PARANÁ - 2000 E 2005

LOCALIZAÇÃO DA CANALIZAÇÃO DA ÁGUA	DOMICÍLIOS PESQUISADOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Não possuem água canalizada	78	13,9	53	9,4
Possuem água canalizada	484	86,1	508*	90,4
Até o quintal	40	7,1	33	5,9
Dentro da casa	444	79,0	475	84,5
TOTAL	562	100,0	561*	99,8

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

NOTA: Uma das unidades apoiadas em abastecimento de água não foi incluída por não estar sendo usada, em 2005.

Entre os anos analisados, diminui o número de domicílios cuja origem da água cumpria o critério de adequação, que passa de 69,6% para 61,2%. Os dados estão indicando que a inadequação das condições de proteção do local que capta a água que abastece o domicílio é maior naqueles localizados dentro do estabelecimento (tabelas 3.22 e A.3.17).

TABELA 3.22 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DA FONTE DA ÁGUA - PARANÁ - 2000 E 2005

CONDIÇÃO DA FONTE DA ÁGUA	DOMICÍLIOS PESQUISADOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Adequada	391	69,6	344	61,2
Inadequada	171	30,4	218	38,8
TOTAL	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

A interferência nas condições de proteção da fonte que dá origem ao abastecimento de água doméstica é parte das ações de adequação da infra-estrutura domiciliar do Projeto. E, como em outras ações já analisadas, verificou-se que, em 2005, não houve conclusão da melhoria em 38 casos, de um total de 282.

É clara a relação entre a adequação de domicílios que concluíram a melhoria de proteção da fonte com os que receberam apoio mas não concluíram as obras de melhoria e estavam na condição de inadequados, em 2005. No entanto, chama atenção o fato de cerca de 18% dos domicílios que receberam apoio e terminaram a obra apresentarem condições inadequadas. Isto sugere que a ação concluída não foi suficiente para garantir um padrão mínimo de proteção da fonte, seja devido à qualidade do material utilizado, seja por problemas relacionados à manutenção (tabelas A.3.18 e A.3.19).

Entre as famílias rurais que receberam apoio do Projeto Paraná 12 Meses pode-se constatar uma melhora generalizada em relação à divisão da casa em cômodos. Um maior número de famílias passou a dispor de ambientes destinados a usos específicos, como cozinhas e banheiros, os quais, em 2000, correspondiam a 73,9% e 76,1% respectivamente e, em 2005, passam para 100% e 91,3% (tabela 3.23).

TABELA 3.23 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS APOIADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO O TIPO DE CÔMODO - PARANÁ - 2000 E 2005

TIPO DE CÔMODO	DOMICÍLIOS PESQUISADOS			
	Abs.	%	Abs.	%
Quarto - só para dormir	315	99,1	415	100,0
Cozinha	235	73,9	415	100,0
Sala	221	69,5	307	74,0
Sala e cozinha conjugadas	84	26,4	99	23,9
Banheiro	242	76,1	379	91,3
Total de domicílios apoiados	318	100,0	415 ⁽¹⁾	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

(1) Não foram considerados cinco domicílios, que receberam apoio para reforma e/ou construção de moradia mas não estavam sendo usados em 2005.

A utilização da madeira como material predominante nas moradias é uma realidade entre as famílias pesquisadas, não havendo indícios de que haverá mudança nesse padrão.

O fato de a construção ser em madeira ou alvenaria não é suficiente para se fazer apreciações sobre sua qualidade; ademais, no caso do Paraná, há um componente cultural que privilegia a madeira (tabela A.3.20).

Em 2000 constatou-se que 20,1% dos estabelecimentos pesquisados abrigavam outras moradias além da que estava sendo pesquisada. Em 2005 registrou-se um aumento dessa condição, pois 26,7% dos estabelecimentos pesquisados abrigavam mais de um domicílio (tabela 3.24).

TABELA 3.24 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO A EXISTÊNCIA DE OUTRAS MORADIAS E ANO DA PESQUISA - PARANÁ - 2000 E 2005

ANO DA PESQUISA	ESTABELECIMENTOS		
	Com Mais de uma Moradia		Total
	Abs.	%	
2000	113	20,1	562
2005	150	26,7	562

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Tendo em vista as reduzidas áreas de que as famílias pesquisadas dispõem, o fato de mais estabelecimentos abrigarem outras residências tende a reforçar uma condição, já existente, em que mais pessoas dependem da renda do estabelecimento.

A partir da metodologia adotada para avaliar o quanto as ações da atividade Comunidades Rurais Pobres contribuíram para que as famílias atingissem um determinado patamar de qualidade de vida, observaram-se as variáveis que compõem o Patrimônio Material Mínimo Necessário (PMMN), a ingressar ou ultrapassar o Patamar Mínimo de Existência Digna (PMED)³⁹, constituído, neste estudo, pela propriedade de domicílio permanente, com densidade de até dois moradores por dormitório, dispondo de abastecimento de água com canalização interna, banheiro e esgotamento sanitário por meio de rede coletora ou fossa séptica, destino do lixo adequado (orgânico enterrado), iluminação elétrica e os seguintes bens duráveis: fogão, geladeira, tevê e/ou rádio.⁴⁰

O período analisado registra ganhos relativos para todos os itens, sendo que os dados estão indicando ganhos expressivos para banheiro, saneamento e destino do lixo adequado, que de 66,0%, 28,5% e 9,4% passam para 90,7%, 48,2% e 20,5% respectivamente.

³⁹ O Patamar Mínimo de Existência Digna (PMED) é composto, também, pelo indicador Patrimônio Imaterial. Indicadores serão discutidos na próxima seção. Para mais informações sobre a metodologia adotada, consultar a primeira seção deste documento.

⁴⁰ Foram adotados os conceitos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para domicílio permanente, banheiro e outros, utilizados nesta seção.

Nesse sentido, é pertinente relacionar esses ganhos, em particular, às ações da atividade Comunidades Rurais Pobres, exceto lixo, pois constituem ações de adequação diretamente apoiadas pelo Projeto (tabela 3.25).

TABELA 3.25 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS E QUE ESTAVAM NA CONDIÇÃO DE ADEQUADOS, SEGUNDO O ACESSO A BENS E SERVIÇOS QUE DEFINEM O PATRIMÔNIO MATERIAL - PARANÁ - 2000 E 2005

PATRIMÔNIO MATERIAL	DOMICÍLIOS ADEQUADOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Domicílio próprio	388	69,0	411	73,1
Densidade de até 2 pessoas por dormitório	414	73,7	465	82,7
Água canalizada dentro de casa	444	79,0	475	84,5
Banheiro	371	66,0	510	90,7
Saneamento	160	28,5	271	48,2
Energia elétrica	487	86,7	521	92,7
Destino adequado do lixo ⁽¹⁾	53	9,4	115	20,5
Fogão	562	100,0	562	100,0
Tevê ou rádio	532	94,7	542	96,4
Geladeira	399	71,0	475	84,5
Todos os itens	12	2,1	40	7,1
TOTAL DE DOMICÍLIOS	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

(1) Considerou-se destino adequado do lixo: orgânico enterrado, coletado pela prefeitura ou levado para local apropriado.

Cabe ressaltar que, apesar dos ganhos observados, domicílio próprio, saneamento e destino do lixo são os aspectos mais problemáticos do ponto de vista do acesso. O destino do lixo e a adequação sanitária têm implicações ambientais e epidemiológicas, o que demanda um maior investimento em ações que levem a uma adequação desses fatores no meio rural. Ainda, quanto à adequação sanitária, é necessário que planejadores e gestores viabilizem a ampliação das opções de instalações devido à multiplicidade étnica que compõe a sociedade brasileira, o que implica hábitos culturais particulares que devem ser observados.⁴¹

É provável que o aumento do poder aquisitivo do salário mínimo no período analisado esteja contribuindo para que as famílias tenham a oportunidade de adquirir bens duráveis. A pesquisa aponta a geladeira como o bem durável de mais difícil acesso.

⁴¹ Em viagem exploratória e preparatória da pesquisa de 2000, quando a equipe fez o reconhecimento de campo, ouviu-se o relato de que, em uma comunidade indígena, as famílias não quiseram banheiros. A justificativa apresentada foi, exatamente, os hábitos culturais. Os técnicos, aparentemente sem alternativas, teriam acatado. Entende-se, aqui, que não importa o equipamento de que o usuário irá dispor, mas sim que o destino dos dejetos seja adequado, e esta discussão deve ser feita a qualquer momento.

O número de famílias estudadas que detinham todos os itens do indicador aumentou de 12 para 40, o que, embora não seja pouco em termos relativos, expressa a realidade de que apenas 7,1% das famílias possuíam tais itens, em 2005, o que dá a medida da exclusão e do quanto ainda está por ser feito no sentido de dotar a população rural de um mínimo para uma existência digna (ver tabela 3.25).

Os percentuais apresentados por esse indicador para os anos 2000 e 2005, 2,1% e 7,1% respectivamente, quando comparados com os percentuais registrados pela PNAD, 6,1% e 8,7%, para o conjunto da população domiciliada no rural, em 1999 e 2004, estão indicando que não chegam a 10% da população rural paranaense aqueles que detêm esse conjunto de bens mínimos. E, entre a população rural, no segmento representado pelas famílias pobres analisadas, o percentual registrado é ainda menor, praticamente a metade daquele apresentado para o conjunto.

3.3 O ESTABELECIMENTO E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

O presente relatório adota o conceito de estabelecimento do Projeto Paraná 12 Meses, segundo o qual estabelecimento é toda área de que o produtor dispunha, própria, cedida, arrendada de terceiros etc., independentemente da sua descontinuidade. A pesquisa investigou, para cada condição de posse, a área, e, para os casos pertinentes, a forma de pagamento.

Deve-se lembrar que, em 2000, a coleta dos dados foi realizada em março, e o período de referência foi o mês de fevereiro; e, em 2005, a pesquisa foi a campo no mês de outubro/novembro, tendo setembro como mês de referência. Essa circunstância relacionada à coleta de dados não compromete, de um modo geral, as informações, dado que o período de coleta de dados não apresenta, em relação à safra, maiores implicações, dado que se levantaram informações sobre a safra 1999/2000, em 2000, e sobre a safra 2004/2005 em 2005, contemplando, portanto, safra inverno e verão em ambos os anos.

Contudo, a análise da ocupação e da renda, especificamente, pode conter algumas distorções, principalmente na renda advinda do trabalho fora do estabelecimento, onde pode ocorrer uma subestimação, visto que os trabalhadores, diaristas em sua maioria, ocupam-se em atividades agrícolas. Assim, a demanda por trabalho está fortemente relacionada com os tratos culturais e, particularmente, com a fase de colheita da produção.

Ainda em relação à ocupação fora do estabelecimento, deve-se registrar que esta se refere às ocupações exercidas pelas pessoas que moram no mesmo domicílio pesquisado e podem tanto ser ocupações em atividades agrícolas como em atividades não-agrícolas.⁴² Já as ocupações no estabelecimento estão relacionadas à produção agrícola

⁴² Os dados sobre as ocupações foram agregados segundo os grandes grupos da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO).

(lavouras), criação de animais e subprodutos (ovos, leite etc.) ou transformação/beneficiamento de produtos (fabricação de queijos e derivados, doces etc.), esta doravante chamada de transformação. Os casos em que as pessoas da família declararam prestar serviços em atividades agrícolas para outros estabelecimentos, cuja condição de trabalho era diarista, empreitada etc., foram considerados como ocupação fora da propriedade.

A posse de pequenas áreas é uma condição do público atendido pela Atividade Comunidades Rurais Pobres, uma vez que, por definição do Projeto, essas deveriam possuir até 15 hectares.⁴³ Esse fato, por si só, constitui um limitador, em uma economia dependente de escala. Em média as áreas dos estabelecimentos pesquisados em 2000 e em 2005 tinham 7,5 ha e 8,2 ha, respectivamente, 25% dos estabelecimentos tinham áreas menores de 4 ha e 75% dos estabelecimentos tinham até 10,9 ha em 2000 e 11 ha em 2005, o que reforça a fragilidade socioeconômica desse público, uma vez que a posse da terra é condição para a conformação da renda e áreas pequenas comprometem a produção, principalmente nos casos de arrendamento, em que parte da produção é dada em forma de pagamento (tabelas 3.26 e A.3.21).

A posse da terra como fator determinante na renda, na manutenção e na reprodução da família está presente, por exemplo, no trabalho de Ney e Hoffmann (2003). Os autores analisam a distribuição de renda na agricultura na perspectiva da desigualdade, a partir de dados da PNAD, e concluem: "O capital físico é a variável mais importante para explicar a conformação da renda na agricultura. Isso mostra a importância de políticas a favor da redução da desigualdade na distribuição da posse da terra para diminuir a desigualdade de rendimentos dentro do setor, em combinação com uma regulamentação mais eficiente das relações de trabalho no setor".

Em 2005, 73,1% dos estabelecimentos pesquisados nas Comunidades Rurais Pobres foram declarados próprios, segundo a condição de posse, e 16% declararam estar em terras cedidas. Esses percentuais foram maiores do que a pesquisa de 2000, que registrou 69% e 15,5%, respectivamente. A proporção de estabelecimentos nas condições de arrendatário/parceiro/meeiro (5,5%) e posseiro/comodato (5,3%), em 2005, apresentou uma diminuição, relativamente a 2000. Comparando os estratos de área de 2000 e 2005, verificase que houve um aumento de estabelecimentos nos estratos com menos de 2 ha e nos estratos acima de 20 ha, e diminuição no número de estabelecimentos entre 2 e até 20 ha, o que aponta para uma continuidade do processo de concentração fundiária, que, no Paraná, vem ocorrendo com mais ou menos intensidade há mais de 30 anos (tabela 3.27).

⁴³ Esse critério foi posteriormente revisto e ampliado pelos Executores do Projeto.

TABELA 3.26 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO CONDIÇÃO DE POSSE E ESTRATOS DE ÁREA - PARANÁ - 2000 E 2005

ESTRATO DE ÁREA	CONDIÇÃO DE POSSE																TOTAL			
	Proprietário				Cedido				Arrendatário/Parceiro/Meeiro				Posseiro/Comodato							
	2000		2005		2000		2005		2000		2005		2000		2005		2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Menos de 1 ha	25	6,4	31	7,5	11	12,6	15	16,7	5	10,6	1	3,2	10	25	9	30,0	51	9,1	56	10,0
1 a menos de 2 ha	16	4,1	23	5,6	8	9,2	7	7,8	2	4,3	5	16,1	5	12,5	2	6,7	31	5,5	37	6,6
2 a menos de 5 ha	74	19,1	91	22,1	30	34,5	27	30,0	20	42,6	6	19,4	9	22,5	8	26,7	133	23,7	132	23,5
5 a menos de 10 ha	145	37,4	128	31,1	25	28,7	27	30,0	13	27,7	12	38,7	9	22,5	4	13,3	192	34,2	171	30,4
10 a menos de 20 ha	119	30,7	120	29,2	12	13,8	10	11,1	7	14,9	6	19,4	7	17,5	6	20,0	145	25,8	142	25,3
20 a menos de 50 ha	9	2,3	15	3,6	1	1,1	4	4,4	0	0	1	3,2	0	0	0	0,0	10	1,8	20	3,6
50 ha e mais	0	0	3	0,7	0	0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0	1	3,3	0	0	4	0,7
TOTAL	388	100	411	100,0	87	100	90	100,0	47	100	31	100,0	40	100	30	100,0	562	100	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA 3.27 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS APOIADOS OU NÃO PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO ESTRATO DE ÁREA - PARANÁ - 2000 E 2005

ESTRATO DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS											
	Apoiados				Não Apoiados				Total			
	2000		2005		2000		2005		2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Menos de 1 ha	35	7,8	52	10,0	16	13,8	4	9,5	51	9,1	56	10,0
1 a menos de 2 ha	25	5,6	33	6,3	6	5,2	4	9,5	31	5,5	37	6,6
2 a menos de 5 ha	106	23,8	124	23,8	27	23,3	8	19,0	133	23,7	132	23,5
5 a menos de 10 ha	160	35,9	166	31,9	32	27,6	5	11,9	192	34,2	171	30,4
10 a menos de 20 ha	112	25,1	125	24,0	33	28,4	17	40,5	145	25,8	142	25,3
20 a menos de 50 ha	8	1,8	16	3,1	2	1,7	4	9,5	10	1,8	20	3,6
50 ha e mais	0	0	4	0,8	0	0	0	0-	0	0	4	0,7
TOTAL	446	100	520	100,0	116	100	42	100,0	562	100	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Além dessas alterações, um outro aspecto entrevistado nos dados analisados, e que deve ser considerado, é a possibilidade de as famílias que vivem em áreas inferiores a 2 ha estarem tão-somente morando, e não explorando a área.

Em relação aos estabelecimentos pesquisados em 2005, 92,5% declararam ter recebido algum apoio⁴⁴ do Projeto Paraná 12 Meses; em 2000, esse percentual era de 79,4%. Os dados da tabela 3.27 indicam que 62% dos estabelecimentos pesquisados em 2005, e que receberam algum tipo de apoio, possuíam área entre mais de 2 ha e menos de 10 ha, e 10% possuíam menos de 1 hectare.

Daqueles estabelecimentos cujos responsáveis declararam ser proprietários, 30,2% não possuíam registro/escritura da terra. Esse percentual, de certa forma, dimensiona uma demanda por regularização fundiária que, em muitos casos, esbarra nos custos processuais (tabela 3.28).

TABELA 3.28 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS CUJOS RESPONSÁVEIS ERAM PROPRIETÁRIOS, SEGUNDO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PARANÁ - 2000 E 2005

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Com registro/escritura	271	69,8	287	69,8
Sem registro/escritura	117	30,2	124	30,2
TOTAL	388	100,0	411	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Apesar do pequeno tamanho das áreas, mais de 40% dos estabelecimentos pesquisados, tanto em 2000 quanto em 2005, declararam possuir pelo menos um tipo de lavoura-criação-transformação. Fica evidente a diversificação desses estabelecimentos, aspecto positivo para este público que, em sua maioria, é de subsistência. Comparando os anos de 2000 e 2005, ocorreu um aumento relativo no número de estabelecimentos que tinham lavoura-criação-transformação, apenas criação, e criação-transformação (tabela 3.29). Esse comportamento pode estar ligado ao incentivo à criação de animais, principalmente bovinos de leite.

⁴⁴ Para efeito desta análise os benefícios considerados foram: reforma/construção de moradias; adequação de água e saneamento; e fomento agrícola.

TABELA 3.29 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE PRODUTIVA - PARANÁ - 2000 E 2005

TIPO DE ATIVIDADE PRODUTIVA	ESTABELECIMENTOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Lavoura-Criação-Transformação	241	42,9	243	43,2
Lavoura-Criação	218	38,8	171	30,4
Lavoura	40	7,1	34	6,1
Criação	33	5,9	48	8,5
Criação-Transformação	6	1,1	36	6,4
Lavoura-Transformação	4	0,7	1	0,2
Não produz nada	20	3,5	29	5,2
TOTAL	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

No entanto, o período analisado registrou, também, um aumento no número de estabelecimentos que não produziram nada, os quais passaram de 20, em 2000, para 29, em 2005. É provável que famílias nesta condição estejam vivendo da previdência social e programas de transferência de renda, combinados ou não, com a renda advinda da força de trabalho de seus membros.

Tendo em vista o que se observou, investigou-se, para cada estabelecimento pesquisado em 2000, o que esse mesmo estabelecimento estava produzindo em 2005 e, dessa forma, pôde-se constatar se houve, realmente, uma 'especialização' para atividades relacionadas à pecuária. Verificou-se que para os 241 estabelecimentos que em 2000 haviam declarado ter lavoura-criação-transformação, 62,7% permaneceram nessas três atividades e 22,4% dedicavam-se, em 2005, apenas à transformação da produção (tabela 3.30).

Dos 218 estabelecimentos que trabalhavam com lavoura-criação, em 2000, 41,3% continuavam com a mesma atividade em 2005, porém verificou-se que 36,2% destes haviam iniciado a atividade de transformação de produtos.

Dos 20 estabelecimentos que declararam não produzir nada em 2000, doze deles, em 2005, permaneceram na mesma situação, mas em 8 estabelecimentos houve a declaração de produção, sendo que em 5 casos a atividade declarada foi a criação de algum tipo de animal. Esta circunstância leva a considerar que existe um contingente de pessoas e/ou famílias que, quando lhes são dadas condições iniciais para produção, são capazes de fazê-lo.

Ainda em relação à exploração agropecuária em geral, cabe registrar que agricultores PS e PSM⁴⁵ analisados pela Avaliação Final de Impacto Socioeconômico do Componente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (IPARDES, 2006a), mesmo não adotando, ou adotando em menor grau, as recomendações, técnicas e práticas propostas pelo Projeto Paraná 12 Meses, apresentaram variações percentuais de produtividade acima da média estadual para a cultura de milho safra e safrinha, bem como para o fumo.

⁴⁵ Ver Metodologia, na seção 1 deste estudo.

TABELA 3.30 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ESTABELECIMENTO - PARANÁ - 2000 E 2005

ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ESTABELECIMENTO EM 2000	Abs.	ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ESTABELECIMENTO EM 2005	Abs.	%
Lavoura - Criação - Transformação	241	Lavoura - Criação - Transformação	151	62,7
		Transformação/Produção	54	22,4
		Lavoura	18	7,5
		Criação - Transformação	7	2,9
		Lavoura - Transformação	7	2,9
		Não produzia nada	4	1,7
Lavoura - Criação	218	Lavoura - Criação	90	41,3
		Lavoura - Criação - Transformação	79	36,2
		Criação	20	9,2
		Lavoura	14	6,4
		Criação - Transformação	11	5,0
		Não produzia nada	4	1,8
Criação - Transformação	6	Criação	2	33,3
		Criação - Transformação	2	33,3
		Lavoura - Criação	1	16,7
		Lavoura - Criação - Transformação	1	16,7
Criação	33	Lavoura - Criação	10	30,3
		Criação	9	27,3
		Lavoura - Criação - Transformação	5	15,2
		Criação - Transformação	4	12,1
		Não produzia nada	4	12,1
		Lavoura	1	3,0
Lavoura	40	Lavoura - Criação	13	32,5
		Lavoura	11	27,5
		Lavoura - Criação - Transformação	5	12,5
		Criação	5	12,5
		Não produzia nada	5	12,5
		Lavoura - Transformação	1	2,5
Lavoura - Transformação	4	Lavoura - Criação - Transformação	1	25,0
		Lavoura - Criação	1	25,0
		Lavoura	1	25,0
		Criação - Transformação	1	25,0
Não produzia nada	20	Não produzia nada	12	60,0
		Criação	5	25,0
		Lavoura	1	5,0
		Lavoura - Criação	1	5,0
		Lavoura - Criação - Transformação	1	5,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

3.3.1 Apoios de Fomento do Projeto Paraná 12 Meses

Além das ações de infra-estrutura básica, o Projeto previu o apoio a fomento. Constata-se que a ação de fomento foi mais intensa no início do Projeto, quando, dos 562 estabelecimentos pesquisados, 225 (40%) receberam fomento até março de 2000 (tabela 3.31). Em 2005, registra-se um decréscimo, com 27,8% dos estabelecimentos tendo recebido fomento. Esta ação, quando comparada às outras ações da atividade Comunidades Rurais Pobres, não registrou a mesma amplitude.

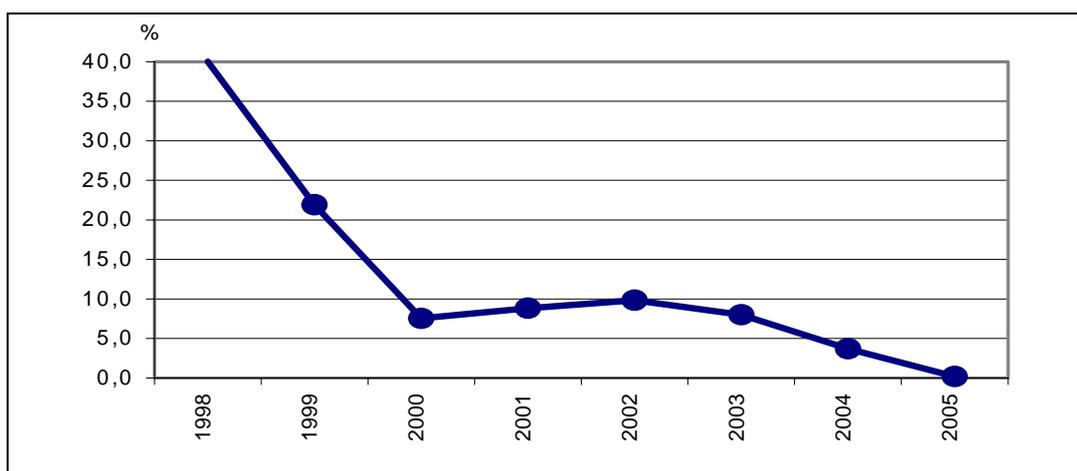
TABELA 3.31 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS QUE RECEBERAM FOMENTO E NÚMERO MÉDIO E MEDIANO DE FOMENTO RECEBIDOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES - PARANÁ - 2000 E 2005

ANO DA PESQUISA	ESTABELECIMENTOS QUE RECEBERAM FOMENTO		NÚMERO MÉDIO DE FOMENTOS RECEBIDOS POR ESTABELECIMENTO	NÚMERO MEDIANO DE FOMENTO RECEBIDO POR ESTABELECIMENTO
	Abs.	%		
2000	225	40,0	3,4	2
2005	156	27,8	2,6	2

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Desagregando a informação por tipo de fomento e ano de recebimento, tem-se que 1998 e 1999 foram os anos em que ocorreu o maior número de ações de fomento, 40% e 21,8% respectivamente, do total de 1.087 ocorrências no período entre 1998 e 2005 (gráfico 3.1).

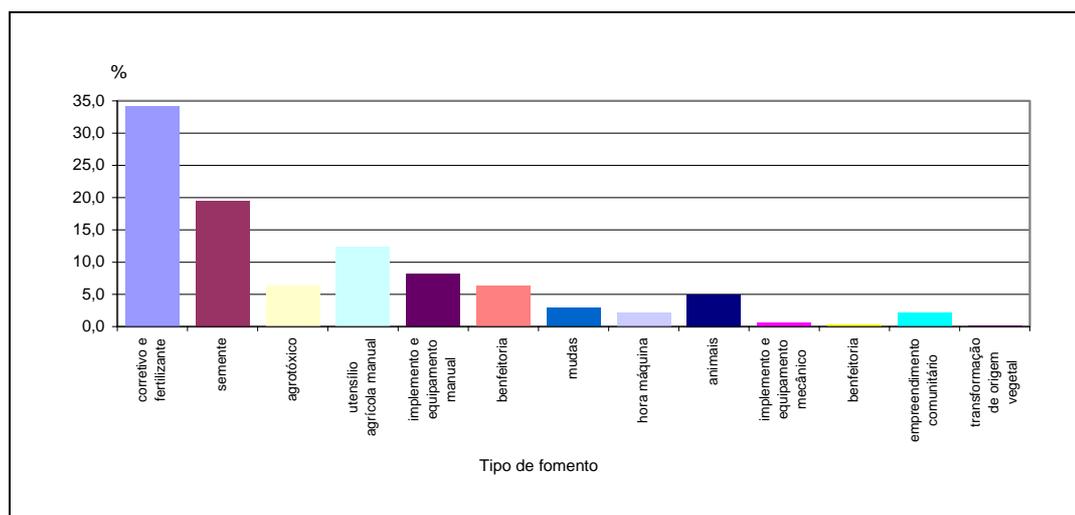
GRÁFICO 3.1 - DISTRIBUIÇÃO DO FOMENTO PARA OS BENEFICIÁRIOS DA ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES - PARANÁ - 1998-2005



FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Essas datas coincidem com o início do Projeto. Nos anos seguintes, conforme foi destacado, registra-se uma queda nesse apoio. Corretivo e fertilizantes (34,2%), sementes (19,5%) e utensílios agrícolas (12,3%) foram os tipos de fomentos mais distribuídos (gráfico 3.2 e tabela A.3.22).

GRÁFICO 3.2 - DISTRIBUIÇÃO DO FOMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DA ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES, SEGUNDO O TIPO DE FOMENTO - PARANÁ - 1998-2005



FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Considerando que corretivos, fertilizantes, sementes e agrotóxicos são, na verdade, custeio, presume-se que, passado um curto período, a ação pode não mais alavancar a produção. Apoios dessa natureza necessitam de acompanhamento e avaliações de processo para que possam subsidiar os investimentos seguintes do produtor, com ou sem o apoio do setor público.

Tomando por base a distribuição percentual dos apoios da linha de ação fomento nos anos analisados, este aparece como uma ação inicial, que prepara o produtor para as ações que se seguirão, sem constituir, ela mesma, um foco privilegiado.

A linha de apoio fomento, tendo sido direcionada para custeio da produção, deve ser compreendida dentro da estratégia de geração de renda. Nesse sentido, viu-se que parte das famílias não pratica mais a agropecuária, e aquelas que exploram o estabelecimento o fazem em condições precárias. Assim, para que o apoio na categoria fomento pudesse gerar impacto socioeconômico, teria que ter sido uma ação crescente e sistemática no sentido de liberar o produtor da tutela pública.

Não é possível correlacionar de maneira direta, mas, considerando que as famílias analisadas constituem clientela de políticas públicas compensatórias, acredita-se que, a partir do momento em que essas se organizaram para receber os apoios do Projeto Paraná 12 Meses, tenham logrado uma maior inserção em outras ações de mesma natureza, destacando-se o Pronaf⁴⁶ nesse contexto.

⁴⁶ O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar. Foi instituído em 1995 e criado em 1996.

Em face disso, procurou-se saber, na pesquisa de 2005, se os estabelecimentos receberam outros apoios e/ou acessaram empréstimos, públicos ou privados, ligados a fomento ou custeio da produção.

3.3.2 Outros Apoios e Crédito

Além das ações de fomento apoiadas pelo Projeto, investigou-se se o produtor teve acesso a outros apoios dessa natureza, públicos ou privados. Observou-se que, em 2005, 52% dos estabelecimentos pesquisados tiveram produtores que, excetuando o Projeto Paraná 12 Meses, declararam ter acessado outros apoios após o ano 2000 (tabela 3.32).

TABELA 3.32 - ESTABELECEMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO O ACESSO A OUTROS APOIOS APÓS MARÇO DE 2000 - PARANÁ - 2005

OUTROS APOIOS ACESSADOS APÓS 2000	TOTAL DE ESTABELECEMENTOS	
	Abs.	%
Acessaram	292	52,0
Não acessaram	270	48,0
TOTAL DE ESTABELECEMENTOS	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Os recursos desses apoios/empréstimos vieram, em 97,3% dos casos, de programas governamentais de crédito, principalmente o Pronaf (94,9%). Apenas 2,7% dos estabelecimentos declararam ter acessado outros apoios/empréstimos que não fossem governamentais (tabela A.3.23).

Com base na declaração dos produtores investigados, a finalidade mais apontada foi custeio, em 61,2% dos estabelecimentos, seguida, em proporção bem menor, por 37,2% em investimento. Houve, no total, 384 declarações de acesso a esses outros apoios e/ou empréstimos, pois alguns produtores acessaram mais de um apoio (tabela 3.33). Observa-se que o apoio à comercialização foi buscado por apenas um estabelecimento.

TABELA 3.33 - ESTABELECEMENTOS PESQUISADOS QUE OBTIVERAM OUTROS APOIOS, SEGUNDO A DECLARAÇÃO DA FINALIDADE - PARANÁ - 2005

FINALIDADE	ESTABELECEMENTOS QUE OBTIVERAM OUTROS APOIOS	
	Abs.	%
Custeio	235	61,2
Investimento	143	37,2
Comercialização	1	0,3
Manutenção do estabelecimento	5	1,3
TOTAL	384	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Excetuando os apoios do Projeto Paraná 12 Meses, um total de 270 estabelecimentos (48%) declarou não ter obtido apoio/empréstimo. O receio de contrair dívida foi apontado por 50,4% dos agricultores como o principal motivo para não procurar empréstimos. A falta de garantia (8,1%), somada à burocracia (6,7%), ao desconhecimento de como conseguir o financiamento (4,4%) e ao pequeno tamanho da área (2,2%), totalizam 21,4% dos estabelecimentos (tabela 3.34).

TABELA 3.34 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO O PRINCIPAL MOTIVO POR NÃO PROCURAR OUTROS APOIOS - PARANÁ - 2005

PRINCIPAL MOTIVO POR NÃO PROCURAR OUTROS APOIOS	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS	
	Abs.	%
Receio de contrair dívida	136	50,4
Não precisou	50	18,5
Falta de garantia	22	8,1
Não soube responder	19	7,0
Burocracia	18	6,7
Não sabe como conseguir	12	4,4
Pequeno tamanho da área	6	2,2
Idade avançada/doença	4	1,5
Falta de pagamento de crédito anterior	3	1,1
TOTAL	270	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

O problema do acesso a terra, da regularização fundiária e outros aspectos de ordem burocrática dificultam as possibilidades de esses agricultores incrementarem sua produção, reforçando sua fragilidade estrutural.

Independentemente da reconhecida pobreza da população rural estudada, procurou-se averiguar se o público pesquisado buscou alguma linha de crédito para financiar a sua produção. O período investigado limitou-se até 2 anos anteriores ao período de referência de cada pesquisa. Verificou-se que, entre as duas pesquisas, houve um aumento de 35,6% no número de estabelecimentos que acessaram crédito. Mesmo assim, aqueles que buscaram financiamento da produção ainda não chegam a 50% dos estabelecimentos pesquisados em 2005 (tabela 3.35).

TABELA 3.35 - TOTAL DE ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO O ACESSO A CRÉDITO - PARANÁ - 2000 E 2005

CRÉDITO	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Acessaram	174	31,0	236	42,0
Não acessaram	388	69,0	326	58,0
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Em 2000, 55,4% dos financiamentos foram obtidos através do Banco do Brasil. O Pronaf e o Pronafinho (ou Pronaf C, uma das linhas do Programa) foram acessados por 13,3% e 16,8% dos estabelecimentos, respectivamente. No total, houve a declaração de 256 acessos a crédito (tabela 3.36). Em 2005, os estabelecimentos pesquisados declararam ter acessado 292 linhas de crédito, no período de dois anos (tabela 3.37). O custeio para a produção foi o motivo mais citado para essa procura, tendo sido o Banco do Brasil o agente financiador em 78,4% dos registros. Nas duas pesquisas verificou-se que aqueles estabelecimentos que possuíam lavoura-criação-transformação e os que possuíam lavoura-criação foram os que mais recorreram a linhas de crédito (tabelas A.3.24 e A.3.25).

TABELA 3.36 - NÚMERO DE DECLARAÇÕES DE CRÉDITOS OBTIDOS EM 2000, SEGUNDO FINALIDADE E ÓRGÃO FINANCIADOR - PARANÁ

ÓRGÃO FINANCIADOR	NÚMERO DE DECLARAÇÕES EM 2000			
	Finalidade do Crédito		Total	
	Custeio	Investimento	Abs.	%
Banco do Brasil	137	5	142	55,4
Pronaf - Banco do Brasil	34	0	34	13,3
Pronafinho - Banco do Brasil	43	0	43	16,8
Cooperativa	22	0	22	8,6
Integradora	8	0	8	3,1
Outros bancos	4	0	4	1,6
Não declarado	2	1	3	1,2
TOTAL	250	6	256	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA 3.37 - NÚMERO DE DECLARAÇÕES DE CRÉDITOS OBTIDOS, EM 2005, TOTAL E POR FINALIDADE, SEGUNDO ÓRGÃO FINANCIADOR - PARANÁ

ÓRGÃO FINANCIADOR	NÚMERO DE DECLARAÇÕES			
	Finalidade do Crédito		Total	
	Custeio	Investimento	Abs.	%
Banco do Brasil	170	59	229	78,4
Cooperativa de crédito	33	19	52	17,8
Integradora	5	4	9	3,1
Cooperativa de produção	1	0	1	0,3
Banco do Brasil e outro banco	0	1	1	0,3
TOTAL	209	83	292	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Cruzando as informações dos estabelecimentos que acessaram crédito segundo a combinação de produção, e verificando se o estabelecimento havia ou não recebido pelo menos um tipo de apoio do Projeto Paraná 12 Meses, constatou-se que, tanto em 2000 quanto em 2005, a grande maioria que tinha acessado algum tipo de crédito – mais de 80% em 2000 e mais de 90% em 2005 – havia, também, recebido algum tipo de apoio do projeto

avaliado (tabela A.3.26). Conforme foi mencionado, estima-se que parte dessas pessoas pôde ter acesso a crédito a partir da participação no Projeto Paraná 12 Meses, uma vez que a documentação exigida para a pessoa ser beneficiária foi providenciada no início do Projeto, o que vem a ser um impacto indireto do Projeto sobre a população das Comunidades Rurais Pobres. Entre 2000 e 2005, o montante do crédito adquirido pelos estabelecimentos cresceu, na média, de R\$ 2.407,97 para R\$ 4.506,92, respectivamente; os valores referentes a 2000 foram corrigidos para 2005 segundo o IGP-DI (tabela 3.38).

TABELA 3.38 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO VALOR DO CRÉDITO ADQUIRIDO PELOS ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS - PARANÁ - 2000 E 2005

ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	CRÉDITO RECEBIDO (R\$)	
	2000 ⁽¹⁾	2005
Média	2.407,97	4.506,98
Mediana	2.001,79	3.000,00
Q1	1.255,00	2.175,00
Q3	2.742,17	5.000,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

(1) Valores de setembro de 2005, segundo IGP-DI, de 1,8281162 no período.

3.3.3 Ocupação da População Pesquisada

Em 2005 aumentou a participação da população em idade ativa (PIA)⁴⁷ no conjunto da população pesquisada. Entre os períodos analisados, verifica-se uma diminuição no total de moradores nos domicílios pesquisados, porém o número de pessoas com 10 anos e mais de idade permanece praticamente o mesmo. Mais uma vez, mostra-se, pelos dados, o fenômeno da masculinização da população rural analisada, pois os homens eram maioria, tanto em 2000 quanto em 2005, na população com 10 anos ou mais de idade (tabela 3.39).

TABELA 3.39 - POPULAÇÃO COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE, SEGUNDO SEXO, E POPULAÇÃO TOTAL PESQUISADA - PARANÁ - 2000 E 2005

ANO DA PESQUISA	POPULAÇÃO COM 10 ANOS E MAIS						POPULAÇÃO TOTAL	
	Homens		Mulheres		Total			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
2000	1.032	43,0	909	37,9	1.941	80,9	2.398	100,0
2005	1.049	47,2	896	40,3	1.945	87,5	2.223	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

⁴⁷ A População em Idade Ativa (PIA) é composta pelas pessoas com 10 anos e mais de idade.

Em 2005, houve uma diminuição no número de estabelecimentos onde havia membros das famílias com ocupação fora do estabelecimento. A análise do número de estabelecimentos com pessoas ocupadas, por estrato de área, confirma a hipótese de que as áreas pequenas determinam, em grande medida, a venda da força de trabalho, uma vez que, nos estratos abaixo de 5 hectares, mais de 55% dos estabelecimentos possuem pelo menos 1 pessoa com trabalho fora, chegando a 78,6% naqueles com menos de 1 hectare. Ao mesmo tempo, verifica-se uma redução no número de estabelecimentos com até 10 ha e com moradores que tenham tido ocupação fora (tabela A.3.27).

Os dados referentes ao número de pessoas ocupadas somente fora do estabelecimento registrou um aumento, tanto absoluto quanto relativo, o que mostra que um maior número de pessoas de um mesmo estabelecimento vende a sua força de trabalho (tabela 3.40). Chama atenção a proporção de pessoas que trabalham no estabelecimento, que cresceu de 59,9%, em 2000, para 67,1%, em 2005. Ao mesmo tempo, caiu o número de pessoas que não tinham nenhuma ocupação: em 2000, 67% destas 267 pessoas eram mulheres e 40% tinham menos de 15 anos; em 2005, a participação das mulheres no total de pessoas sem ocupação era de 62,1%, enquanto a de menores de 15 anos era de 44,9%. A mulher normalmente se ocupa tanto dos afazeres domésticos quanto de parte das atividades produtivas do estabelecimento, mas não declara essas tarefas como ocupação.

TABELA 3.40 - POPULAÇÃO COM 10 ANOS DE IDADE E MAIS, SEGUNDO O LOCAL DA OCUPAÇÃO - PARANÁ - 2000 E 2005

LOCAL DA OCUPAÇÃO	POPULAÇÃO COM 10 ANOS E MAIS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Somente ocupação dentro do estabelecimento	1.163	59,9	1.305	67,1
Ocupação dentro e fora do estabelecimento	442	22,8	331	17,0
Somente ocupação fora do estabelecimento	69	3,5	93	4,8
Sem ocupação	267	13,8	216	11,1
TOTAL	1.941	100,0	1.945	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Das 562 famílias pesquisadas em 2005, em 272 (48,4%) havia pelo menos uma pessoa com ocupação fora do estabelecimento. Quando se verifica a posição na família, constata-se que 38% desses ocupados estão na condição de responsáveis pelo domicílio e 42,4% na condição de filhos (tabela 3.41). Dentre essas 562 famílias pesquisadas em 2000, 316 famílias apresentaram, em 2005, pelo menos uma pessoa ocupada fora do estabelecimento, totalizando 511 pessoas com ocupação fora, sendo que 43,1% eram os responsáveis pelo domicílio e 38,7% eram filhos.

TABELA 3.41 - FAMÍLIAS PESQUISADAS COM PELO MENOS UMA PESSOA OCUPADA FORA DO ESTABELECIMENTO E TOTAL DE PESSOAS COM OCUPAÇÃO FORA DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO A POSIÇÃO NO DOMICÍLIO - PARANÁ - 2000 E 2005

CATEGORIA	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Famílias com pelo menos uma pessoa ocupada fora do estabelecimento	316	-	272	-
Pessoas com ocupação fora do estabelecimento	511	100,0	424	100,0
Responsável pelo domicílio	220	43,1	161	38,0
Cônjuge	73	14,3	53	12,5
Filho	198	38,7	180	42,4
Outros membros	20	3,9	30	7,1

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

A ocupação fora do estabelecimento do responsável e/ou filho, associada ao fato de as famílias disporem de áreas pequenas, bem como ao fato de viverem em um ambiente com menos oportunidades do ponto de vista social e econômico, indica a impossibilidade de exploração agrícola de seus estabelecimentos e, conseqüentemente, a dificuldade em prover a família de bens e serviços necessários à sua reprodução.

Houve um relativo aumento na idade desse grupo entre 2000 e 2005, a qual passa de 32 anos para 34 anos em média. Entretanto, esse aumento na idade foi menor que o período entre as duas pesquisas (5 anos e 7 meses), indicando que são os mais jovens que procuram ocupação fora do estabelecimento (tabela A.3.28).

Na pesquisa realizada em 2000, dentre as 511 pessoas que declararam ter trabalhado fora do estabelecimento, 367 (71,8%) faziam-no em ocupações agrícolas; as ocupações não-agrícolas somavam 144 declarações, sendo que 86 (16,8%) correspondiam a ocupações não-agrícolas no meio rural (tabela 3.42).

Com relação à posição na ocupação, a condição de diarista totalizava 299 pessoas (58,5%) de todas as ocupadas fora do estabelecimento; destas, 90% eram ocupadas em atividades agrícolas. A condição de assalariado⁴⁸ representava cerca de 20% do total dos ocupados fora do estabelecimento; neste caso, a maioria (83,2%) desenvolvia ocupações não-agrícolas tanto no meio urbano quanto no meio rural. Ainda pelos dados da tabela 3.42, verifica-se que cerca de 85% dos trabalhadores por conta-própria trabalhavam no meio rural (em ocupações agrícolas e não-agrícolas). Os remunerados por empreitada e por produção estão, em mais de 80% dos casos, ocupados em atividades agrícolas.

⁴⁸ Para a presente pesquisa, foi considerado assalariado o trabalhador que declarou ocupar esta posição no trabalho, independentemente de ser formal ou informal.

TABELA 3.42 - PESSOAS COM OCUPAÇÃO FORA DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E TIPO DE OCUPAÇÃO - PARANÁ - 2000

TIPO DE OCUPAÇÃO	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO EM 2000					TOTAL
	Assalariado	Conta-própria	Diarista	Recebe por empreitada	Recebe por produção	
Ocupação agrícola	17	14	269	49	18	367
Ocupação não-agrícola no rural	42	12	24	5	3	86
Ocupação não-agrícola no urbano	42	5	6	5		58
TOTAL	101	31	299	59	21	511

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Os dados de 2005 sobre a ocupação dos trabalhadores fora do estabelecimento permitem destacar, também, que as ocupações agrícolas continuam sendo a forma mais usual praticada pelo público das Comunidades Rurais Pobres, correspondendo a 257 trabalhadores (60,6%), seguida pelos ocupados em atividades não-agrícolas no rural (82) e em atividades não-agrícolas no urbano (80) – tabela 3.43. As ocupações fora do estabelecimento são, em sua maioria, agropecuárias. Porém, em 2005, verificou-se uma queda no número de pessoas ocupadas nos trabalhos agropecuários, florestais, caça e pesca, em relação a 2000, de 73% para 59,4%, respectivamente. Por outro lado, cresceu a participação dos ocupados em outras atividades não-agrícolas, principalmente em serviços e vendedores do comércio em lojas e mercados, que passam de 10,6%, em 2000, para 16,7% em 2005 (tabela A.3.29).

TABELA 3.43 - PESSOAS COM OCUPAÇÃO FORA DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E TIPO DE OCUPAÇÃO - PARANÁ - 2005

TIPO DE OCUPAÇÃO	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO EM 2005						TOTAL
	Assalariado	Conta-própria	Diarista	Recebe por empreitada	Recebe por produção	Estagiário	
Ocupação agrícola	28	15	182	13	19	0	257
Ocupação não-agrícola no rural	39	6	27	7	2	1	82
Ocupação não-agrícola no urbano	55	6	10	4	5	0	80
Ocupação rural e urbana	1	1	2	0	0	0	4
Ocupação agrícola e não-agrícola no rural	1	0	0	0	0	0	1
TOTAL	124	28	221	24	26	1	424

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

A condição de diarista, apesar de ter apresentado uma queda em relação a 2000, foi a que ocupou maior número de pessoas em 2005 (221 pessoas), compreendendo pouco mais da metade das ocupações. Assalariado foi a segunda posição na ocupação mais declarada em 2005, 124 (29,2%), sendo que as ocupações não-agrícolas no meio urbano absorveram 44,4% desses assalariados, o que sugere a precariedade das condições de trabalho na atividade agropecuária (ver tabela 3.43).

É interessante notar que, mesmo com a predominância da atividade agrícola na ocupação dos pesquisados, houve, entre os dois períodos, uma diminuição dos diaristas ocupados na atividade agrícola e um aumento no número de diaristas não-agrícolas. Os

dados registram quedas, também, nos ocupados que recebiam por empreitada (59,3%) e nos trabalhadores conta-própria (9,7%). Por outro lado, houve um aumento dos assalariados (22,8%) e daqueles que recebem por produção (23,8%). Ainda que não seja possível afirmar categoricamente, esses dados parecem indicar uma mudança em curso com relação às ocupações exercidas pelo segmento mais pobre no meio rural.

Tendo em vista que os períodos de referência para a captação da informação foram distintos, em 2000 e em 2005, criaram-se classes de meses trabalhados, o que possibilitou comparação.

Em relação à ocupação, um dos pontos mais positivos, e que deve ser destacado, é o aumento do tempo em que a pessoa esteve ocupada no ano. A participação daqueles que trabalharam mais de 7 meses no ano cresceu de 38,3%, em 2000, para 53,9%, em 2005. Este resultado está em consonância com outros que indicaram crescimento no número de pessoas exclusivamente em ocupações fora do estabelecimento e na posição de assalariado, o que pressupõe maior estabilidade no trabalho (tabela 3.44).

TABELA 3.44 - PESSOAS OCUPADAS FORA DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO OS NÚMEROS DE MESES TRABALHADOS - PARANÁ - 2000 E 2005

MESES TRABALHADOS	PESSOAS COM OCUPAÇÃO FORA DO ESTABELECIMENTO			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Até 3 meses	205	40,3	140	33,3
4 a 6 meses	109	21,4	54	12,8
7 meses ou mais	195	38,3	227	53,9
TOTAL	509	100,0	421	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

A participação de pessoas com até 3 meses de trabalho diminuiu de 40,3% para 33,3%, em 2005. Parte desta queda pode estar relacionada ao fato de ter havido uma queda na posição de diarista, de conta-própria e dos que recebem por empreitada.

3.3.4 Renda

A renda familiar foi analisada a partir de três fontes: o estabelecimento, a venda da força de trabalho e a seguridade social. No caso do estabelecimento, este deveria ter comercializado algum produto, seja da lavoura, criação de animais ou transformação.

Em 2005, 70,5% dos pesquisados tinham parte de sua renda vinda do estabelecimento, o que é significativo, tendo em vista as condições produtivas até aqui analisadas. Em 2000, a participação do estabelecimento na renda da família era de 71,1%. Chama a atenção que cerca de 30% dos estabelecimentos tinham fontes de renda advindas do trabalho e/ou seguridade, utilizando o estabelecimento apenas para produção de subsistência (tabela 3.45).

TABELA 3.45 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO A FONTE DE RENDA - PARANÁ - 2000 E 2005

FONTE DA RENDA DA FAMÍLIA	ESTABELECIMENTOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Estabelecimento	133	23,7	120	21,4
Estabelecimento e trabalho	149	26,5	114	20,3
Trabalho	90	16,0	63	11,2
Estabelecimento e seguridade	68	12,1	102	18,1
Estabelecimento, trabalho e seguridade	49	8,7	60	10,7
Seguridade	30	5,3	55	9,8
Trabalho e seguridade	27	4,8	34	6,0
Não possui rendimento	16	2,8	14	2,5
TOTAL	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Somando-se todas as rendas – estabelecimento, trabalho fora e seguridade social –, verifica-se que a participação do estabelecimento ainda é maior, porém, em 2005, a proporção da renda da seguridade social está próxima à do estabelecimento. Essa circunstância provavelmente está associada ao envelhecimento relativo da população pesquisada.

Comparando os dois períodos, 2000 e 2005, verifica-se uma queda da participação do estabelecimento na renda, ao mesmo tempo que ocorre um aumento da renda do trabalho e, em maior proporção, da renda da seguridade social, lembrando-se que o número de trabalhadores fora do estabelecimento diminuiu entre as duas pesquisas (tabela 3.46).

TABELA 3.46 - COMPOSIÇÃO DA RENDA, SEGUNDO A ORIGEM - PARANÁ - 2000 E 2005

ANO DA PESQUISA	ORIGEM DA RENDA (%)			TOTAL (%)
	Estabelecimento	Trabalho	Seguridade Social	
2000	56,1	23,2	20,7	100,0
2005	36,5	28,2	35,3	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

3.3.4.1 Renda do Estabelecimento

Para estimar a renda obtida com a produção no estabelecimento, separaram-se aqueles estabelecimentos que declararam ter comercializado⁴⁹ pelo menos um tipo de produto (lavoura, criação de animais, transformação) daqueles que declararam ter produzido apenas para consumo e dos que declararam não haver produzido nada. Verificou-se que, entre 2000 e 2005, houve uma queda no número de estabelecimentos que comercializaram a

⁴⁹ A renda dos estabelecimentos que comercializaram foi estimada a partir do cálculo da receita líquida – diferença entre a receita com as vendas e a despesa com a produção declaradas pelos pesquisados. Para a produção agrícola foi considerado, também, o estoque, cujo valor foi estimado através da quantidade estocada, multiplicada pelo preço unitário do produto (valor da venda dividido pela quantidade vendida). Os valores da produção de 2000 foram corrigidos para preços de setembro de 2005, pelo IGP-DI (no período, 1,8281162).

produção, bem como um aumento no número daqueles que produziam apenas para subsistência ou que não produziam nada (tabela 3.47).

TABELA 3.47 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO A FINALIDADE DA PRODUÇÃO - PARANÁ - 2000 E 2005

FINALIDADE DA PRODUÇÃO NO ESTABELECIMENTO	ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Comercialização	488	86,8	416	74,0
Produção para subsistência	54	9,6	117	20,8
Não produziu nada	20	3,6	29	5,2
TOTAL	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Verificou-se que a renda média da produção caiu entre os períodos pesquisados, em média 13,4%, e na mediana 10,3%. Parte desta queda pode ser explicada pelo aumento de estabelecimentos que produziram apenas para a subsistência. Deve-se lembrar, também, que nesse período houve queda nos preços dos produtos agrícolas, além da estiagem em algumas regiões do Estado, causando quebra na safra (tabela 3.48).

TABELA 3.48 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA RECEITA LÍQUIDA OBTIDA COM A PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO - PARANÁ - 2000 E 2005

ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	RECEITA LÍQUIDA (R\$)		
	2000 ⁽¹⁾	2005	Variação %
Média	4.823,51	4.176,40	13,4
Mediana	2.504,52	2.762,50	10,3
Primeiro Quartil (25%)	868,96	1.000,00	15,1
Segundo Quartil (75%)	6.581,22	5.550,00	15,7

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

(1) Valores corrigidos para outubro de 2005, segundo o IGP-DI: 1,8281162.

3.3.4.2 Renda do Trabalho Fora do Estabelecimento

Foi considerada renda do trabalho a renda mensal declarada pelas pessoas com 10 anos e mais de idade que tiveram alguma ocupação fora do estabelecimento.

Verificou-se que, entre 2000 e 2005, os trabalhadores tiveram um ganho salarial de 38,8%; nesse mesmo período o ganho real do salário mínimo oficial foi de 120,6%.⁵⁰ Apesar dessa diferença, não se pode ignorar que o público pesquisado obteve ganhos, tendo em vista a sua inserção no setor informal, o que o coloca fora da proteção legal trabalhista.

A tabela 3.49 apresenta as estatísticas descritivas do salário mensal declarado nos dois períodos pesquisados, lembrando que o valor do salário mínimo, em 2005, era de 300 reais.⁵¹

⁵⁰ Salário mínimo em 2000 = R\$ 136,00; salário mínimo em 2005 = R\$ 300,00; INPC = 1,5898141.

⁵¹ Os valores das rendas apresentados para o ano de 2000 foram corrigidos pelo INPC.

TABELA 3.49 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA RENDA MENSAL DO TRABALHO FORA DO ESTABELECIMENTO - PARANÁ - 2000 E 2005

ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	RENDA MENSAL DO TRABALHO FORA DO ESTABELECIMENTO		
	2000 ⁽¹⁾	2005	Variação %
Média	254,56	318,72	25,0
Mediana	238,47	300,00	25,8
Primeiro Quartil (25%)	158,98	200,00	25,8
Segundo Quartil (75%)	317,96	400,00	25,8

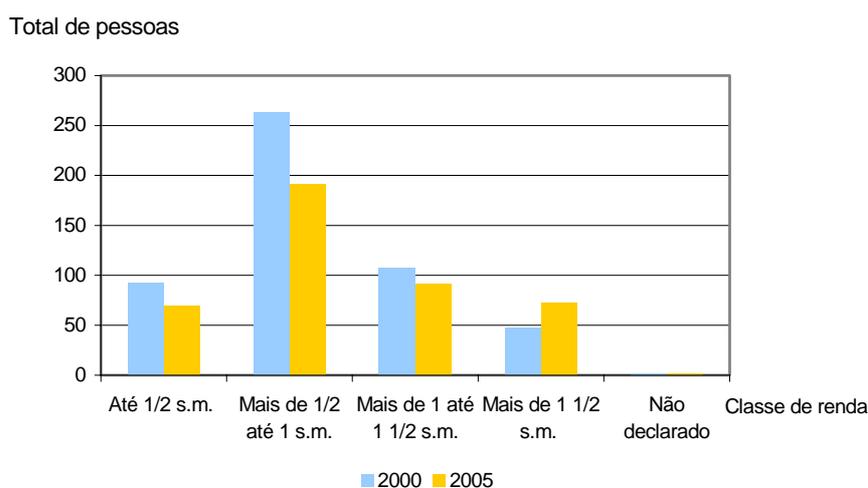
FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

(1) INPC = 1,5898141.

O salário dos ocupados fora do estabelecimento, em 2005, foi, em média, de 318 reais mensais, ou seja, pouco mais de um salário mínimo do período. Não se verificaram grandes variações entre os quartis; fazendo o corte dos 25% que ganham menos, constatou-se que o valor máximo recebido era de 200 reais, pouco mais de $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês; 75% dos trabalhadores ganhavam até 400 reais mensais.

Estratificando por classes de renda, verifica-se que apesar de haver mais pessoas, em 2005, na classe acima de $1 \frac{1}{2}$ salário mínimo, ainda é na classe entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo que há uma maior concentração de trabalhadores (gráfico 3.3). Constata-se que apesar dos ganhos obtidos entre os períodos pesquisados, esse segmento está inserido no estrato mais pobre da população domiciliada no rural, quando comparado com os dados analisados das PNADs. Nessa direção há uma discrepância entre a riqueza gerada pelo setor primário da economia paranaense, onde o setor vem aumentando sua participação no PIB paranaense⁵², e a remuneração do trabalho. É necessário lembrar que ações de equidade passam, necessariamente, pela distribuição da riqueza.

GRÁFICO 3.3 - TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS FORA DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO - PARANÁ - 2000 E 2005



FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

⁵² Ver seção 2.1: Agropecuária paranaense: resultados sociais e econômicos.

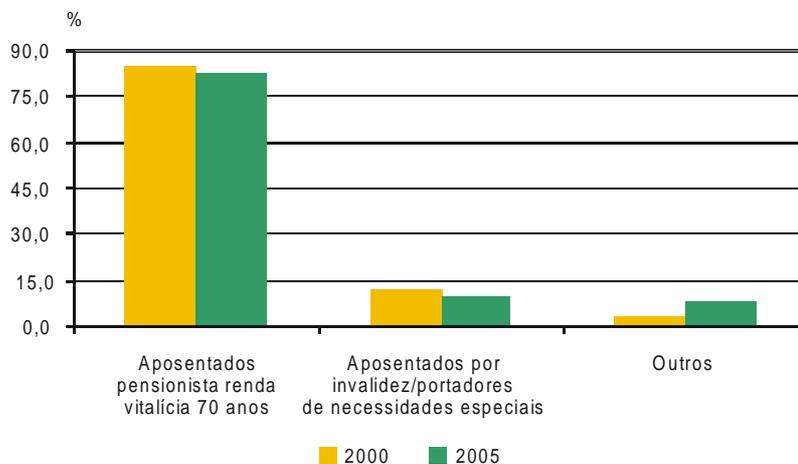
3.3.4.3 Renda da Seguridade Social

A partir de meados da década de 1990, o benefício da aposentadoria e pensão foi estendido aos agricultores em regime de economia familiar e trabalhadores rurais, o que proporcionou uma renda mensal importante, sobretudo para a população mais pobre. A pesquisa levantou, para os dois períodos, o acesso à seguridade social, não só no âmbito das aposentadorias e pensões, mas também nos casos de invalidez, prestação continuada e outros benefícios, como auxílio-doença, desemprego, natalidade etc.

Observa-se um aumento no número de domicílios com pelo menos uma pessoa com acesso a seguridade social, que passou de 31% dos domicílios, em 2000, para 44,7%, em 2005 (tabela A.3.30).

Aposentadorias por idade e pensões foram os benefícios da seguridade social mais acessados, tanto em 2000 quanto em 2005, com participações superiores a 80% no total de declarações. Em 2005, verifica-se uma queda na participação das aposentadorias por invalidez/portadores de necessidades especiais, ao mesmo tempo que aumenta a participação do acesso aos outros benefícios, como auxílio-doença e seguro desemprego (gráfico 3.4).

GRÁFICO 3.4 - PARTICIPAÇÃO DOS SEGURADOS, SEGUNDO TIPO DE BENEFÍCIO - PARANÁ - 2000 E 2005



FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Praticamente todo o público que teve acesso a aposentadoria ou pensão recebeu um salário mínimo, que em 2005 era de 300 reais. Calculando a média do valor recebido pela seguridade pelo público que acessou o benefício, verifica-se que os aposentados apresentaram um ganho mensal de pouco mais de um salário mínimo mensal. Isto ocorre porque há pessoas que recebem mais de um benefício, associando aposentadoria e pensão. Mas, na mediana, verifica-se que 50% dos beneficiados receberam um salário mínimo, tanto para os aposentados quanto para os outros benefícios (tabela 3.50).

TABELA 3.50 - RENDA MENSAL MÉDIA E MEDIANA OBTIDA POR MEIO DA SEGURIDADE SOCIAL, SEGUNDO O TIPO DE BENEFÍCIO - PARANÁ - 2000 E 2005

TIPO DE BENEFÍCIO DA SEGURIDADE SOCIAL E TRANSFERÊNCIAS	RENDA (R\$)			
	2000		2005	
	Média ⁽¹⁾	Mediana ⁽¹⁾	Média	Mediana
Aposentados - pensionistas/renda vitalícia 70 anos	239,06	216,21	303,89	300
Aposentados - invalidez/portadores de necessidades especiais	225,64	216,21	323,22	300
Outros ⁽²⁾	259,78	216,21	326,77	300
TOTAL	237,07	216,21	307,55	300

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

(1) Corrigido pelo INPC = 1,5898141.

(2) Seguro desemprego, auxílio-maternidade, auxílio-doença etc.

3.3.4.4 Renda *Per Capita* Familiar

Um dos indicadores que compõem o Patamar Mínimo de Existência Digna (PMED-rural) é a renda familiar *per capita*. Foram considerados adequados os estabelecimentos que tivessem renda familiar *per capita* superior a meio salário mínimo.⁵³

Observando o número de famílias que estão abaixo da linha de pobreza, ou seja, que recebem até meio salário mínimo, verifica-se que houve uma queda no total de famílias nessas condições entre 2000 e 2005, mas, mesmo assim, estas constituem a classe de renda *per capita* predominante entre as famílias pesquisadas. Houve um relativo deslocamento de famílias para as outras classes de renda. Assim, somando os que não tiveram renda com aqueles que tiveram renda negativa e aqueles que receberam até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, constata-se que mais de 60% das famílias pesquisadas não ingressariam no PMED, em 2005, considerando a renda como o único critério (tabela 3.51).

TABELA 3.51 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, SEGUNDO ESTRATO DE RENDA MENSAL *PER CAPITA* - PARANÁ - 2000 E 2005

RENDA MENSAL <i>PER CAPITA</i>	ESTABELECIMENTOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Sem renda	16	2,8	14	2,5
Renda negativa	1	0,2	14	2,5
Até 1/2 s.m.	355	63,2	326	58,0
Mais de 1/2 até 1 s.m.	134	23,8	140	24,9
Mais de 1 até 1 1/2 s.m.	36	6,4	46	8,2
Mais de 1 1/2 s.m.	20	3,6	22	3,9
TOTAL	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

⁵³ Para se chegar a esta renda foram somadas as rendas da produção no estabelecimento, do trabalho fora e da seguridade social, divididas pelo número de meses e pelo total de pessoas que moravam no estabelecimento.

Os dados registram que duas famílias que não tinham renda passaram a tê-la em 2005. Por outro lado, houve crescimento no número de estabelecimentos que apresentaram renda *per capita* negativa, lembrando-se que, em 2005, houve problemas com a produção devido ao clima, e que famílias que vivem apenas da produção do estabelecimento podem estar nesse estrato. Deve-se estar atento, também, para o fato de que esse público costuma produzir para subsistência e realiza troca de excedente com vizinhos.

3.3.5 Atividade Comunitária

Um dos objetivos da Atividade Comunidades Rurais Pobres era estimular atividades coletivas que viessem, de forma complementar, incrementar o rendimento familiar. Na pesquisa de 2005, investigou-se se as famílias participavam ou haviam participado de algum empreendimento comunitário. Foram declarados 52 empreendimentos comunitários. Destes, o Paraná 12 Meses apoiou, na forma de implementação da atividade, 31 empreendimentos (59,6%) e, na forma de incremento da atividade, 8 projetos comunitários (tabela 3.52).

TABELA 3.52 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS PARTICIPANTES EM ATIVIDADE COMUNITÁRIA, SEGUNDO ORIGEM DO APOIO RECEBIDO PARA PROJETOS COMUNITÁRIOS - PARANÁ - 2005

APOIO A PROJETOS COMUNITÁRIOS	ESTABELECIMENTOS PARTICIPANTES
Projeto Paraná 12 Meses	
Implementação da atividade	31
Incremento da atividade	8
Outros apoios	13
TOTAL	52

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Das atividades implementadas, 4 não estavam funcionando, ainda, na data da pesquisa (tabela A.3.31). Verifica-se que, das outras 27 atividades onde a ação foi de implementação, mais de 90% dos empreendimentos tiveram apoio somente do Projeto Paraná 12 Meses, ilustrando o papel indutor do Projeto. Além disso, nota-se uma diversificação de atividades (quadros 3.1, A.3.1 e A.3.2).

Acompanhando a evolução das atividades coletivas de um ano a outro, tem-se que 5 estabelecimentos que declararam participar de atividade coletiva em 2000 deixaram de fazê-lo em 2005⁵⁴ (tabela A.3.32).

⁵⁴ A questão formulada referia-se à permanência da atividade. No entanto, não se pode afirmar se o produtor saiu do grupo ou se, de fato, a atividade deixou de ser desenvolvida.

QUADRO 3.1 - ATIVIDADES COMUNITÁRIAS QUE FORAM IMPLEMENTADAS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS PARTICIPANTES, INÍCIO DAS ATIVIDADES, TOTAL DE PARTICIPANTES DA ATIVIDADE E ÂMBITO DOS OUTROS PROGRAMAS QUE APOIARAM A ATIVIDADE - PARANÁ - 2005

TIPO DE ATIVIDADE	N.º ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS PARTICIPANTES	INÍCIO DAS ATIVIDADES	TOTAL DE PESSOAS PARTICIPANTES	OUTROS PROGRAMAS QUE APOIARAM
Classificação/embalagem/carregamento de maracujá	1	2002	180	Federal
Transformação de alimentos (conserva, compota etc.)	3	1998	20	Prefeitura
		2001	29	Nenhum
		2000	18	Nenhum
Viveiro comunitário	2	2002	6	Nenhum
		2003	6	Nenhum
Máquina para fabricar blocos de cimento e ferramentas	2	2002	11	Nenhum
		2002	11	Nenhum
Farinhas	3	1998	16	Nenhum
		1998	20	Nenhum
		2000	18	Nenhum
Microtrator	4	1998	17	Nenhum
		1998	20	Nenhum
		1998	10	Nenhum
		1998	10	Nenhum
Secador de cereais	2	2002	22	Nenhum
		2003	22	Nenhum
Kit (pulverizador/plantadeira/rolo-faca/calcareadeira/batedeira de cereais)	1	2002	4	Nenhum
Mel	1	2000	11	Nenhum
Resfriador de leite	1	2004	3	Nenhum
Criação de animais	1	2004	7	Nenhum
Leite	5	2003	1	Nenhum
		2003	34	Nenhum
		2002	8	Federal
		2002	1	Nenhum
		2002	8	Nenhum
Artesanato	1	2001	6	Nenhum

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Optou-se por não apresentar a renda obtida pela atividade de grupo ou coletiva, uma vez que se percebeu um número significativo de subnotificação para essa variável, especialmente no caso do leite. Essa circunstância de certa forma ilustra a reconhecida falta de tradição do registro contábil entre produtores não-capitalizados.

Para além do objetivo de geração e/ou incremento da renda, a mobilização da comunidade tornou-se um importante instrumento dinamizador da vida local. Nesse sentido, a consideração de técnicos da Emater-PR (2003) dimensiona a importância desse processo: "(...) O trabalho coletivo não apenas tornou possível o acesso a determinadas modalidades de crédito específicas para ações grupais e viabilizou a realização em grupo como a

agroindústria de cana-de-açúcar e o resfriador comunitário de leite, mas influenciou a maneira dos moradores se relacionarem no dia-a-dia".

Esse estímulo à organização comunitária teve, nos cursos de capacitação, um papel indutor. Investigou-se a participação dos membros das famílias em cursos. As pesquisas revelaram, no entanto, que o percentual de pessoas pesquisadas acima de 10 anos de idade que freqüentaram cursos ficou em torno de 10% (tabelas 3.53 e A.3.33).

TABELA 3.53 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS COM A PARTICIPAÇÃO DE PELO MENOS UM MEMBRO DA FAMÍLIA EM CURSOS - PARANÁ - 2000 E 2005

CURSOS	DOMICÍLIOS PESQUISADOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Freqüentaram	120	21,4	138	24,6
Não freqüentaram	442	78,6	424	75,4
TOTAL	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Quase a totalidade dos domicílios com participantes em cursos havia recebido algum apoio do Projeto Paraná 12 Meses (tabela A.3.34). Os cursos mais freqüentados pelas famílias pesquisadas, tanto em 2000 quanto em 2005, estavam relacionados à atividade agropecuária, sendo a Emater-PR a instituição mais declarada como organizadora (tabela 3.54 e quadro A.3.3).

TABELA 3.54 - PESSOAS PESQUISADAS QUE FREQUËNTARAM CURSOS, SEGUNDO ÁREA DE ATUAÇÃO DO CURSO - PARANÁ - 2000 E 2005

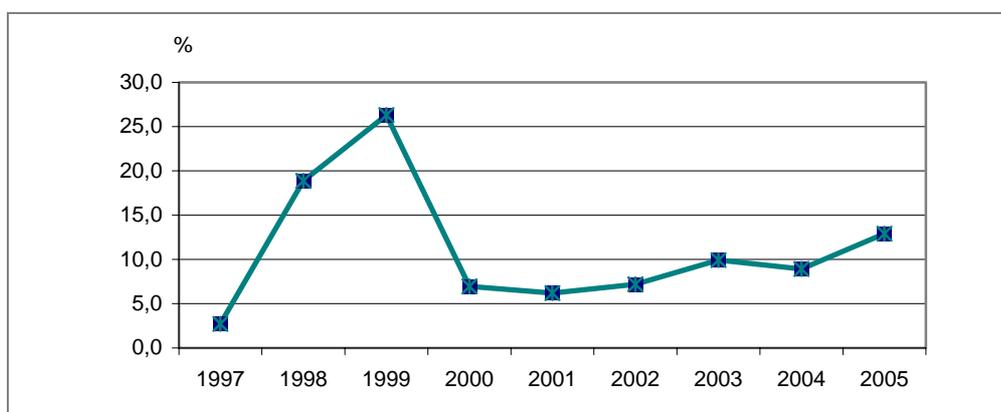
ÁREA DE ATUAÇÃO DOS CURSOS	PESSOAS QUE FREQUËNTARAM CURSOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Agricultura	35	17,8	49	23,6
Administração rural e capacitação	31	15,7	26	12,5
Fabricação/transformação de alimentos	27	13,7	25	12,0
Artesanato/corte e costura	18	9,1	23	11,1
Leite e laticínios	14	7,1	28	13,5
Aplicação de defensivos/técnicas de aplicação de agrotóxicos	12	6,1	2	1,0
Diversos	9	4,6	7	3,4
Higiene e sanitária	9	4,6	3	1,4
Informática/computação	6	3,0	21	10,1
Manejo e conservação	8	4,1	6	2,9
Serviços na agricultura	4	2,0	12	5,8
Saúde	4	2,0	2	1,0
Apicultura (transformação)	2	1,0	2	1,0
Derivados de cana	3	1,5	1	0,5
Pecuária	8	4,1	-	-
Pesca	7	3,6	-	-
Agente de saúde	-	-	1	0,5
TOTAL	197	100,0	208	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

Para averiguar se as pessoas que declararam ter ocupação fora do estabelecimento estariam freqüentando cursos voltados à atividade desenvolvida, cruzaram-se as informações relacionadas ao objetivo do curso e à atividade, para os dois períodos pesquisados, e constatou-se que a maioria, independentemente da ocupação que realizava fora do estabelecimento, freqüentou cursos dirigidos à agropecuária (quadros A.3.4 e A.3.5).

Os indivíduos freqüentaram cursos no início do Projeto, sendo que mais da metade dessa freqüência ocorreu em três dos nove anos do Projeto: 18,8% em 1998; 26,2% em 1999; e 12,8% em 2005 (gráfico 3.5 e tabela A.3.36).

GRÁFICO 3.5 - DISTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DAS FAMÍLIAS QUE FREQUENTARAM CURSOS, SEGUNDO O ANO DA REALIZAÇÃO - PARANÁ - 1997-2005



FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

4 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Na seção anterior, o procedimento avaliativo procurou identificar e verificar o que ocorreu com as famílias pesquisadas, nos anos de 2000 e 2005, ressaltando os aspectos relativos à infra-estrutura familiar, ao acesso a serviços sociais básicos e à renda, por constituírem as três linhas de atuação do componente Alívio da Pobreza no Meio Rural.

Com base no que foi analisado até o momento, busca-se mensurar a condição socioeconômica das famílias da atividade Comunidades Rurais Pobres do Projeto Paraná 12 Meses, através de indicadores sintéticos. Estes, como já foi ressaltado, estão referenciados por uma concepção mais ampla de necessidades que definem a condição de pobreza. O eixo dessa concepção metodológica⁵⁵ caracteriza-se pelo acesso que as famílias têm a uma determinada quantidade de renda, de patrimônio material e de patrimônio não-material.

Esta seção volta-se para o dimensionamento do que foi conquistado, ou seja, para o quanto o Projeto atuou para modificar um quadro onde predomina a ausência de bens materiais e outros fatores. Essas variáveis compõem um conjunto de elementos que classifica as famílias segundo o ingresso em um Patamar Mínimo de Existência Digna (PMED). Mas, esta análise procura ir além, ao adotar indicadores mais abrangentes do que aqueles empregados pela atividade Comunidades Rurais Pobres, pois o indicador PMED permite: a) investigar o impacto das ações específicas da atividade; b) medir as condições mais gerais de vida das famílias, e c) apontar necessidades para orientar ações futuras.

A operacionalidade do conceito adotado foi construída pelos indicadores: Renda Familiar *Per Capita* Maior do que $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo Mensal; Patrimônio Material Mínimo (PMM) – a posse da terra/propriedade de domicílio permanente, com densidade de até dois moradores por dormitório, dispondo de abastecimento de água com canalização interna, banheiro e esgotamento sanitário por meio de rede coletora ou fossa séptica, destino do lixo (orgânico enterrado, demais separados e com destino adequado), acesso a energia elétrica e a posse dos seguintes bens duráveis: fogão, geladeira, rádio ou tevê; Patrimônio Não-Material (PNM) – escolaridade adequada, acesso a seguridade social (aposentadorias, pensões e benefícios continuados), associativismo (sindicato, partido, associações comunitárias ou de interesse).

4.1 INDICADORES PARCIAIS

Os indicadores parciais referem-se às dimensões que constituirão o indicador-síntese. No caso deste estudo, eles têm a função principal de demonstrar a ação da Atividade Comunidades Rurais Pobres em termos de impacto socioeconômico. Tendo em

⁵⁵ Encontra-se na primeira seção deste relatório uma exposição sobre os procedimentos adotados.

vista que os indicadores adotados estão circunscritos no objetivo desta avaliação – adaptados, portanto, à realidade rural –, foi denominado Indicador PMED/Comunidades Rurais Pobres (PMED-Rural).

Os indicadores parciais estão estruturados a partir de três eixos: renda, patrimônio material e patrimônio não material, os quais, por sua vez, comportam critérios de corte e de variáveis que os definem. Assim, para ingressar na PMED-Rural, a família deveria deter uma quantidade mínima de **Renda**; seus membros deveriam ter acesso a um **Patrimônio Material Mínimo**; bem como acesso a **Patrimônio Não-Material**.

O acesso das famílias pobres, domiciliadas no rural paranaense, a uma renda mínima e a uma determinada quantidade de patrimônio material e imaterial não deve ser considerado isoladamente, pois entende-se, conforme Garcia (2001, p.61) salientou em sua proposta, que "a simultaneidade é uma exigência forte para se tentar apreender a dignidade como uma condição abrangente em relação à natureza multidimensional do ser humano e a inúmeras inserções impostas para viver sob a complexidade crescente das sociedades contemporâneas (...)".

Para operacionalizar esses conceitos, foram aplicadas fórmulas⁵⁶ que determinam as taxas relativas ao patrimônio material mínimo (PMM), patrimônio não-material mínimo (PNMM) e taxa de obtenção de renda mínima (TOR), onde os valores próximos a zero significam que a maioria da população não usufrui da condição mínima exigida. As taxas que constroem o indicador PMM são: taxa de domicílios próprios (TDP); taxa de densidade adequada (TDA); taxa de cobertura de saneamento ambiental (TASA); taxa destino do lixo adequado (TDLA); taxa de domicílios com água encanada (TAC); taxa de acesso a energia elétrica (TAEE) e taxa de acesso a bens essenciais (TABE). As que formam o PNM são: taxa de escolaridade mínima adequada (TEMA); taxa de cobertura previdenciária (TCOP); e taxa de associativismo formal e/ou informal (TAFI).

Verifica-se que as taxas apresentadas em 2005 são, em geral, superiores àquelas apresentadas em 2000 (quadro 4.1). Na dimensão Patrimônio Material Mínimo (PMM), o saneamento e o destino do lixo são os fatores que mais contribuem para a exclusão das famílias analisadas do nível mínimo aceitável. Mesmo com o registro de um número maior de famílias que usufruem desses serviços, a taxa PMM, que estava próxima de zero em 2000 (0,02), passa para 0,07, aproximando-se de 0,10 em 2005. O indicador analisado permite perceber o quanto as famílias estudadas estão alijadas da condição estabelecida, uma vez que a maioria dos domicílios não possui acesso ao conjunto de itens que garante um Patamar Mínimo Material. O mesmo pode ser identificado quanto ao Patrimônio Não-

⁵⁶ Consultar Apêndice 2 deste trabalho.

Material (PNM), sendo que, neste caso, registram-se ganhos relativos importantes no indicador parcial de escolaridade, que passa de 0,18 para 0,31 entre 2000 e 2005. A variável associativismo apresentou um decréscimo, conforme analisado na seção anterior.

QUADRO 4.1 - INDICADORES PARCIAIS E SINTÉTICOS DO PATRIMÔNIO MATERIAL MÍNIMO (PMM), PATRIMÔNIO NÃO-MATERIAL MÍNIMO (PNMM) E OBTENÇÃO DE RENDA MÍNIMA (TOR) - PARANÁ - 2000 E 2005

INDICADORES PARCIAIS E SINTÉTICOS	TAXA ⁽¹⁾	
	2000	2005
Patrimônio Material Mínimo		
TDP - Domicílio próprio	0,69	0,73
TDA - Densidade	0,73	0,82
TAC - Água canalizada	0,79	0,84
TASA - Saneamento	0,28	0,48
TDLA - Destino do lixo	0,09	0,20
TAE E - Energia	0,86	0,92
TABE - Bens de consumo durável	0,69	0,83
Indicador sintético PMM ⁽²⁾	0,02	0,07
Patrimônio Não-Material Mínimo		
TEMA - Escolaridade	0,18	0,31
TCOP - Segurança	0,92	0,93
TAFI - Associativismo	0,62	0,56
Indicador sintético PNM ⁽²⁾	0,09	0,15
Obtenção de Renda Mínima		
Indicador sintético TOR ⁽²⁾	0,34	0,37

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

(1) As taxas são calculadas pelo número de domicílios na condição referenciada sobre o número total de domicílios.

(2) O indicador sintético representa os domicílios que cumprem todas as condições simultaneamente.

Deter uma quantidade mínima de meios de produção constituía, originalmente, uma das variáveis do Patrimônio Material Mínimo (PMM). No entanto, neste estudo, optou-se por não incluí-lo nesse indicador composto pelo fato de os dados sobre implementos agrícolas e infra-estrutura produtiva terem apresentado inconsistências. A subnotificação dos meios de produção em um contexto marcado pela carência, como é o caso da atividade agropecuária entre as famílias pesquisadas, acabou por determinar sua exclusão do indicador. Para se ter uma idéia do porquê dessa decisão de ordem metodológica, observou-se que um número expressivo de produtores não havia declarado participação em grupos que utilizavam resfriador de leite comunitário, bem como nos procedimentos assumidos pelas instâncias públicas, como a vacinação de animais; houve omissão na declaração de utilização de cozinhas coletivas, assim como dos equipamentos para a fabricação de embutidos, implementos básicos para a produção de milho e feijão, entre outras informações.

Porém, na tentativa de não perder as informações obtidas, ainda que os dados não permitam traçar um panorama completo, fez-se uma análise dos meios de produção descolada do indicador. Nesse sentido, os dados apresentados devem ser considerados um indicativo da realidade vivida pelos produtores analisados relativamente ao aspecto focado.

A relação entre o que o produtor declarou praticar e as condições de produção prende-se, no presente trabalho, à possibilidade de identificar, no segmento analisado, aqueles que possuiriam uma maior condição relativa para acessar o mercado. Para obter essa informação⁵⁷, técnicos foram consultados no sentido de orientar sobre os critérios mínimos para a efetividade que deveriam ser cumpridos para que determinada atividade fosse desenvolvida (quadro 4.2).⁵⁸

É necessário ressaltar que as atividades classificadas no item transformação⁵⁹ são de duas naturezas: as alimentares, que abrangem uma gama ampla de produtos, e as não-alimentares, como artesanato, produção de vassouras ou casulos. Nesse grupo, as exigências para produção são relativamente simples, mas no caso da transformação de produtos alimentícios e, principalmente, para consumo humano, o produtor deve cumprir vários requisitos, que passam pelas exigências legais⁶⁰ e pelo registro do produto e da marca.

⁵⁷ O levantamento dos meios de produção mínimos para o desenvolvimento da atividade declarada pelo produtor rural foi construído a partir de informações obtidas junto a técnicos da Emater-PR que atenderam à solicitação dos técnicos do IPARDES, com algumas ressalvas, dado que o levantamento não teve um tratamento sistemático. Assim, os técnicos consultados ficam isentos de responsabilidade caso tenha ocorrido alguma impropriedade.

⁵⁸ A adequação em relação aos meios de produção mínimos para os produtos beneficiados/transformados não foi indicada no quadro 4.2 e não foi contabilizada na tabela 4.1, pois suas exigências, se não observadas as especificidades de cada subproduto e a legislação referente, são muito generalizantes e pouco se pode discuti-las, ao considerar que o estabelecimento que produz mel tem as mesmas condições e meios de produção que aquele que produz queijo, farinha de mandioca ou casulos.

⁵⁹ As atividades que visam ao mercado podem ser enquadradas em três grandes procedimentos que agregam valor ao produto *in natura*: 1) beneficiamento: mel, leite, ovos, arroz, feijão, entre outros; 2) transformação: frutas, carnes, cana e outros; 3) industrialização: carne, soja, milho etc. As atividades exercidas pelos produtores analisados enquadram-se nos procedimentos de beneficiamento e transformação.

⁶⁰ Tais exigências estão centradas nas licenças para produção; cumprimento da legislação regulatória, fiscal, tributária e trabalhista.

QUADRO 4.2 - MEIOS DE PRODUÇÃO MÍNIMOS NECESSÁRIOS E PRÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA DECLARADA

ATIVIDADE AGROPECUÁRIA	MEIOS DE PRODUÇÃO MÍNIMOS NECESSÁRIOS E PRÁTICAS
Algodão	Arado, grade, plantadeira, agrotóxicos ¹ e adubo, pulverizador
Fumo	Arado, grade, sulcador ou cultivador, pulverizador, carroça, estufa ou galpão para cura, adubo e/ou agrotóxicos ¹
Cana-de-açúcar	Arado, grade, sulcador, triturador (para alimentação animal)
Mandioca	Arado, grade, sulcador ou cultivador
Milho e feijão	Análise de solo para calagem, calagem, adubação e/ou agrotóxicos ¹ , preparo convencional, controle de pragas e doenças, colheita e debulha, galpão para armazenagem, matraca ou plantadeira, semeadora, arado, grade, pulverizador, trilhadeira e bateadeira (podem ser alugadas, em cooperativa)
Feijão, milho, soja e trigo	Análise de solo, calagem, conservação do solo – manejo, preparo convencional ou direto, adubação e agrotóxicos ¹ , controle de pragas e doenças, trator, arado, grade, semeadora, colhedora de cereais, pulverizador, carreta, galpão (pode ser entregue na cooperativa)
Café	Adubação, controle de pragas e doenças, terreiro, tulha, lona para cobrir o café, rastelo, peneira, assistência técnica
Olerícolas	Conjunto de irrigação, arado, grade, lavador e classificador, microtrator ou tração animal
Bovino de leite	Pasto – manejo, resfriador comunitário ou latão, estábulo rústico, linha de leite organizado
Bovino de corte - carne	Pastagem (manejo, cocho de água e de sal), estábulo (mangueira, pulverizador contra parasitas, triturador, galpão)
Ovinos e caprinos	Assistência técnica, cochos e bebedouros
Fruticultura	Calcário, adubo e agrotóxico ¹ , pulverizador, carreta ou carroça, lavador, barracão ou paiol, caixaria para transporte
Galinha caipira e de postura	Galinheiro, abrigo para galinhas chocas, fonte de aquecimento, vacinas
Suínos	Pocilga, vacinas

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

(1) Dispensado no sistema de produção orgânica.

Os dados analisados, no seu conjunto, indicam que parte significativa das famílias pratica uma agricultura de subsistência, cujos produtos transformados, de origem vegetal ou animal, quando geram excedente, são vendidos ou trocados no âmbito das relações familiares ou de vizinhança. Esta atividade é exercida dentro do domicílio e, dada sua condição marginal, não está sujeita a fiscalização. Contudo, há aqueles produtores que, a despeito de suas dificuldades socioeconômicas, visam à comercialização do seu produto, mesmo que de forma restrita, como ocorre na maior parte das vezes. Neste caso, independentemente do âmbito em que é exercida a comercialização, a atividade de transformação e/ou beneficiamento de produtos deve se adequar aos aspectos legais, à gestão e ao mercado.

Nesse sentido, observou-se que mais de 50% da comercialização de animais se deu entre vizinhos, parentes e comunidades. Para os produtos agrícolas, houve o registro de uma variedade maior de formas de comercialização, em que o comércio com cerealistas tem maior representatividade. Entre 2000 e 2005, houve um decréscimo relativo da comercialização com vizinhos e um acréscimo da comercialização com indústrias e cooperativas, o que indica o aumento da participação das instâncias mais formalizadas, em detrimento das informais (gráficos A.4.1 e A.4.2).

Salta aos olhos a ausência de condições mínimas para o desenvolvimento da atividade declarada entre os produtores pesquisados. Tem-se a dimensão da exclusão desses produtores dos processos mercantis quando se observa a tabela 4.1, mostrando que justamente os produtos mais explorados pelos agricultores em termos absolutos, a exemplo do milho, feijão, leite e carne, apresentam percentuais inexpressivos de adequação. Parte deste resultado se deve a uma subnotificação dos implementos agrícolas, conforme foi ressaltado, mas indica também um círculo vicioso em que a ausência de condições de desenvolvimento da atividade produtiva reforça a condição de pobreza, e esta, por sua vez, impede ou limita a possibilidade de adequação dos meios produtivos.

TABELA 4.1 - TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E ESTABELECIMENTO COM MEIOS DE PRODUÇÃO ADEQUADOS, SEGUNDO A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PARANÁ - 2000 E 2005

ATIVIDADE AGROPECUÁRIA	ESTABELECIMENTOS					
	2000			2005		
	Total	Meios de produção adequados ⁽¹⁾		Total	Meios de produção adequados ⁽¹⁾	
		Abs.	%		Abs.	%
Algodão	23	3	13,0	22	6	27,3
Fumo	45	13	28,9	58	23	39,7
Cana-de-açúcar	7	1	14,3	5	1	20,0
Mandioca	99	5	5,1	66	7	10,6
Milho	412	0	0,0	349	3	0,9
Feijão	290	0	0,0	208	1	0,5
Soja	48	0	0,0	104	3	2,9
Trigo	4	0	0,0	8	0	0,0
Café	65	0	0,0	43	0	0,0
Olerícolas	53	3	5,7	32	8	25,0
Fruticultura	32	0	0,0	17	0	0,0
Bovino de leite	332	8	2,4	340	7	2,1
Bovino de carne	295	1	0,3	181	2	1,1
Suínos	291	126	43,3	292	183	62,7
Galinhas	458	108	23,6	461	201	43,6

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

(1) Condição em que o produtor possui os meios de produção mínimos para realizar as atividades declaradas.

A operacionalização do conceito está apontando que, em termos absolutos, os produtores analisados não apresentam as condições mínimas para desenvolver a atividade declarada. Nota-se que os maiores percentuais de produtores adequados por atividade estão representados por aqueles que desenvolvem a suinocultura; a criação de galinha caipira ou de postura; e a cultura do fumo, os quais, em 2005, foram registrados na condição de adequados, apresentando os percentuais de 62,7%, 43,6% e 39,7% respectivamente. Cabe lembrar que a suinocultura e a fomicultura são atividades tipicamente integradoras e,

em tese, todos os produtores nessa condição deveriam cumprir as condições mínimas para o desenvolvimento da atividade.

A olericultura chama a atenção pelo fato de ter apresentado um aumento relativo na adequação, mas, como se registra uma diminuição no número absoluto de produtores nesta atividade, pode-se estabelecer uma relação entre o acesso a meios de produção e a permanência na atividade.

4.2 INDICADOR DE INIQUIDADE SOCIAL

A introdução de um indicador que vai além do objetivo central do presente relatório está associada à percepção de que o papel das avaliações de impacto socioeconômico é, também, o de apresentar o que está por ser feito e, assim, construir um instrumento para o planejamento das ações futuras.

É na perspectiva de poder interferir em uma dada realidade, priorizando os segmentos mais vulneráveis, que o indicador de iniquidade social torna-se um instrumento importante, na medida em que retrata "a situação de uma sociedade particular caracterizada por distribuição altamente desigual de renda e patrimônio (material e não-material), em que uma minoria populacional detém a maior parte destes e uma grande parte da população não alcança um patamar mínimo de existência com dignidade, quando isso seria possível com uma distribuição mais eqüitativa do patrimônio e da renda" (GARCIA, 2001, p.56). Nesse sentido, o indicador de iniquidade é antes de mais nada um indicador que se volta para os temas ou questões que deverão compor a agenda dos compromissos futuros.

Para Garcia (2001, p.61), relativamente ao indicador de iniquidade, "(...) A idéia é estabelecer a relação entre os que estão acima e abaixo do referido patamar, criando uma escala de 0 (zero) a 1 (um), em que zero significaria que toda a população alcançou ou ultrapassou o patamar de existência com dignidade mínima". Ao aplicá-lo, dimensiona-se, tomando o segmento analisado como parâmetro, o que está para ser feito no sentido de dotar de uma vida digna as famílias pobres que vivem no rural paranaense.

O indicador de iniquidade é obtido pela seguinte fórmula:

$$\text{INIQ.} = 1 - \frac{\text{Número de famílias em situação } \geq \text{PMED}}{\text{Total de famílias}}$$

Observou-se que a situação das famílias pesquisadas está muito distante de um Patamar Mínimo de Existência Digna. Considerando-se simultaneamente os indicadores parciais, tem-se, em 2000, apenas dois domicílios que cumprem os requisitos de uma situação de existência digna. Há um relativo aumento, em 2005, para sete domicílios. No entanto, em termos de taxa, obtêm-se INIQ = 0,9964 para 2000 e INIQ = 0,9875 para 2005.

É preciso registrar que esta avaliação concentrou-se na verificação das privações específicas dos domicílios pesquisados, possibilitada pela PMED, sabendo-se que há homogeneidade nas carências do público investigado. De qualquer forma, o indicador de iniquidade torna-se mais um alerta sobre as condições de privação vividas pela população rural.

Entendendo que a iniquidade é uma construção social, procurou-se relativizar as condições simultâneas para a conquista de uma existência digna, restringindo a construção do indicador-síntese apenas às taxas que poderiam ter sido influenciadas pelas ações do Paraná 12 Meses.

Na tentativa de verificar impactos, mesmo que parciais, das ações governamentais, empregaram-se as taxas: Renda (TOR), Densidade (TD), Saneamento (TASA), Água (TAC) e Associativismo (TAFI) para conseguir estimar esses impactos.

Essa agregação obteve, em 2000, o resultado de $INIQ(2) = 0,9271$, o que significa, em números absolutos, 41 domicílios, e, para 2005, $INIQ(2) = 0,9004$, significando 56 domicílios. Relembrando que já em 2000 as ações do Projeto atingiam mais de 70% das famílias pesquisadas, com a agregação dessas taxas parciais pode-se mostrar a influência das ações do Projeto, indicando, ao mesmo tempo, que há outras condições a serem focadas pelas ações governamentais, que alteram substancialmente as taxas aqui discutidas.

A relativização das condições parece útil para agregar as melhorias parciais conquistadas pelo público beneficiado, discussão já referida na análise da infra-estrutura dos domicílios e no item anterior desta seção. Contudo, isto não significa assumir que a segmentação setorializada das políticas governamentais poderia resolver o problema da iniquidade. Como se apontou desde o início deste trabalho, a pobreza é um problema complexo, assim como a vivência da cidadania por parte da população privada de condições dignas de existência, exigindo a simultaneidade de ações públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A avaliação da atividade Comunidades Rurais Pobres mostrou o importante papel que o Projeto Paraná 12 Meses teve não só ao apontar as necessidades de um segmento quase esquecido da sociedade paranaense e propor políticas na direção de supri-las, como também ao possibilitar, a essa parcela da população, o acesso a bens e serviços.

A avaliação socioeconômica contemplou o dimensionamento do impacto do Projeto Paraná 12 Meses sobre o público da Atividade Comunidades Rurais Pobres, com destaque para as condições que colocam essas famílias à margem de um patamar mínimo de existência digna.

O primeiro aspecto da avaliação cumpre o objetivo de medir o impacto socioeconômico das ações desenvolvidas, o que é, por definição, pretérito. O segundo aspecto teve o objetivo de dimensionar as necessidades básicas das famílias – as ausências e as carências – na perspectiva de contribuir com o planejamento das ações futuras.

Para cumprir esse propósito, a presente avaliação lançou mão de indicadores que pudessem instrumentalizar esses dois objetivos. Um primeiro indicador esteve voltado a medir as condições de moradia, ocupação e renda do público da atividade Comunidades Rurais Pobres, tomando como base a situação encontrada na pesquisa *ex-ante*, em 2000, e aquela vivida ao término do Projeto, em 2005. Os indicadores sintéticos, por sua vez, tiveram o papel de apontar circunstâncias de vida que pudessem conformar demandas e, assim, instrumentalizar as ações seguintes de mesma natureza e âmbito.

É preciso considerar que, do ponto de vista do desenvolvimento, e para efeito do planejamento de políticas públicas, a partir dos anos 1980 o espaço rural "recupera" sua multifuncionalidade, e o predomínio da economia agrícola como definidora do rural deixa de ser suficiente diante das questões ambientais, sociais e econômicas colocadas. Essa perspectiva está contemplada no desenho do Projeto Paraná 12 Meses e a análise desenvolvida considerou esse cenário para avaliar o impacto da atividade sobre o público-alvo.

Inicialmente, dá-se destaque para o fato de que os técnicos responsáveis pela concepção do Projeto estabeleceram uma orientação inédita para projetos da mesma natureza desenvolvidos pelo Estado do Paraná. Pela primeira vez foram pensadas ações para além do manejo, conservação e produtividade, ao se apoiar o segmento mais pobre da população domiciliada no rural, com infra-estrutura básica.

Cabe ressaltar, aqui, a percepção, baseada nas visitas de campo, nos treinamentos e nos dados, de que o extensionismo rural precisou, num primeiro momento do Projeto, adaptar-se a uma clientela até então ausente nesse tipo de atuação. A pesquisa revelou que até a data da pesquisa, em 2005, mais de 90% das famílias pesquisadas haviam tido acesso a alguma linha de ação do Projeto Paraná 12 Meses, o que traduz o envolvimento da extensão rural com o segmento mais pobre do rural paranaense. E isto, no contexto de uma economia agrícola exportadora, não representa pouco.

A aproximação entre técnicos e população pobre trouxe oportunidades de trabalho e de convivência para ambas as partes, o que é, de fato, um enorme ganho para a sociedade como um todo, já que se pode pensar em produção, técnicas e outras alternativas de ocupação, renda e qualidade de vida para as famílias rurais pobres.

Entende-se que esse é um ponto fundamental na avaliação socioeconômica da atividade, constituindo, em si mesmo, um aspecto positivo, ao conferir visibilidade às carências de um segmento da sociedade quase que completamente ignorado até então.

Tendo em vista que as ações desenvolvidas estiveram orientadas para três grandes linhas de ação: infra-estrutura social familiar, desenvolvimento comunitário e geração de renda, e com base no que foi observado e medido, pode-se afirmar que as ações da atividade Comunidades Rurais Pobres, do Componente Alívio da Pobreza do Projeto Paraná 12 Meses, produziram impactos mais perceptíveis através dos indicadores adotados na primeira linha de atuação, ou seja, na infra-estrutura social familiar, com a reforma/construção de moradias e adequação sanitária. As duas outras linhas não tiveram a mesma eficácia, não se podendo creditar somente ao Projeto o que foi observado.

A avaliação *ex-post* de impacto socioeconômico das Comunidades Rurais Pobres iniciou-se com a constatação de uma perda amostral de 25%, o que dá a medida do êxodo das famílias pobres.

Verificou-se também que, entre as ações concebidas para a atividade, a ênfase maior recaiu sobre a infra-estrutura familiar básica, o que se revelou impactante do ponto de vista da adequação do domicílio, sendo importante ressaltar que, no transcurso do Projeto, não estava havendo política pública voltada para a habitação rural, a qual constitui uma das mais prementes demandas da população rural. Nesse sentido, o Projeto Paraná 12 Meses teve uma atuação aderente às necessidades apresentadas pelo público a ser atendido.

No entanto, as ações que deveriam traduzir-se em uma maior emancipação econômica da família, aquelas ligadas à produção no estabelecimento e fora dele, e o incentivo a outras atividades não apresentaram os mesmos resultados.

Viu-se que as ações voltadas ao desenvolvimento comunitário proporcionaram um maior acesso a serviços sociais. Este fato pode ser explicado, em parte, pelo Projeto, uma vez que este mobilizou as comunidades e autoridades locais. Contudo, é de conhecimento geral que, no mesmo período, houve uma intensificação de programas de alívio da pobreza em todos os níveis governamentais. Dessa forma, não foi possível isolar o papel da atividade nesse quesito. Ainda, dentro da linha de atuação desenvolvimento comunitário, as atividades coletivas não tiveram representatividade entre as famílias analisadas. Mesmo tendo havido um crescimento, relativo, na atividade leiteira e de transformação, esse é ainda pouco consistente, e não se pode considerar que essa linha atingiu seu objetivo, impactando economicamente as famílias. Acrescenta-se a isso a pouca expressão, entre as famílias, de grupos formais ou informais, condição fundamental para atividades coletivas.

É na estratégia para a geração de renda, terceira linha de atuação da atividade, que se identificou uma maior dificuldade, por parte do Projeto, de intervir com efetividade. As ações concebidas para o aumento da renda familiar dialogam diretamente com as ações de desenvolvimento comunitário.

O aumento da renda familiar, segundo a concepção do Projeto, seria incrementado através de capacitação/profissionalização, introdução de novas atividades agrícolas, e desenvolvimento de atividades extra-propriedade de transformação de produtos agrícolas e não-agrícolas. Observou-se que, mesmo tendo havido um incremento relativo no número de pessoas que freqüentaram cursos, não há uma correspondência entre estes e as condições concretas para o desenvolvimento ou incremento de atividades geradoras de renda, sejam elas agrícolas ou não. Verificou-se que a renda da família é dependente da renda advinda da venda da força do trabalho e dos programas de seguridade social e de transferência de renda, ficando a renda do estabelecimento em segundo plano.

Nesse aspecto, tem-se que as famílias, em sua grande maioria, não detêm os meios de produção mínimos para produzir aquilo que declararam, situação absolutamente incompatível com a necessidade de inserir o agricultor no mercado. A avaliação aponta que entre o segmento pobre da população domiciliada no rural existe um contingente que se distancia, cada vez mais, das atividades agrícolas ou a elas relacionado diretamente. Parece fundamental que os próximos projetos considerem esses dois aspectos básicos: a ausência de padrão tecnológico mínimo – pré-condição para uma atividade mercantil – e a presença de famílias domiciliadas no rural mas desvinculadas da atividade agropecuária, seja por falta de condições ou por opção, dada por uma nova configuração da apropriação do espaço rural, mesmo em pequenos municípios.

A condição de acesso a uma renda mínima que coloque a família dentro de um patamar de existência livre dos rigores da pobreza continua sendo um dos aspectos mais desafiadores, senão o principal, para programas e projetos voltados a esse segmento da população.

Nessa direção, deve-se registrar que as ações da Atividade Comunidades Rurais Pobres, consideradas como estratégia de alívio da pobreza, conseguiram modificar, em parte, uma das variáveis que caracterizam a pobreza – a habitabilidade. Percebeu-se que o alívio da pobreza deverá ser desenvolvido, necessariamente, numa perspectiva de convergência de ações para que possa, de fato, gerar uma nova situação.

Visando à continuidade da ação pública, talvez o mais importante esteja nos elementos que a avaliação trouxe para o reconhecimento das especificidades do segmento analisado. Tais elementos estão apontando para a necessidade de os planejadores reconhecerem que nem todo morador do rural está habilitado para exercer atividade agropecuária ou a ela associada diretamente, como a transformação de alimentos.

Assim, para criar políticas, é preciso antes reconhecer a existência de famílias que apenas moram nos espaços rurais, mas que, independentemente do seu desligamento da atividade agropecuária, devem dispor de uma condição mínima de existência, sendo necessário, assim, supri-las de uma quantidade mínima de patrimônio material e não-material.

Dentro do segmento pesquisado, existem pelo menos dois grupos. Há aqueles que dependerão de políticas compensatórias, pois acumularam marginalidade social por gerações e não conseguem, hoje, assumir suas próprias vidas, devendo a sociedade dar a eles o bem-estar que lhes é devido. Há também aqueles que se encontram em uma condição precária de moradia, ocupação e renda, mas que podem ser absorvidos pelas economias locais em atividades agrárias ou não. Este último grupo está sendo empurrado para fora do rural, mas acredita-se que, mediante políticas adequadas, possa ocorrer uma reversão desse processo, pois ali, afinal, estão suas referências familiares e culturais.

A saída dos filhos se soma ao envelhecimento global da população rural, caracterizando uma circunstância cuja gravidade social está representada pela ausência de reposição da população, comprometendo, assim, o futuro das populações rurais. Por outro lado, a análise identificou famílias – uma minoria, é verdade – que poderiam viver dignamente da atividade agropecuária, necessitando, neste caso, de apoio tecnológico e crédito.

É preciso ter presente que se trata da necessidade de medidas que vão muito além de uma ação pontual, pois referem-se a crescimento econômico, a políticas macroeconômicas e políticas sociais amplas. Mesmo assim, existe um espaço para se pensar ações mais localizadas, que venham a potencializar a economia regional.

Nesse sentido, esse desafio social deve ser equacionado em sua origem, isto é, lá onde ele se dá, sob o risco de reforçar a tendência de esse contingente se somar às populações das periferias urbanas das grandes e pequenas cidades, transferindo o problema das carências.

Cerca de 50% das famílias pesquisadas tinham ao menos uma pessoa trabalhando fora do estabelecimento, cuja ocupação, em mais de 60% dos casos, enquadrava-se na categoria diaristas em atividades agrícolas, com renda média do trabalho girando em torno de 1 salário mínimo.

Essa situação pode configurar duas realidades: uma delas vinculada a uma circunstância em que o produtor ausenta-se do seu próprio estabelecimento e se submete a relações de trabalho precárias; e, uma segunda, em que esta ocupação fora do estabelecimento pode estar potencializando, positivamente, os rendimentos da família. Em 2005, 2,5% dos estabelecimentos registraram renda *per capita* negativa e mais de 50% das famílias obtiveram uma renda *per capita* de $\frac{1}{2}$ s.m. mensal. Evidencia-se também a importância dos benefícios da seguridade social na composição da renda das famílias, que em 2005 representava 35,3% da renda total da família, o que, para um contexto de carências materiais e monetárias, tem um efeito importante.

Chama atenção a baixa mobilização das famílias em relação a atividades comunitárias. Somente 5,5% dos estabelecimentos pesquisados tiveram pessoas envolvidas em atividades com essa característica, somando-se a isto a também baixa participação em cursos, uma vez que apenas ¼ dos estabelecimentos, em 2005, teve familiares freqüentando cursos.

Quanto a impactos socioeconômicos, um comentário ainda se faz necessário. Para o público atendido pela atividade Comunidades Rurais Pobres do Projeto Paraná 12 Meses, devido a sua condição de carência quase absoluta, conforme se observou pelos indicadores analisados, qualquer ação tende a se tornar impactante em um primeiro momento. Contudo, o desafio está na continuidade, no prosseguimento de ações e medidas que gerem um crescimento ou adequação contínuos.

As avaliações de impacto socioeconômico devem contar com um bom cadastro do público potencial, instrumento dos mais importantes, na medida em que cria um banco de dados capaz de traduzir a condição anterior do beneficiário à ação de determinado projeto. Nesse sentido, deve haver um esforço para melhorar o que se entende como a porta de entrada das avaliações de impacto, uma vez que, na ausência de pesquisas sistemáticas, os cadastros constituem um suporte inicial importante. De forma complementar, o diagnóstico situacional deve contemplar, na medida do possível, as variáveis a serem modificadas pelo Projeto. Um outro instrumento que, do ponto de vista dos avaliadores, pode ser aperfeiçoado, refere-se aos demonstrativos de origem e aplicações de recursos, os quais devem contemplar uma maior desagregação, observando as características da implantação da ação.

O indicador de iniquidade, pautado no conceito de que a pobreza é a ausência de equidade entre os segmentos sociais e a ausência de condições dignas para viver, retrata uma condição complexa, que depende de uma ação também complexa para que se possa inserir as famílias em um patamar digno de existência. Quanto a isso, observou-se ausência de simultaneidade nas condições que constroem esse mínimo, o que torna as famílias extremamente vulneráveis, por estarem sujeitas a circunstâncias adversas de várias naturezas.

A avaliação mostrou que persistem demandas; mostrou, também, a importância das ações que foram executadas. Tem-se assim a convicção de que, sem a ação do Projeto, certamente estariam piores as condições de vida de parte significativa da população rural pobre do Paraná.

GLOSSÁRIO

Família extensa: o número de pessoas que moram no mesmo domicílio, independentemente do grau de parentesco.

Estabelecimento: compreende o espaço onde é exercida a atividade agropecuária, quando esta existe, ou outra atividade geradora de renda no espaço rural, explorada pelo produtor e/ou família, independentemente de sua contigüidade.

Domicílio: o espaço em que habita o produtor amostrado, independentemente de estar dentro ou fora da unidade produtiva.

Iniquidade social: é a situação de uma sociedade particular caracterizada por distribuição altamente desigual de renda e patrimônio (material e não-material), em que uma minoria populacional detém a maior parte destes e uma grande parte da população não alcança um patamar mínimo de existência com dignidade, quando isto seria possível mediante a distribuição mais eqüitativa do patrimônio e da renda (GARCIA, 2001).

Patrimônio material: refere-se à quantidade de bens imobiliários (terra produtiva e domicílio permanente), meios de produção e bens de consumo duráveis detidos pelas famílias. (GARCIA, 2001).

Patrimônio não-material: refere-se à escolaridade, condição de sanidade, acesso a serviços públicos, à informação, ao lazer, à justiça, à segurança, à proteção previdenciária, à participação associativa (GARCIA, 2001).

Patamar Mínimo de Existência Digna (PMED): condição, social e historicamente definida, a partir da qual a família e os indivíduos têm assegurada a liberdade para escolher o que valoram e se afirmar como cidadãos (PRATS, 2000, citado por GARCIA, 2001). Seria expressada pela posse de uma quantidade mínima de patrimônio e renda.

Patrimônio Material Mínimo Necessário (PMMN), a ingressar ou ultrapassar a PMED: a propriedade de domicílio permanente, situado em aglomerado normal, construído com material durável (paredes e cobertura), com densidade de até dois moradores por dormitório, dispondo de abastecimento de água com canalização interna, banheiro e esgotamento sanitário por meio de rede coletora ou fossa séptica, destino do lixo adequado (orgânico enterrado), iluminação elétrica, rádio (todos os conceitos adotados são os utilizados pela PNAD). Comporia ainda o PMMN a posse dos seguintes bens duráveis: fogão, rádio e geladeira (GARCIA, 2001).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000. 304p.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M. **Desafios para a política social brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Texto para discussão, 985).
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Brasília: ABEP, v. 15, n. 2, p. 45-65, jul./dez. 1998.
- DESCHAMPS, Marley Vanice. **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – UFPR.
- EMATER. Paraná 12 Meses muda a vida de comunidade rural no sudoeste. **O Homem e a Terra**, Curitiba, v. 3, n. 14, p. 6-7. nov./dez. 2003. Disponível em: <www.emater.pr.gov.br/emater/arquivos/File/Comunicação/Jornais/HtJornal14.pdf>. Acesso em: ago. 2006.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de . A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v. 20, n. 59, p. 97-100, out. 2005
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. **O desenvolvimento rural e o PPA 2000/2003**: uma tentativa de avaliação. Brasília: IPEA, 2003a. 46p. (Texto para discussão, 936).
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Iniquidade social no Brasil**: uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento. Brasília: IPEA, 2003b. 37p. (Texto para discussão, 971).
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Política Públicas**, Brasília: IPEA, n. 23, p. 7-70, jun. 2001.
- GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 95-103, abr./jun. 2004.
- IBGE. **Censo demográfico 2000**: características da população e dos domicílios – resultados do universo. Rio de Janeiro, 2001.
- IBGE. **Censo demográfico 2000**: microdados da amostra - Paraná. Rio de Janeiro, 2002. 1 CD-ROM.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: microdados - 1999 e 2004. Rio de Janeiro, 2000, 2005a. 2 CD-ROM.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: notas metodológicas - pesquisa básica. Rio de Janeiro, 2005b. 1 CD-ROM.
- IPARDES. **Atlas das necessidades habitacionais no Paraná**. Curitiba, 2004. 76 p.

IPARDES. **Avaliação de impacto socioeconômico das comunidades rurais pobres:** caracterização socioeconômica das comunidades. Curitiba; 2001. 98p.

IPARDES. **Avaliação de impacto sócio-econômico das comunidades rurais pobres - 1ª etapa:** manual do pesquisador e formulários aplicados na pesquisa de campo. Curitiba, 2000. Projeto Paraná 12 Meses. Componente Desenvolvimento da Área Social. Subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural. Atividade: comunidades rurais pobres.

IPARDES. **Avaliação final de impacto socioeconômico do subcomponente manejo e conservação dos recursos naturais – fase 1.** Curitiba, 2006a. No prelo.

IPARDES. **Avaliação institucional do Projeto Paraná 12 Meses.** Curitiba, 2006b.

IPARDES. **Comunidades rurais pobres:** avaliação de impacto socioeconômico – 1ª etapa. Curitiba, 2002. 245 p. Projeto Paraná 12 Meses. Componente Desenvolvimento da Área Social. Subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural. Atividade: comunidades rurais pobres.

IPARDES. **Famílias pobres no Paraná.** Curitiba, 2003. 55p.

IPARDES. **Os vários Pararáns:** estudos socioeconômicos–institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regional: versão para discussão. Curitiba, 2006c. 213p.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília: ENAP, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005.

KLIKSBURG, Bernardo. **O desafio da exclusão:** para uma gestão social eficiente. São Paulo: FUNDAP, 1997. 209 p.

LAVINAS, Lena et al. **Combinando compensatório e redistributivo:** o desafio das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro : IPEA, 2000.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Economia brasileira:** da construção da indústria à inserção na globalização. Curitiba: Ed. do autor, 2005.164p.

MARTINE, Jorge; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987.

MATUS, Carlos. **Estratégias políticas:** chimpanzé, Maquiavel e Gandhi. São Paulo: FUNDAP, 1996. 294p.

NEY, Marlon Gomes; HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. **Economia**, Niterói: ANPEC, v. 4, n. 1, p. 113-152, jan./jun. 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil:** temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004. 263 p.

NUNES, Sidemar P. PRONAF: dez anos de existência. **Boletim do DESER** , Curitiba, n. 145, p. 9-19, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/boletim.asp>>. Acesso em: 14 jun. 2006.

NUNES, Sidemar P. Três desafios ao PRONAF. **Boletim do DESER**, Curitiba, n. 151, p. 23-26, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/boletim.asp>>. Acesso em: 14 jun. 2006.

PARANÁ. Governo do Estado. **Projeto Paraná 12 Meses**: manual operativo. Curitiba, 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. **Relatório de gestão**. Disponível em: <<http://www.setp.pr.gov.br/setp/ResumoGestao/ctrlRelGeral.php>>. Acesso em: 24 maio 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Análise crítica da política agrária contemporânea do Banco Mundial. **Cadernos do Ceas**, Salvador, n. 220, p. 29-46, nov./dez. 2005.

POLÍTICAS SOCIAIS: Acompanhamento e Análise. Brasília: IPEA, n. 10, fev. 2005.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: FUNDAP, v. 18, n. 2, p. 27-41, abr./jun. 2004.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba: UFPR/SCHLA, n. 23, p. 55-62, nov. 2004.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002. 304p.

VEIGA, José Eli da. O que é rural? O que é urbano? **Rumos**, Rio de Janeiro: ABDE, v. 28, n. 212, p. 4-8, nov./dez. 2003. Entrevista.

APÊNDICE 1

INDICADORES E FÓRMULAS⁶¹

- taxa de cobertura de saneamento ambiental (TASA) =
$$\frac{\text{domicílios servidos por sistemas de saneamento}}{\text{total de domicílios}}$$
- taxa de acesso a água canalizada (TAC) =
$$\frac{\text{domicílios com água canalizada dentro do domicílio}}{\text{total de domicílios}}$$
- taxa de domicílios próprios (TDP) =
$$\frac{\text{domicílios próprios}}{\text{total de domicílios}}$$
- taxa de domicílios com densidade apropriada por dormitório (TD) =
$$\frac{\text{domicílios com até 2 pessoas por dormitório}}{\text{total de domicílios}}$$
- taxa de domicílios com destinação de lixo adequada (TDAL) =
$$\frac{\text{domicílios com destinação de lixo adequada}}{\text{total de domicílios}}$$
- taxa de acesso a energia elétrica (TAEE) =
$$\frac{\text{domicílios servidos por energia elétrica}}{\text{total de domicílios}}$$
- taxa de apropriação de Ativo Imobiliário (TAAI) =
$$\frac{\text{famílias proprietárias de domicílios adequados}}{\text{total de domicílios}}$$
- taxa de acesso a bens essenciais (TABE) =
$$\frac{\text{domicílios com geladeira + fogão + rádio ou tevê}}{\text{total de domicílios}}$$

⁶¹ Os indicadores e fórmulas empregados neste estudo baseiam-se na proposta de Garcia (2001). Esses foram adequados às necessidades do estudo e às informações disponíveis. Em abril de 2006, essa proposta de avaliação foi apresentada e discutida com o autor.

- taxa de obtenção de renda mínima (TOR) =
$$\frac{\text{domicílios com renda familiar per capita } 1/2 \text{ salário mínimo}}{\text{total de domicílios}}$$
- taxa de acesso à previdência (TCOP) =
$$\frac{\text{domicílios em que as pessoas com direito a aposentadoria estão cobertas pelo benefício de seguridade}^{62}}{\text{total de domicílios}}$$
- taxa de associativismo (TAFI) =
$$\frac{\text{domicílios em que existem pessoas associadas a organizações coletivas}}{\text{total de domicílios}}$$
- taxa de escolaridade mínima adequada (TEMA) =
$$\frac{\text{pop. 7 a 14 anos na escola}}{\text{pop. 7 a 24 anos}} + \frac{\text{pop. 15 a 18 anos c/ escolaridade } \geq 8 \text{ anos}}{\text{pop. 7 a 24 anos}} + \frac{\text{pop. 19 a 24 anos com escolaridade } \geq 11 \text{ anos}}{\text{pop. 7 a 24 anos}}$$

⁶² Foram consideradas pessoas com direito a aposentadoria as mulheres com 55 anos e mais de idade e os homens com 60 anos e mais de idade.

INDICADOR PMED/RURAL PARANÁ 12 MESES

- Renda Familiar *Per Capita* Igual ou Maior que ½ Salário Mínimo Mensal
- Patrimônio Material Mínimo Necessário:

a posse da terra/propriedade de domicílio permanente, com densidade de até dois moradores por dormitório, dispondo de abastecimento de água com canalização interna, banheiro e esgotamento sanitário por meio de rede coletora ou fossa séptica, destino do lixo adequado (orgânico enterrado), acesso a energia. Comporiam ainda o PMMN meios de produção e a posse dos seguintes bens duráveis: fogão, geladeira, rádio ou tevê.
- Patrimônio não-material:

Escolaridade; acesso a seguridade social (aposentadorias, pensões e benefícios continuados) e associativismo (sindicato, partido, associação comunitária ou de interesse).

INIQUÍDADE⁶³

$$\text{INIQ.} = 1 - \frac{\text{Número de famílias em situação } \geq \text{ PMED}}{\text{Total de famílias}}$$

⁶³ "(...) A idéia é estabelecer a relação entre os que estão acima e abaixo do referido patamar, criando uma escala de 0 (zero) a 1 (um), em que zero significaria que toda a população alcançou ou ultrapassou o patamar de existência com dignidade mínima." (GARCIA, 2001, p.61).

APÊNDICE 2 – TABELAS E GRÁFICOS

SEÇÃO 1

TABELA A.1.1 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO TEMPO DE MORADIA NA COMUNIDADE E IDADE DOS RESPONSÁVEIS PELO ESTABELECIMENTO DAS FAMÍLIAS NÃO PESQUISADAS EM 2005 - PARANÁ

ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	TEMPO DE MORADIA	IDADE
Média	23,5	46,4
Mediana	22	44
Primeiro Quartil (25%)	10	35
Terceiro Quartil (75%)	33	57

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER-PR

(1) Os dados referem-se às 118 famílias não pesquisadas.

TABELA A.1.2 - NÚMERO DE PRODUTORES NÃO ENCONTRADOS NAS COMUNIDADES PESQUISADAS EM 2005, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 2000

FAIXA ETÁRIA	PRODUTORES		TOTAL
	Homens	Mulheres	
20-24	1	0	1
25-29	5	0	5
30-34	7	0	7
35-39	5	1	6
40-44	2	1	3
45-49	3	1	4
50-54	1	2	3
55-59	3	0	3
60-64	3	2	5
65-69	5	0	5
70-74	3	1	4
75 ou mais	1	0	1
Idade de aposentadoria	12	3	15
TOTAL	39	8	47

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

NOTA: Idade de aposentadoria é a soma das mulheres acima de 55 anos e dos homens acima de 60 anos.

TABELA A.1.3 - ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR OUTRA FAMÍLIA QUE NÃO A MESMA PESQUISADA EM 2000, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE AQUISIÇÃO E O MOTIVO DA VINDA - 2005

MOTIVO	CONDIÇÃO DE AQUISIÇÃO															
	Comprado		Arrendado		Recebido em Parceria		Herdado		Área Indígena		Cedido		Retornou ao Proprietário		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Melhoria das condições de habitação	7	5,3	2	1,5	1	0,8	1	0,8	0	0,0	1	0,8	0	0,0	12	9,1
Relacionado à área produtiva	69	52,3	13	9,8	1	0,8	3	2,3	0	0,0	5	3,8	0	0,0	91	68,9
Nomadismo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	3,8	0	0,0	0	0,0	5	3,8
Não renovação da parceria/arrendamento	1	0,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	3,0	5	3,8
Lazer	2	1,5	1	0,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	2,3
Relacionado à condição de trabalho/família	5	3,8	0	0,0	1	0,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	4,5
Cuidar da propriedade	0	0,0	1	0,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	3,0	2	1,5	7	5,3
Não sabe/não declarado	3	2,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	2,3
TOTAL	87	65,9	17	12,9	3	2,3	4	3,0	5	3,8	10	7,6	6	4,5	132	100

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

SEÇÃO 2

TABELA A.2.1 - POPULAÇÃO TOTAL RURAL SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 1999 E 2004

FAIXA ETÁRIA	1999						2004					
	SEXO				TOTAL		SEXO				TOTAL	
	Homens		Mulheres				Homens		Mulheres			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
00-04	102.509	10,1	89.436	10,0	191.945	10,1	66.257	7,5	72.526	9,3	138.783	8,3
05-09	111.009	11,0	102.351	11,5	213.360	11,2	83.079	9,3	72.949	9,3	156.028	9,3
10-14	112.902	11,2	97.057	10,9	209.959	11,0	102.853	11,6	90.637	11,6	193.490	11,6
15-19	106.102	10,5	92.483	10,3	198.585	10,4	89.465	10,1	66.462	8,5	155.927	9,3
20-24	74.618	7,4	65.214	7,3	139.832	7,3	70.134	7,9	50.953	6,5	121.087	7,3
25-29	82.693	8,2	67.784	7,6	150.477	7,9	66.677	7,5	55.577	7,1	122.254	7,3
30-34	56.257	5,6	68.274	7,6	124.531	6,5	55.650	6,3	55.615	7,1	111.265	6,7
35-39	72.761	7,2	63.983	7,2	136.744	7,2	59.674	6,7	65.560	8,4	125.234	7,5
40-44	64.434	6,4	54.461	6,1	118.895	6,2	65.311	7,3	57.162	7,3	122.473	7,3
45-49	51.853	5,1	48.879	5,5	100.732	5,3	60.350	6,8	38.484	4,9	98.834	5,9
50-54	46.235	4,6	43.479	4,9	89.714	4,7	36.645	4,1	44.709	5,7	81.354	4,9
55-59	40.619	4,0	28.457	3,2	69.076	3,6	46.211	5,2	33.195	4,2	79.406	4,8
60-64	24.962	2,5	24.815	2,8	49.777	2,6	29.559	3,3	22.977	2,9	52.536	3,1
65-69	29.127	2,9	21.462	2,4	50.589	2,7	22.165	2,5	19.052	2,4	41.217	2,5
70-74	17.778	1,8	12.088	1,4	29.866	1,6	19.434	2,2	16.230	2,1	35.664	2,1
75-79	7.589	0,8	4.354	0,5	11.943	0,6	7.904	0,9	9.488	1,2	17.392	1,0
80 e +	9.447	0,9	9.186	1,0	18.633	1,0	7.559	0,9	9.526	1,2	17.085	1,0
TOTAL	1.010.895	100,0	893.763	100,0	1.904.658	100,0	888.927	100,0	781.102	100,0	1.670.029	100,0

FONTE: IBGE - PNAD

TABELA A.2.2 - POPULAÇÃO TOTAL PESQUISADA, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 2000 E 2005

FAIXA ETÁRIA	2000						2005					
	SEXO				TOTAL		SEXO				TOTAL	
	Homens		Mulheres				Homens		Mulheres			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
00-04	100	7,8	67	6,0	167	7,0	55	4,6	60	5,8	115	5,2
05-09	154	12,0	136	12,2	290	12,1	89	7,5	74	7,2	163	7,3
10-14	175	13,6	152	13,7	327	13,6	154	12,9	133	12,9	287	12,9
15-19	136	10,6	124	11,2	260	10,8	155	13,0	112	10,9	267	12,0
20-24	113	8,8	62	5,6	175	7,3	99	8,3	56	5,4	155	7,0
25-29	62	4,8	68	6,1	130	5,4	51	4,3	46	4,5	97	4,4
30-34	79	6,1	73	6,6	152	6,3	52	4,4	65	6,3	117	5,3
35-39	100	7,8	83	7,5	183	7,6	81	6,8	76	7,4	157	7,1
40-44	93	7,2	83	7,5	176	7,3	94	7,9	88	8,5	182	8,2
45-49	77	6,0	77	6,9	154	6,4	89	7,5	75	7,3	164	7,4
50-54	60	4,7	49	4,4	109	4,5	86	7,2	76	7,4	162	7,3
55-59	47	3,7	49	4,4	96	4,0	55	4,6	57	5,5	112	5,0
60-64	29	2,3	24	2,2	53	2,2	49	4,1	45	4,4	94	4,2
65-69	26	2,0	35	3,1	61	2,5	32	2,7	25	2,4	57	2,6
70-74	21	1,6	17	1,5	38	1,6	21	1,8	23	2,2	44	2,0
75-79	8	0,6	7	0,6	15	0,6	20	1,7	14	1,4	34	1,5
80 e +	6	0,5	6	0,5	12	0,5	11	0,9	5	0,5	16	0,7
TOTAL	1.286	100,0	1.112	100,0	2.398	100,0	1.193	100,0	1.030	100,0	2.223	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.2.3 - DOMICÍLIOS ADEQUADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS RURAIS - PARANÁ - 1999 E 2004

ANO	TOTAL DE DOMICÍLIOS RURAIS	DOMICÍLIOS ADEQUADOS ⁽¹⁾	
		Abs.	%
1999	493.878	44.892	9,1
2004	463.917	69.165	14,9

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

(1) Domicílios adequados: domicílio próprio, existência de água canalizada, banheiro, adequação sanitária, energia, fogão, rádio e/ou tevê, geladeira (exceto lixo).

TABELA A.2.4 - PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO RURAL, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS - PARANÁ - 1999 E 2004

GRUPO ETÁRIO	PESSOA RESPONSÁVEL			
	1999		2004	
	Abs.	%	Abs.	%
14-19	2.902	0,6	983	0,2
20-24	20.910	4,2	13.454	2,9
25-29	54.611	11,1	35.199	7,6
30-34	49.639	10,1	46.516	10,0
35-39	63.239	12,8	53.139	11,5
40-44	55.247	11,2	64.501	13,9
45-49	56.468	11,4	58.943	12,7
50-54	50.327	10,2	38.824	8,4
55-59	44.116	8,9	49.931	10,8
60-64	28.124	5,7	33.105	7,1
65-69	31.956	6,5	27.718	6,0
70-74	19.563	4,0	22.421	4,8
75 e +	16.774	3,4	19.183	4,1
TOTAL	493.876	100,0	463.917	100,0

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

TABELA A.2.5 - PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO RURAL, SEGUNDO SEXO E ANOS DE ESTUDO - PARANÁ - 1999 E 2004

ANOS DE ESTUDO	1999						2004					
	Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sem instrução e menos de 1 ano	103.966	22,8	13.467	35,6	117.433	23,8	76.873	18,7	16.749	31,6	93.622	20,2
1 a 3 anos	113.123	24,8	7.663	20,2	120.786	24,5	96.879	23,6	11.665	22,0	108.544	23,4
4 a 7 anos	176.331	38,7	12.246	32,4	188.577	38,2	165.199	40,2	14.362	27,1	179.561	38,7
8 a 10 anos	38.802	8,5	1.973	5,2	40.775	8,3	41.692	10,1	5.510	10,4	47.202	10,2
11 a 14 anos	16.556	3,6	1.639	4,3	18.195	3,7	24.177	5,9	3.931	7,4	28.108	6,1
15 anos ou mais	2.641	0,6	856	2,3	3.497	0,7	4.914	1,2	385	0,7	5.299	1,1
Não aplicável/Não declarado	4.615	1,0	0	0,0	4.615	0,9	1.195	0,3	386	0,7	1.581	0,3
TOTAL	456.034	100,0	37.844	100,0	493.878	100,0	410.929	100,0	52.988	100,0	463.917	100,0

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

TABELA A.2.6 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DOMICILIADA NO RURAL, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 1999 E 2004

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO RURAL ECONOMICAMENTE ATIVA											
	1999						2004					
	Homens		Mulheres		TOTAL		Homens		Mulheres		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
10 a 14	3.085	8,9	40.246	9,4	103.331	9,1	40.144	6,4	18.874	4,8	59.018	5,7
15 a 19	96.203	13,6	51.819	12,1	148.022	13,1	75.378	11,9	38.013	9,7	113.391	11,0
20 a 24	73.167	10,3	42.895	10,1	116.062	10,2	67.357	10,7	34.506	8,8	101.863	9,9
25 a 29	81.242	11,5	41.998	9,8	123.240	10,9	64.712	10,3	39.734	10,2	104.446	10,1
30 a 34	56.257	8,0	42.604	10,0	98.861	8,7	54.667	8,7	42.371	10,9	97.038	9,4
35 a 39	68.596	9,7	47.354	11,1	115.950	10,2	58.093	9,2	51.509	13,2	109.602	10,6
40 a 44	62.649	8,9	39.949	9,4	102.598	9,0	64.115	10,2	46.524	11,9	110.639	10,7
45 a 49	51.592	7,3	38.910	9,1	90.502	8,0	58.981	9,3	27.976	7,2	86.957	8,4
50 a 54	46.235	6,5	29.011	6,8	75.246	6,6	36.259	5,7	36.553	9,4	72.812	7,0
55 a 59	37.717	5,3	17.036	4,0	54.753	4,8	46.211	7,3	19.779	5,1	65.990	6,4
60 a 64	22.655	3,2	14.657	3,4	37.312	3,3	26.611	4,2	11.488	2,9	38.099	3,7
65 anos ou mais	47.760	6,8	20.272	4,8	68.032	6,0	38.692	6,1	23.155	5,9	73.404	7,1
TOTAL	707.158	100,0	426.751	100,0	1.133.909	100,0	631.220	100,0	390.482	100,0	1.033.259	100,0

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

TABELA A.2.7 - POPULAÇÃO RURAL OCUPADA, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 1999 E 2004

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO RURAL OCUPADA											
	1999						2004					
	Homens		Mulheres		TOTAL		Homens		Mulheres		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
10 a 14	60.517	8,7	39.985	9,7	100.502	9,1	38.564	6,3	17.679	4,8	56.243	5,7
15 a 19	91.328	13,2	48.468	11,7	139.796	12,6	71.275	11,6	28.914	7,9	100.189	10,2
20 a 24	72.645	10,5	40.400	9,8	113.045	10,2	65.005	10,5	31.135	8,5	96.140	9,8
25 a 29	80.459	11,6	40.881	9,9	121.340	11,0	63.729	10,3	35.629	9,7	99.358	10,1
30 a 34	55.140	8,0	39.253	9,5	94.393	8,5	54.069	8,8	40.021	10,9	94.090	9,6
35 a 39	67.479	9,8	47.354	11,4	114.833	10,4	57.321	9,3	50.911	13,9	108.232	11,0
40 a 44	61.009	8,8	39.354	9,5	100.363	9,1	62.362	10,1	45.156	12,3	107.518	10,9
45 a 49	50.736	7,3	38.315	9,3	89.051	8,1	58.383	9,5	26.993	7,3	85.376	8,7
50 a 54	45.974	6,6	28.416	6,9	74.390	6,7	35.874	5,8	36.553	9,9	72.427	7,4
55 a 59	36.861	5,3	16.775	4,1	53.636	4,9	45.614	7,4	19.779	5,4	65.393	6,6
60 a 64	22.394	3,2	14.657	3,5	37.051	3,4	25.628	4,2	11.488	3,1	37.116	3,8
65 anos ou mais	47.165	6,8	20.272	4,9	67.437	6,1	38.692	6,3	23.155	6,3	61.847	6,3
TOTAL	691.707	100,0	414.130	100,0	1.105.837	100,0	616.516	100,0	367.413	100,0	983.929	100,0

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

TABELA A.2.8 - POPULAÇÃO RURAL APOSENTADA OU PENSIONISTA, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 1999 E 2004

FAIXA ETÁRIA	APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS											
	1999						2004					
	Homens		Mulheres		TOTAL		Homens		Mulheres		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1 a 14	595	0,6	0	0	595	0,3	983	1,1	385	0,4	1368	0,7
15 a 19	595	0,6	0	0	595	0,3	598	0,6	0	0,0	598	0,3
20 a 24	261	0,3	2.307	2	2.568	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
25 a 29	856	0,9	261	0	1.117	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0
30 a 34	856	0,9	522	1	1.378	0,7	598	0,6	1.369	1,3	1.967	1,0
35 a 39	2.902	3,2	2.046	2	4.948	2,7	2.179	2,3	1.581	1,5	3.760	1,9
40 a 44	2.381	2,6	4.019	4	6.400	3,4	1.793	1,9	3.373	3,1	5.166	2,6
45 a 49	1.451	1,6	4.688	5	6.139	3,3	4.357	4,7	2.391	2,2	6.748	3,4
50 a 54	3.163	3,4	5.282	6	8.445	4,5	2.989	3,2	5.165	4,8	8.154	4,1
55 a 59	5.282	5,8	13.278	14	18.560	10,0	6.534	7,0	23.192	21,6	29.726	14,8
60 a 64	16.516	18,0	19.345	20	35.861	19,3	20.669	22,1	18.237	17,0	38.906	19,4
65 a 69	22.655	24,7	19.416	21	42.071	22,6	17.808	19,1	17.856	16,7	35.664	17,8
70 a 74	17.183	18,7	10.971	12	28.154	15,1	19.434	20,8	14.650	13,7	34.084	17,0
75 a 79	7.589	8,3	4.354	5	11.943	6,4	7.904	8,5	9.488	8,8	17.392	8,7
80 a 84	6.806	7,4	2.641	3	9.447	5,1	3.375	3,6	4.571	4,3	7.946	4,0
85 anos e mais	2.641	2,9	5.355	6	7.996	4,3	4.184	4,5	4.955	4,6	9.139	4,6
TOTAL	91.732	100,0	94.485	100	186.217	100,0	93.405	100,0	107.213	100,0	200.618	100,0

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

TABELA A.2.9 - POPULAÇÃO OCUPADA RURAL, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO E ANOS DE ESTUDOS - PARANÁ - 1999 E 2004

CLASSE DE RENDA	POPULAÇÃO OCUPADA RURAL (%)															
	SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO		1 A 3 ANOS		4 A 7 ANOS		8 A 10 ANOS		11 A 14 ANOS		15 ANOS OU MAIS		NÃO DETERMINADO		TOTAL	
	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004
Sem rendimento	39,2	38,9	45,7	35,9	45,1	43,3	45,0	39,2	36,4	32,3	6,1	12,7	15,1	31,4	43,0	39,0
Até ½ SM	12,0	16,7	2,8	13,4	3,4	7,2	6,0	7,6	0,8	4,0	0,0	0,0	4,4	10,5	4,7	9,2
Mais de ½ até 1 SM	15,1	23,6	14,5	27,0	11,5	18,0	10,2	15,6	8,1	19,1	0,0	0,0	11,4	13,5	12,3	19,9
Mais de 1 até 1 ½ SM	18,9	7,2	13,4	7,6	12,7	11,2	10,4	13,0	15,0	12,0	0,0	12,7	17,6	20,6	13,7	10,5
Mais de 1 ½ SM	13,4	13,6	22,7	15,8	26,7	20,1	28,2	24,6	39,6	32,6	87,7	69,8	51,6	24,0	25,6	21,1
Sem declaração	1,4	0,0	0,8	0,3	0,6	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	6,1	0,0	0,0	0,0	0,7	0,2
TOTAL	172.136	124.072	248.398	185.674	466.183	405.814	123.579	135.528	72.206	108.999	9.708	12.434	13.557	11.408	1.105.767	983.929

FONTE: IBGE - PNAD (Microdados)

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

SEÇÃO 3

TABELA A.3.1 - NÚMERO DE RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE MEMBRO DA FAMÍLIA PESQUISADO E NÃO PESQUISADO EM 2000 - PARANÁ - 2000 E 2005

CONDIÇÃO	MEMBRO DA FAMÍLIA PESQUISADO EM 2000	MEMBRO DA FAMÍLIA NÃO PESQUISADO EM 2000	TOTAL
Alterou o responsável	27	9	36
Total de responsáveis	-	-	562

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.2 - NÚMERO DE NOVOS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO/ ESTABELECIMENTO, SEGUNDO SEXO E RELAÇÃO DE PARENTESCO - PARANÁ - 2005

RELAÇÃO DE PARENTESCO	RESPONSÁVEIS EM 2005				TOTAL
	Pertencentes à família		Ingressados na família		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Cônjuge	2	13	-	-	15
Filho	7	2	4	1	14
Irmão	1	2	-	-	3
Genro	-	-	2	-	2
Mãe/Sogra	-	-	-	2	2
TOTAL	10	17	6	3	36

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.3 - IDADE MÉDIA DOS NOVOS RESPONSÁVEIS PELA FAMÍLIA PESQUISADA, SEGUNDO SEXO - PARANÁ - 2000 E 2005

REFERÊNCIA	IDADE		
	Homens	Mulheres	TOTAL
Média	40,9	49,7	46,1
Mediana	41	48	45

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.4 - MOTIVO APRESENTADO PELOS ENTREVISTADOS PARA ASSUMIR A POSIÇÃO DE RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO/ESTABELECIMENTO, SEGUNDO SEXO E RELAÇÃO DE PARENTESCO - PARANÁ - 2005

RELAÇÃO DE PARENTESCO	MOTIVO						TOTAL
	Falecimento		Cedido		Separação		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Cônjuge	2	8	-	-	-	-	15
Filho	6	3	5	-	-	-	14
Genro	1	-	1	-	-	-	2
Mãe/Sogra	-	-	-	2	-	-	2
Irmã(o)	-	-	1	2	-	-	3
TOTAL	9	11	7	4	-	5	36

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A 3.5 - POPULAÇÃO PESQUISADA MASCULINA E FEMININA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 2000 E 2005

FAIXA ETÁRIA	2000						2005					
	SEXO				TOTAL		SEXO				TOTAL	
	Homens		Mulheres				Homens		Mulheres			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
00-04	100	4,2	67	2,8	167	7,1	55	2,5	60	2,7	115	5,2
05-09	154	6,4	136	5,7	290	12,1	89	4,0	74	3,3	163	7,3
10-14	175	7,3	152	6,3	327	13,6	154	6,9	133	6,0	287	12,9
15-19	136	5,7	124	5,2	260	11,0	155	7,0	112	5,0	267	12,0
20-24	113	4,7	62	2,6	175	7,3	99	4,5	56	2,5	155	7,0
25-29	62	2,6	68	2,8	130	5,4	51	2,3	46	2,1	97	4,4
30-34	79	3,3	73	3,0	152	6,8	52	2,3	65	2,9	117	5,3
35-39	100	4,2	83	3,5	183	7,6	81	3,6	76	3,4	157	7,1
40-44	93	3,9	83	3,5	176	7,3	94	4,2	88	4,0	182	8,2
45-49	77	3,2	77	3,2	154	6,4	89	4,0	75	3,4	164	7,4
50-54	60	2,5	49	2,0	109	4,5	86	3,9	76	3,4	162	7,3
55-59	47	2,0	49	2,0	96	4,0	55	2,5	57	2,6	112	5,0
60-64	29	1,2	24	1,0	53	2,2	49	2,2	45	2,0	94	4,2
65-69	26	1,1	35	1,5	61	2,5	32	1,4	25	1,1	57	2,6
70-74	21	0,9	17	0,7	38	1,6	21	0,9	23	1,0	44	2,0
75-79	8	0,3	7	0,3	15	0,6	20	0,9	14	0,6	34	1,5
80 e +	6	0,3	6	0,3	12	0,5	11	0,5	5	0,2	16	0,7
TOTAL	1.286	53,6	1.112	46,4	2.398	100,0	1.193	53,7	1.030	46,3	2.223	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.6 - NÚMERO DE FILHOS DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS - PARANÁ - 2000 E 2005

ANO DA PESQUISA	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
2000	668	100,0	485	100,0	1153	100,0
2005	506	75,7	368	75,9	836	72,5

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES/EMATER

OBS: Foram contabilizados apenas os filhos que já haviam sido pesquisados em 2000.

TABELA A.3.7 - NÚMERO DE FILHOS DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS, SEGUNDO SITUAÇÃO EM 2005 - PARANÁ

SITUAÇÃO EM 2005	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Permanecem no domicílio	506	330	836
Saíram do domicílio	160	152	312
Faleceram	2	3	5
Ingressaram no domicílio	73	60	133
Mudaram de condição na família	11	3	14

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.8 - NÚMERO DE PESSOAS QUE ENTRARAM OU SAÍRAM DA FAMÍLIA, SEGUNDO RELAÇÃO DE PARENTESCO E SEXO - PARANÁ - 2005

RELAÇÃO DE PARENTESCO	2000		2005							
	Amostra Inicial		Faleceram		Não Residem mais com a Família		Ingressaram na Família		Residentes Pesquisados	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Responsável	664	86	16	4	12	1	6	3	490	72
Cônjuge	31	594	1	13	-	12	3	20	19	431
Filhos	834	640	2	3	160	152	73	60	570	389
Nora/Genro	3	18	-	-	-	9	4	15	6	21
Netos	42	31	-	-	13	8	21	35	43	48
Mãe/Pai	11	34	0	7	-	3	1	3	14	31
Sogra/Sogra	3	6	1	3	1	0		1	1	2
Outros parentes e agregados	56	45	0	1	4	14	10	10	50	36
TOTAL	1644	1454	20	31	190	199	118	147	1193	1030

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.9 - ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO PESQUISADA, SEGUNDO CONDIÇÃO DE ANALFABETO, ALFABETIZADO, ANOS DE ESTUDO E SUPLETIVO E SEXO - PARANÁ - 2000 E 2005

ANOS DE ESTUDO E SUPLETIVO	TOTAL DE PESSOAS							
	2000				2005			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Analfabeto	85	6,6	107	9,6	68	5,7	84	8,2
Alfabetizado	21	1,6	18	1,6	28	2,3	12	1,2
1 a 3	629	48,9	547	49,2	563	47,2	478	46,4
4 a 7	215	16,7	184	16,5	203	17,0	158	15,3
8 a 10	144	11,2	110	9,9	158	13,2	134	13,0
11 e mais	36	2,8	37	3,3	79	6,6	72	7,0
Supletivo 1.º grau	6	0,5	2	0,2	6	0,5	2	0,2
Supletivo 2.º grau	4	0,3	5	0,4	4	0,3	1	0,1
Não aplicável	146	11,4	102	9,2	84	7,0	89	8,6
TOTAL	1286	100,0	1112	100,0	1193	100,0	1030	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.10 - PESSOAS QUE APRESENTARAM SINTOMAS DE INTOXICAÇÃO POR DEFENSIVOS AGRÍCOLAS - PARANÁ - 2000 E 2005

INTOXICAÇÃO POR DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Com internação	3	11,0	2	40,0
Sem internação	24	89,0	3	60,0
TOTAL	27	100,0	5	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

NOTA: Duas das famílias em que houve intoxicação de algum membro da família em 2005 já haviam declarado, em 2000, caso de intoxicação.

TABELA A.3.11 - MÉDIA E MEDIANA DO NÚMERO DE PESSOAS QUE PROCURARAM SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, FARMACÊUTICOS E LABORATORIAIS - PARANÁ - 2000 E 2005

REFERÊNCIA	2000	2005
Média de pessoas	1,49	1,74
Mediana de pessoas	1	1
Total de pessoas	2398	2223
Total de famílias que procuraram serviços	499	485

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.12 - DOMICÍLIOS ONDE EXISTEM PESSOAS ASSOCIADAS A GRUPOS INFORMAIS - 2000 E 2005

FILIAÇÃO A GRUPOS INFORMAIS	DOMICÍLIOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Domicílios com filiados	259	46,1	212	37,7
Domicílios sem filiados	303	53,9	350	62,3
Total de domicílios	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

NOTA: Por grupos informais entende-se: clube de mãe, grupos de futebol e todos aqueles mencionados pelo entrevistado.

TABELA A.3.13 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS QUE TÊM PESSOAS ASSOCIADAS A COOPERATIVAS E/OU SINDICATOS - 2000 E 2005

DOMICÍLIO	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Domicílios com filiados a cooperativas	33	5,9	50	8,9
Domicílios com filiados a sindicatos	130	23,1	133	23,7
Domicílios com filiados a sindicatos e cooperativas	27	4,8	38	6,8
Domicílios sem filiados a sindicatos e/ou cooperativas	372	66,2	341	60,7
Total de domicílios	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.14 - NÚMERO DE PROGRAMAS E PROJETOS
ACESSADOS PELAS FAMÍLIAS PESQUISADAS -
PARANÁ - 2000 E 2005

PROJETO	ACESSOS	
	Abs.	%
2000		
Cesta básica	98	49,2
Material escolar	89	44,7
Planejamento Familiar	3	1,5
Renda Mínima	3	1,5
Roupas	2	1,0
Baía Limpa	1	0,5
Doação sem definição	1	0,5
Remédio	1	0,5
Não declarou ação do Projeto	1	0,5
TOTAL	199	100,0
TOTAL DE FAMÍLIAS	160	-
2005		
Cesta básica	5	1,9
Material escolar	4	1,5
Bolsa-Escola	82	30,7
Bolsa-Família	101	37,8
Auxílio-Gás	35	13,1
Luz Fraterna	9	3,4
Tarifa Social da Água	1	0,4
Leite das Crianças	11	4,1
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	16	6,0
Bolsa-Estiagem	2	0,7
Bolsa-Seca do Sul	1	0,4
TOTAL DE PROGRAMAS	267	100,0
TOTAL DE FAMÍLIAS	224	-

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.15 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS QUE TIVERAM ACESSO ÀS AÇÕES DA ATIVIDADE COMUNIDADES RURAIS POBRES, SEGUNDO A AÇÃO RECEBIDA E A CONDIÇÃO DE TÉRMINO DA OBRA - PARANÁ - 2000 E 2005

TIPO DE APOIO	2000						2005					
	Recebeu e Terminou		Recebeu e não Terminou		TOTAL		Recebeu e Terminou		Recebeu e não Terminou		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Habitabilidade + fomento	37	61,7	23	38,3	60	100,0	141	87,0	22	13,6	162	100,0
Habitabilidade	39	41,1	56	58,9	95	100,0	65	76,5	20	23,5	85	100,0
Moradia + saneamento + fomento	19	63,3	11	36,7	30	100,0	45	90,0	4	8,0	50	100,0
Moradia + saneamento	37	75,5	12	24,5	49	100,0	41	85,4	7	14,6	48	100,0
Moradia + abastecimento de água + fomento	4	66,7	2	33,3	6	100,0	8	100,0	0	0,0	8	100,0
Moradia + abastecimento de água	3	50,0	3	50,0	6	100,0	4	100,0	0	0,0	4	100,0
Moradia + fomento	15	83,3	3	16,7	18	100,0	26	100,0	0	0,0	26	100,0
Moradia	38	70,4	16	29,6	54	100,0	29	90,6	3	9,4	32	100,0
Saneamento + abastecimento de água + fomento	3	60,0	2	40,0	5	100,0	7	100,0	0	0,0	7	100,0
Saneamento + abastecimento de água	9	81,8	2	18,2	11	100,0	4	100,0	0	0,0	4	100,0
Saneamento + fomento	2	100,0	0	0,0	2	100,0	4	100,0	0	0,0	4	100,0
Saneamento	3	75,0	1	25,0	4	100,0	4	100,0	0	0,0	4	100,0
Abastecimento de água + fomento	3	75,0	1	25,0	4	100,0	2	50,0	2	50,0	4	100,0
Abastecimento de água	0		2	100,0	2	100,0	2	33,3	4	66,7	6	100,0
Fomento	NA	NA	NA	NA	100	100,0	NA	NA	NA	NA	70	100,0
Sem apoio	NA	NA	NA	NA	116	100,0	NA	NA	NA	NA	42	100,0
Total de famílias com algum tipo de apoio	312*	70,0	134	30,0	446	100,0	452*	87,9	62	12,1	514	100,0
TOTAL	NA	NA	NA	NA	562	100,0	NA	NA	NA	NA	556*	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA 3.16 - NÚMERO DE ACESSOS AOS APOIOS DE MORADIA, INSTALAÇÃO SANITÁRIA, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E FOMENTO, SEGUNDO A CONCLUSÃO DA OBRA E A CONDIÇÃO DE USO - PARANÁ - 2000 E 2005

TIPO DE APOIO	2000						2005					
	Receberam e Concluíram		Receberam e não Concluíram		TOTAL		Receberam e Concluíram		Receberam e não Concluíram		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Moradia	218	68,6	100	31,4	318	100,0	397	94,5	18	4,3	420	100,0
Saneamento básico	172	67,2	84	32,8	256	100,0	340	92,4	26	7,1	368	100,0
Abastecimento de água	125	66,1	64	33,9	189	100,0	244	86,2	38	13,4	283	100,0
Fomento agrícola	NA	NA	NA	NA	225	NA	NA	NA	NA	NA	335	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.17 - ESTABELECIMENTOS SEGUNDO LOCALIZAÇÃO DA FONTE DE ÁGUA QUE OS ABASTECE E CONDIÇÃO DE ADEQUAÇÃO - PARANÁ - 2000 E 2005

LOCALIZAÇÃO DA FONTE DE ÁGUA	ESTABELECIMENTOS									
	2000					2005				
	Adequada		Inadequada		TOTAL	Adequada		Inadequada		TOTAL
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	Abs.	%	Abs.	%	Abs.
Dentro do estabelecimento	232	67,8	110	32,2	342	165	49,8	166	50,2	331
Fora do estabelecimento	159	72,3	61	27,7	220	179	77,5	52	22,5	231
TOTAL	391	69,6	171	30,4	562	344	61,2	218	38,8	562

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.18 - ESTABELECIMENTOS QUE RECEBERAM E NÃO RECEBERAM APOIO PARA A ADEQUAÇÃO DA FONTE DE ÁGUA QUE OS ABASTECE, SEGUNDO ORIGEM E SITUAÇÃO DA OBRA EM 2000

ORIGEM DA FONTE	ESTABELECIMENTOS - 2000									
	Apoiado							Não Apoiado		
	Obra terminada			Obra não terminada			TOTAL (Abs.)	Não Apoiado		
	Adequado (%)	Inadequado (%)	Total (Abs.)	Adequado (%)	Inadequado (%)	Total (Abs.)		Adequado (%)	Inadequado (%)	TOTAL (Abs.)
Dentro do estabelecimento	90,4	9,6	73	47,4	52,6	38	111	64,1	35,9	231
Fora do estabelecimento	86,5	13,5	52	38,5	61,5	26	78	73,2	26,8	142
TOTAL	88,8	11,2	125	43,8	56,2	64	189	67,5	32,5	373

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.19 - ESTABELECIMENTOS QUE RECEBERAM E NÃO RECEBERAM APOIO PARA A ADEQUAÇÃO DA FONTE DE ÁGUA QUE OS ABASTECE, SEGUNDO ORIGEM E SITUAÇÃO DA OBRA EM 2005

ORIGEM DA FONTE	ESTABELECIMENTOS - 2005									
	Apoiado							Não Apoiado		
	Obra terminada			Obra não terminada			TOTAL (Abs.)	Não Apoiado		
	Adequado (%)	Inadequado (%)	Total (Abs.)	Adequado (%)	Inadequado (%)	Total (Abs.)		Adequado (%)	Inadequado (%)	TOTAL (Abs.)
Dentro do estabelecimento	82,8	17,2	145	45,5	54,5	22	312	67,1	32,9	164
Fora do estabelecimento	81,0	19,0	99	56,2	43,8	16	214	77,4	22,6	115
TOTAL	82,0	18,0	244	50,0	50,0	38	282	71,3	28,7	279*

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

NOTA: Uma unidade apoiada em abastecimento de água não foi incluída por não estar sendo usada em 2005.

TABELA A.3.20 - DOMICÍLIOS APOIADOS E NÃO APOIADOS, SEGUNDO A FINALIZAÇÃO DO APOIO RECEBIDO E O MATERIAL DE CONSTRUÇÃO UTILIZADO - PARANÁ - 2000 E 2005

MATERIAL UTILIZADO	DOMICÍLIOS APOIADOS									
	2000					2005				
	Receberam		Não Receberam	TOTAL		Receberam		Não Receberam	TOTAL	
	Terminaram	Não Terminaram		Abs.	%	Terminaram	Não Terminaram		Abs.	%
Madeira	132	61	180	373	66,4	236	6	103	345	62,1
Alvenaria	60	22	41	123	22	110	4	30	144	26
Misto	25	13	19	57	10,1	47	1	15	63	11,3
Outros	4	1	-	5	0,8	1	-	-	1	0,2
Materiais precários	-	-	4	4	0,7	-	-	2	2	0,4
TOTAL	221	97	244	562	100,0	394	11	150	(1)555	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

(1) Não corresponde ao total devido à não utilização do material por motivos diversos.

TABELA A.3.21 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DAS ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS - PARANÁ - 2000 E 2005

ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	ÁREA DO ESTABELECIMENTO PESQUISADO (ha)	
	2000	2005
	Média	7,5
Mediana	7,3	7,3
Q1	3,6	3,3
Q2	10,9	11,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.22 - TOTAL DE FOMENTO RECEBIDO PELOS BENEFICIÁRIOS, SEGUNDO O TIPO - PARANÁ - 1998-2005

TIPO DE FOMENTO	DECLARAÇÕES DE RECEBIMENTO									
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	TOTAL	
									Abs.	%
Corretivo e fertilizante	138	67	28	38	42	48	10	1	372	34,2
Semente	128	56	12	7	6	2	1	0	212	19,5
Utensílio agrícola	40	51	8	12	6	9	8	0	134	12,3
Implemento e equipamento	39	25	5	5	3	5	7	0	89	8,2
Agrotóxico	49	13		1	6	0	0	0	69	6,3
Benfeitoria	21	12	4	10	6	7	7	1	68	6,3
Animais	4	0	12	12	17	6	3	0	54	5,0
Mudas	10	7	4	3	3	4	1	0	32	2,9
Hora/máquina	5	6	4	3	4	2	0	0	24	2,2
Empr. comunitário	0	0	2	4	12	3	2	0	23	2,1
Implemento e equipamento mecânico	1	1	0	0	2	1	1	0	6	0,6
Benfeitoria	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0,3
Transformação de origem vegetal	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0,1
TOTAL (Abs.)	435	238	82	96	107	87	40	2	1.087	100,0
TOTAL (%)	40,0	21,9	7,5	8,8	9,8	8,0	3,7	0,2	100,0	-

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.23 - ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM APOIO/EMPRÉSTIMO ENTRE 2000 E 2005, SEGUNDO O FINANCIADOR - PARANÁ - 2005

FINANCIADOR	ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTO	
	Abs.	%
Pronaf	277	94,9
Outro programa	7	2,4
Outro financiador	8	2,7
TOTAL	292	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.24 - NÚMERO DE CRÉDITOS OBTIDOS PELOS ESTABELECIMENTOS EM 2000, SEGUNDO AS COMBINAÇÕES DE ATIVIDADES PRODUTIVAS, FINALIDADE DO CRÉDITO E ORGÃO FINANCIADOR - PARANÁ - 2000

FINANCIADOR	CRÉDITO OBTIDO PELOS ESTABELECIMENTOS EM 2000							
	Lavoura-criação-transformação		Lavoura-criação	Lavoura	Criação-transformação		TOTAL	
	Custeio	Investimento	Custeio	Custeio	Custeio	Investimento	Abs.	%
Banco do Brasil	80	5	40	17	0	0	142	55,4
Pronaf - Banco do Brasil	17	0	16	1	0	0	34	13,3
Pronafinho - Banco do Brasil	31	0	12	0	0	0	43	16,8
Cooperativa	15	0	7	0	0	0	22	8,6
Integradora	6	0	1	1	0	0	8	3,1
Outros bancos	3	0	0	0	1	0	4	1,6
Não declarado	2	0	0	0	0	1	3	1,2
TOTAL	154	5	76	19	1	1	256	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.25 - NÚMERO DE CRÉDITOS OBTIDOS PELOS ESTABELECIMENTOS EM 2005, SEGUNDO AS COMBINAÇÕES DE ATIVIDADES PRODUTIVAS, FINALIDADE DO CRÉDITO E ÓRGÃO FINANCIADOR - PARANÁ - 2005

FINANCIADOR	CRÉDITO OBTIDO PELOS ESTABELECIMENTOS EM 2005													
	Lavoura-criação-transformação		Lavoura-criação		Lavoura-transformação	Lavoura		Criação-transformação		Criação		Não produziu nada	TOTAL	
	Custeio	Invest.	Custeio	Invest.	Custeio	Custeio	Invest.	Custeio	Invest.	Custeio	Invest.	Invest.	Abs.	%
Banco do Brasil	92	29	57	19	1	17	4	1	1	2	4	2	229	78,4
Coop. Crédito	24	16	7	3	0	2	0	0	0	0	0	0	52	17,8
Integradora	1	1	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	9	3,1
Coop. Produção	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
BB e outro banco	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
TOTAL	118	47	68	25	1	19	4	1	1	2	4	2	292	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.26 - ESTABELECIMENTOS QUE TIVERAM ACESSO A CRÉDITO, QUE RECEBERAM OU NÃO ALGUM TIPO DE APOIO, SEGUNDO AS COMBINAÇÕES DE PRODUÇÃO - PARANÁ - 2000 E 2005

COMBINAÇÕES DE PRODUÇÃO	ACESSOU CRÉDITO											
	2000						2005					
	Recebeu apoio		Não recebeu apoio		Total		Recebeu apoio		Não recebeu apoio		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Lavoura	7	5,0	7	20,6	14	8,0	15	6,9	3	16,7	18	7,6
Criação	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	2,3	0	0,0	5	2,1
Lavoura-criação	43	30,7	13	38,2	56	32,2	74	33,9	2	11,1	76	32,2
Lavoura-transformação	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,5	0	0,0	1	0,4
Criação-transformação	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	1,8	1	5,6	5	2,1
Lavoura-criação-transformação	90	64,3	14	41,2	104	59,8	118	54,1	11	61,1	129	54,7
Não produz nada	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,5	1	5,6	2	0,8
TOTAL	140	100,0	34	100,0	174	100,0	218	100,0	18	100,0	236	100

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.27 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS COM E SEM PESSOAS COM OCUPAÇÃO FORA - PARANÁ - 2000 E 2005

ESTRATO DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS								TOTAL			
	Com Pessoas Ocupadas Fora				Sem Pessoas Ocupadas Fora							
	2000		2005		2000		2005		2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Menos de 1 ha	43	84,3	44	78,6	8	15,7	12	21,4	51	100,0	56	100,0
1 a menos de 2 ha	23	74,2	21	60,0	8	25,8	14	40,0	31	100,0	35	100,0
2 a menos de 5 ha	87	65,4	66	56,9	46	34,6	50	43,1	133	100,0	116	100,0
5 a menos de 10 ha	100	52,1	58	36,3	92	47,9	102	63,8	192	100,0	160	100,0
10 a menos de 20 ha	61	42,1	63	42,3	84	57,9	86	57,7	145	100,0	149	100,0
20 a menos de 50 ha	2	20,0	16	40,0	8	80,0	24	60,0	10	100,0	40	100,0
50 ha e mais	0	0,0	4	66,7	0	0,0	2	33,3	0	100,0	6	100,0
TOTAL	316	56,2	272	48,4	246	43,8	290	51,6	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.28 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO NÚMERO E IDADE DAS PESSOAS COM OCUPAÇÃO FORA DO ESTABELECIMENTO - PARANÁ - 2000 E 2005

ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	PESSOAS OCUPADAS FORA DO ESTABELECIMENTO (Idade - anos)	
	2000	2005
	Média	32
Mediana (50%)	32	34
1.º Quartil (25%)	21	22
3.º Quartil (75%)	42	45

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.29 - PESSOAS OCUPADAS FORA DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO GRUPO DE OCUPAÇÃO - PARANÁ - 2000 E 2005

GRUPO DE OCUPAÇÃO (CBO)	PESSOAS OCUPADAS FORA DO ESTADO			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Trabalhadores Agropecuários, Florestais, Caça e Pesca	373	73,0	252	59,4
Trab. dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados	54	10,6	71	16,7
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais	59	11,5	54	12,7
Técnicos de Nível Médio	10	2,0	16	3,8
Trabalhadores de Reparação e Manutenção	5	1,0	12	2,8
Trabalhadores de Serviços Administrativos	7	1,4	8	1,9
Membros das Forças Armadas, Policiais, Manutenção e Reparação	-	-	1	0,2
Ocupações Mal Especificadas	-	-	4	0,9
Não declarado	3	0,6	6	1,4
TOTAL	511	100,0	424	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.30 - ESTABELECIMENTOS SEGUNDO O ACESSO DE ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA À SEGURIDADE SOCIAL - PARANÁ - 2000 E 2005

SEGURIDADE SOCIAL	ESTABELECIMENTOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Com acesso à seguridade	174	31,0	251	44,7
Sem acesso à seguridade	388	69,0	311	55,3
TOTAL DOMICÍLIOS	562	100,0	562	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.31 - NÚMERO DE PRODUTORES QUE PARTICIPARAM DE ATIVIDADE COMUNITÁRIA E NÃO HAVIAM INICIADO AS ATIVIDADES EM 2005 - PARANÁ

ATIVIDADE	NÚMERO DE ESTAB. PARTICIPANTES	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Poço artesiano	2	44
Farinheira comunitária	2	44

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.32 - NÚMERO DE PRODUTORES QUE PARTICIPARAM DE ATIVIDADE COMUNITÁRIA E NÃO PARTICIPAVAM MAIS EM 2005 - PARANÁ

ATIVIDADE	NÚMERO DE ESTAB. PARTICIPANTES	ANO DE INÍCIO DA ATIVIDADE
Artesanato	2	2002
Lavoura	1	1988
Derivados de cana	1	2000
Criação de animais	1	2002

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

QUADRO A.3.1 - ATIVIDADES COMUNITÁRIAS QUE TIVERAM INCREMENTO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES, NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS PARTICIPANTES, ANO DE INÍCIO DAS ATIVIDADES, TOTAL DE PARTICIPANTES E ÂMBITO DE OUTROS APOIOS RECEBIDOS - PARANÁ - 2005

TIPO DE ATIVIDADE	N.º DE ESTAB. PARTICIPANTES	INÍCIO DAS ATIVIDADES	TOTAL DE PARTICIPANTES	ÂMBITO DOS OUTROS APOIOS
Derivados de leite	1	1994	Não declarado	Federal
Carvão	1	1990	20	Nenhum
Construção de barracão	1	2002	36	Prefeitura
Leite	5	1999	40	Nenhum
		2000	34	Nenhum
		2001	34	Nenhum
		2002	1	Estadual
		2003	35	Prefeitura

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

QUADRO A.3.2 - ATIVIDADES COMUNITÁRIAS QUE NÃO TIVERAM PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ 12 MESES, NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS PARTICIPANTES, ANO DE INÍCIO DAS ATIVIDADES, TOTAL DE PARTICIPANTES E ÂMBITO DE OUTROS APOIOS RECEBIDOS - PARANÁ - 2005

TIPO DE ATIVIDADE	N.º DE ESTAB. PARTICIPANTES	INÍCIO DAS ATIVIDADES	TOTAL DE PARTICIPANTES	ÂMBITO DOS OUTROS APOIOS
Leite	1	2000	4	Federal
Hortaliças	2	2005	5	Federal
		2005	11	
Beneficiamento de arroz	2	2002	24	Estadual
		1990	22	
Lavoura	5	2003	1	Prefeitura
		1995	3	Nenhum
		Não declarado	45	
		Não declarado	45	
		2000	3	
Artesanato	1	2004	25	Prefeitura
Farinha	1	-9	6	Nenhum
Derivados de cana-de-açúcar	1	2003	3	Nenhum

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.33 - PESSOAS PESQUISADAS QUE FIZERAM ALGUM CURSO NO PERÍODO 2000 E 2005 - PARANÁ

PESSOAS OCUPADAS FORA DO ESTABELECIMENTO	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Fizeram algum curso	197	10,1	208	10,7
Não fizeram curso	1.744	89,9	1.737	89,3
TOTAL	1.941	100,0	1.945	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.34 - PESSOAS QUE FREQUËNTARAM CURSOS, SEGUNDO O RECEBIMENTO OU NÃO DE ALGUM APOIO DO PROJETO NO ESTABELECIMENTO EM QUE RESIDE - PARANÁ - 2000 E 2005

PROJETO PARANÁ 12 MESES	ESTABELECIMENTOS COM PESSOAS QUE FREQUËNTARAM CURSOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Apoiados	97	80,8	133	96,4
Não apoiados	23	19,2	5	3,6
TOTAL	120	100,0	138	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.35 - TOTAL DE CURSOS FREQUENTADOS PELOS MEMBROS DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS, SEGUNDO INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA DO CURSO - PARANÁ - 2000 E 2005

INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA	TOTAL DE PESSOAS QUE FREQUENTARAM CURSOS			
	2000		2005	
	Abs.	%	Abs.	%
Emater	103	52,3	68	32,7
Emater e parceria	19	9,6	23	11,1
Sistema S	29	14,7	37	17,8
Prefeitura	13	6,6	27	13,0
Entidade educacional ⁽¹⁾	6	3,0	19	9,1
Cooperativa; integradora	11	5,6	9	4,3
ONG; associação; entidade religiosa	7	3,6	7	3,4
Indústria	-	-	5	2,4
Parceria federal/ estadual/ municipal	7	3,6	3	1,4
Sindicato	1	0,5	3	1,4
Outros	1	0,5	7	3,4
TOTAL	197	100,0	208	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

(1) Escolas públicas e particulares, de ensino regular e técnico, universidade e faculdade.

QUADRO A.3.3 - CURSOS FREQUENTADOS PELAS PESSOAS PESQUISADAS, SEGUNDO INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA E TIPO DE CURSO - PARANÁ - 2000-2005

continua

CURSO	INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA	
	2000	2005
Administração rural e capacitação	Emater	Cooperativa; integradora
	Emater e parceria	Emater
	ONG; associação; entidade religiosa	Emater e parceria
	Parceria federal/estadual/municipal	Entidade educacional
	Sistema S	Indústria
		ONG; associação; pastoral; comunidade religiosa
		Prefeitura
		Sindicato
Agente de saúde	-	Prefeitura
Agricultura	Emater	Cooperativa; integradora
	Emater e parceria	Emater
	Parceria federal/estadual/municipal	Emater e parceria
	Sistema S	Indústria
		ONG; associação; pastoral; comunidade religiosa
		Sindicato
Apicultura (transformação)	Emater	Sistema S
	Emater e parceria	
Aplicação de defensivos/ técnicas de aplicação de agrotóxicos	Cooperativa; integradora	Emater
	Emater	Sistema S
	ONG; associação; entidade religiosa	
	Prefeitura	
	Sistema S	
Artesanato e corte e costura	Cooperativa; integradora	Emater
	Emater	Emater e parceria
	ONG; associação; entidade religiosa	ONG; associação; pastoral; comunidade religiosa
	Parceria federal/estadual/municipal	Outros
	Prefeitura	Parceria federal/ estadual/ municipal
		Prefeitura
Derivados da cana	Emater	Emater
	Parceria federal/estadual/municipal	
Diversos	Emater	Emater e parceria
	Emater e parceria	Entidade educacional
	Outros	Outros
	Prefeitura	Prefeitura
	Sistema S	Sistema S

QUADRO A.3.3 - CURSOS FREQUENTADOS PELAS PESSOAS PESQUISADAS, SEGUNDO INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA E TIPO DE CURSO - PARANÁ - 2000-2005

conclusão

CURSO	INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA	
	2000	2005
Fabricação/transformação de alimentos	Cooperativa; integradora	Cooperativa; integradora
	Emater	Emater
	Emater e parceria	Emater e parceria
	ONG; associação; entidade religiosa	Prefeitura
	Parceria federal/estadual/municipal	Sistema S
	Sistema S	
Higiene e sanitária	Emater	Emater
	Emater e parceria	Prefeitura
	Sindicato	
Informática/computação	Entidade educacional	Cooperativa; integradora
		Entidade educacional
		ONG; associação; pastoral; comunidade religiosa
		Outros
		Parceria federal/ estadual/ municipal
		Prefeitura
Leite e laticínios	Emater	Cooperativa; integradora
	Parceria federal/estadual/municipal	Emater
	Sistema S	Emater e parceria
		Prefeitura
		Sistema S
Manejo e conservação	Emater	Emater
		Emater e parceria
		Indústria
		Sistema S
Pecuária	Emater	Sistema S
	Sistema S	-
Pesca	Emater	-
Saúde	Emater	Entidade educacional
	Prefeitura	Parceria federal/ estadual/ municipal
Serviços na agricultura	Emater	Emater e parceria
	Emater e parceria	Entidade educacional
	Sistema S	ONG; associação; pastoral; comunidade religiosa
		Outros
		Prefeitura
		Sistema S

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

QUADRO A.3.4 - PESSOAS COM OCUPAÇÃO FORA DO ESTABELECIMENTO QUE FREQUENTARAM CURSOS, SEGUNDO TIPO DE OCUPAÇÃO (CBO) E CURSO FREQUENTADO - PARANÁ - 2000

TIPO DE OCUPAÇÃO	CURSO FREQUENTADO	TOTAL DE PESSOAS
Técnicos de Nível Médio	Diversos	1
Trabalhadores de Serviços Administrativos	Informática/computação	1
Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados	Agricultura	1
	Diversos	4
	Leite e laticínios	2
	Pecuária	1
	Saúde	1
Trabalhadores Agropecuários, Florestais, Caça e Pesca	Administração rural e capacitação	9
	Agricultura	9
	Apicultura (transformação)	2
	Aplicação de defensivos/técnicas de aplicação de agrotóxicos	5
	Artesanato e corte e costura	2
	Fabricação/transformação de alimentos	6
	Higiene e sanitária	2
	Informática/computação	2
	Leite e laticínios	1
	Manejo e conservação	2
	Pecuária	2
	Pesca	4
	Serviços na agricultura	4
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais	Agricultura	4
	Aplicação de defensivos/técnicas de aplicação de agrotóxicos	1
	Artesanato e corte e costura	4
	Diversos	2
	Manejo e conservação	1
	Pecuária	1
Trabalhadores de Reparação e Manutenção	Agricultura	1
	Diversos	1
	Serviços na agricultura	1
TOTAL		77

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

QUADRO A.3.5 - PESSOAS COM OCUPAÇÃO FORA DO ESTABELECIMENTO QUE FREQUENTARAM CURSOS, SEGUNDO TIPO DE OCUPAÇÃO (CBO) E CURSO FREQUENTADO - PARANÁ - 2005

TIPO DE OCUPAÇÃO	CURSO FREQUENTADO	TOTAL DE PESSOAS
Técnicos de Nível Médio	Administração rural e capacitação	2
	Diversos	1
	Agente de saúde	1
	Informática/computação	1
	Saúde	1
Trabalhadores de Serviços Administrativos	Informática/computação	2
	Administração rural e capacitação	1
	Fabricação/transformação de alimentos	1
	Agricultura	1
Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados	Administração rural e capacitação	1
	Agricultura	2
	Artesanato/corte e costura	2
	Derivados de cana	1
	Diversos	3
	Fabricação/transformação de alimentos	3
	Higiene e sanitária	1
	Informática/computação	3
	Manejo e conservação	1
Trabalhadores Agropecuários, Florestais, Caça e Pesca	Administração rural e capacitação	6
	Agricultura	8
	Apicultura (transformação)	1
	Artesanato/corte e costura	3
	Fabricação/transformação de alimentos	3
	Leite e laticínios	5
	Manejo e conservação	2
	Serviços na agricultura	4
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais	Agricultura	3
	Artesanato/corte e costura	1
	Informática/computação	3
	Serviços na agricultura	1
Trabalhadores de Reparação e Manutenção	Diversos	1
TOTAL		69

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

TABELA A.3.36 - PESSOAS PESQUISADAS QUE FREQUENTARAM CURSOS,
SEGUNDO O ANO DE REALIZAÇÃO - PARANÁ - 1997-2005

ANO DE REALIZAÇÃO	TOTAL DE PESSOAS QUE FREQUENTARAM CURSOS	
	Abs.	%
1997	11	2,7
1998	76	18,8
1999	106	26,2
2000	28	6,9
2001	25	6,2
2002	29	7,2
2003	40	9,9
2004	36	8,9
2005	52	12,8
Não declarado	2	0,5
TOTAL	405	100,0

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER

SEÇÃO 4

GRÁFICO A.4.1 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS QUE COMERCIALIZARAM PRODUTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO A PRINCIPAL FONTE COMPRADORA - PARANÁ - 2000 E 2005

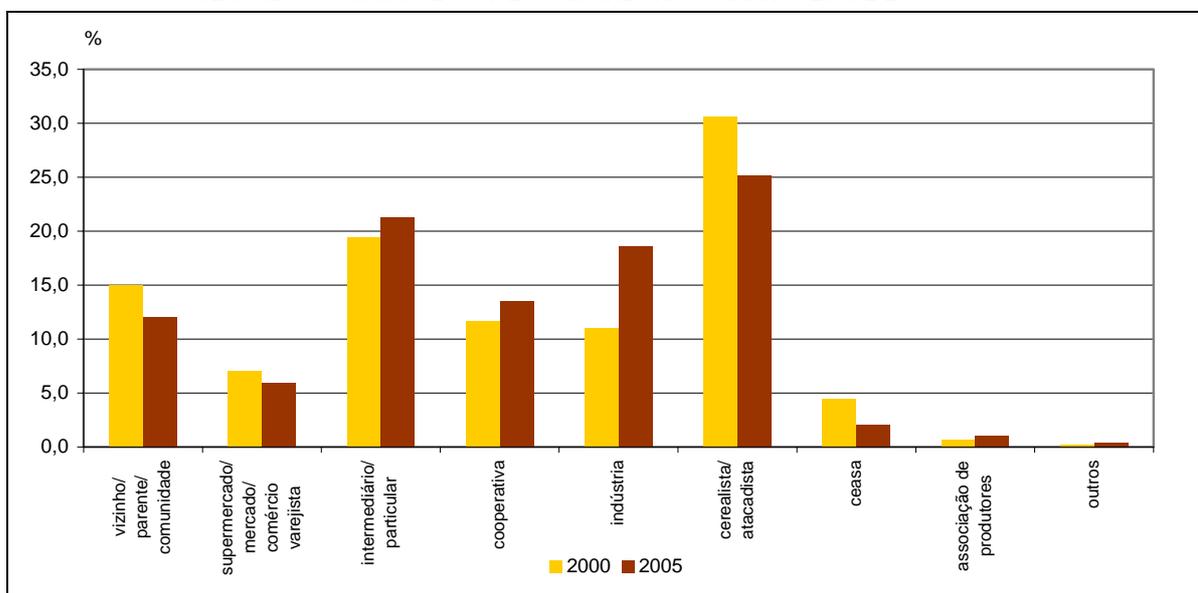
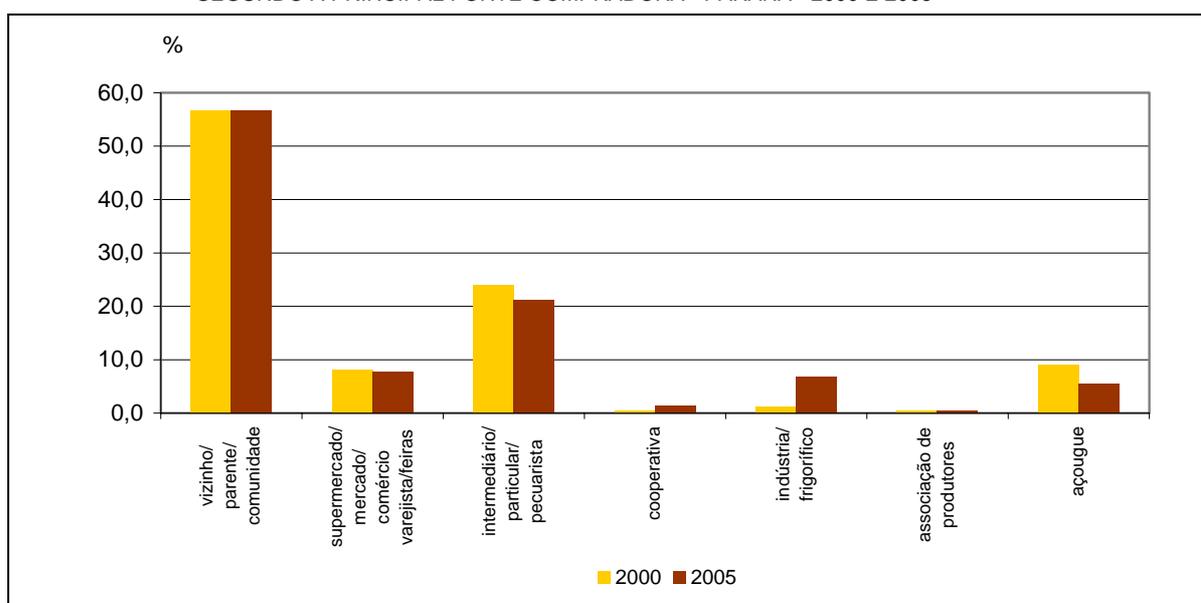
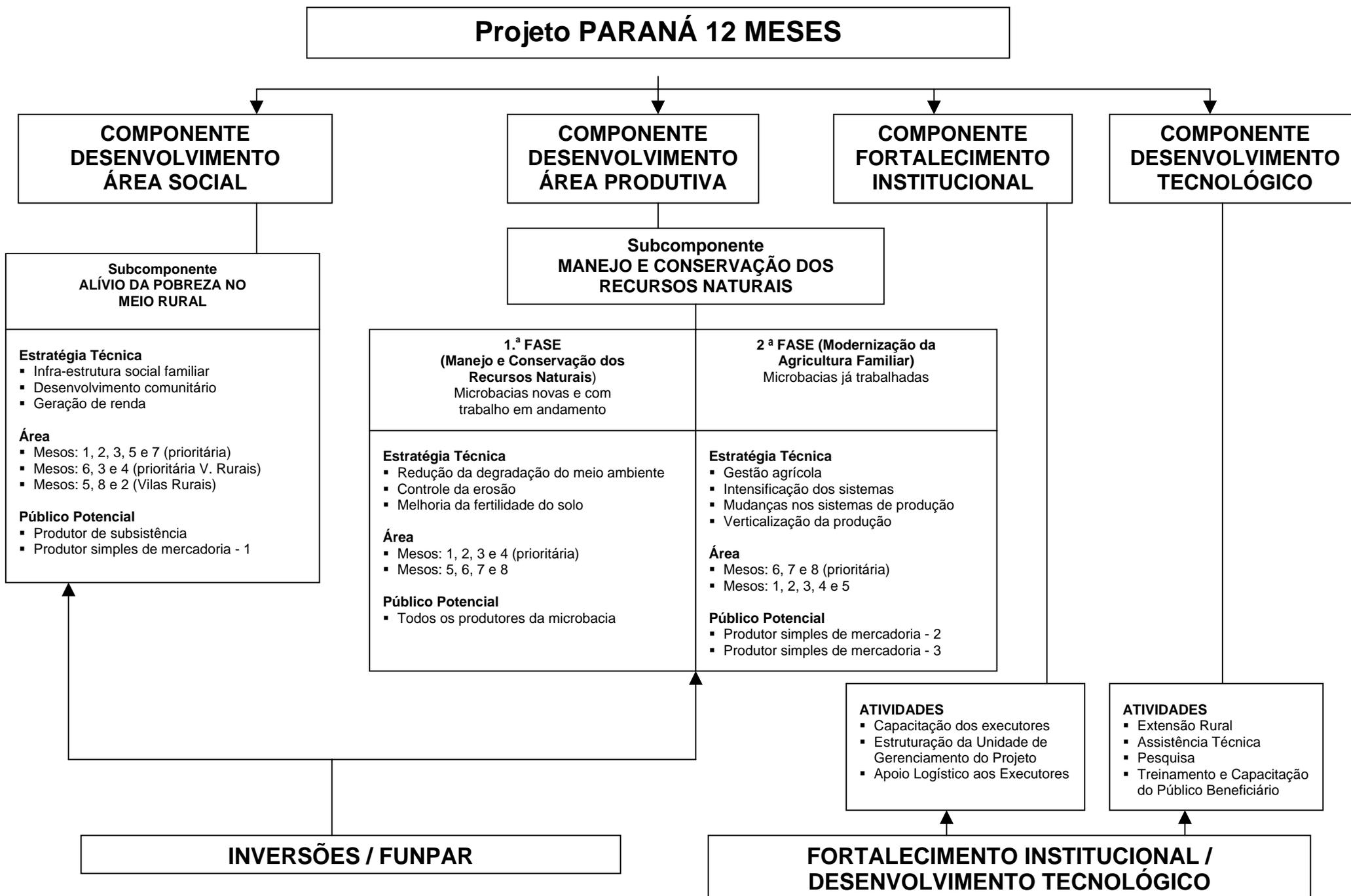


GRÁFICO A.4.2 - ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS QUE COMERCIALIZARAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, SEGUNDO A PRINCIPAL FONTE COMPRADORA - PARANÁ - 2000 E 2005



ANEXO 1 - ORGANOGRAMA DO PROJETO PARANÁ 12 MESES

FIGURA 1 - ESTRUTURA DO PROJETO PARANÁ 12 MESES



**ANEXO 2 - SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO
FÍSICO-FINANCEIRO DE PROJETOS (SAFF)**

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – PROJETO PARANÁ 12 MESES

Relatório de Limites de Apoio

Subcomponente: COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL (Comunidades)

continua

PRÁTICA		UNID.	APOIO COLETIVO	CLASSIF.	PERC. APOIO (%)	LIMITE ⁽¹⁾
1088	Fomento à pesca - carreta manual embarcação	UN	Não	PA/PP1	100	500,00
1089	Fomento à pesca - aquisição embalagens isotérmicas	UN	Não	PA/PP1	100	210,00
1090	Fomento à pesca - apetrechos	UN	Não	PA/PP1	100	1.800,00
1091	Fomento à pesca - cultivos marinhos	UN	Não	PA/PP1	100	4.900,00
1092	Fomento à pesca - reforma de embarcações	UN	Não	PA/PP1	100	2.800,00
1093	Fomento à pesca - peças de reposições para embarcações	UN	Não	PA/PP1	100	2.100,00
1094	Fomento à pesca - motores de embarcações e acessórios	UN	Não	PA/PP1	100	5.600,00
1095	Fomento à pesca - aquisição de embarcações e acessórios	UN	Não	PA/PP1	100	5.600,00
1096	Fomento à pesca - aquisição de freezer	UN	Não	PA/PP1	100	1.200,00
1097	Fomento à pesca - equipamentos de segurança pessoal	UN	Não	PA/PP1	100	280,00
1098	Fomento agrícola na comunidade - sementes forrageiras	UN	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1099	Fomento agrícola na comunidade - semente deslindada algodão	UN	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1107	Eletrificação - Rede distribuição residencial 400 metros	UN	Não	PA/PP	100	4.700,00
				PS/PSM1	100	4.700,00
1110	Melhoria de moradias	UN	Não	PA/PP	100	2.500,00
				PS/PSM1	100	2.500,00
1111	Água e esgoto	UN	Não	PA/PP	100	1.500,00
				PS/PSM1	100	1.500,00
1113	Galpão comunitário - comunidade	UN	Sim	Grupo IV PA/PP1	100	21.200,00
				PS/PSM1		21.200,00
1118	Fomento agrícola coletivo - comunidade	UN	Sim	Grupo IV PS/PSM1	100	30.000,00
1119	Empreendimento comunitário não agrícola intra-prop. - comunidade	UN	Sim	Grupo IV PS/PSM1	100	21.200,00
1120	Empreendimento comunitário não agrícola extra-prop. - comunidade	UN	Sim	Grupo IV PA/PP1	100	21.200,00
				PS/PSM1	100	21.200,00
1125	Fomento agrícola na comunidade - análise de solo	UN	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1127	Fomento agrícola na comunidade - adubos e fertilizantes	kg	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1130	Fomento agrícola na comunidade - sementes de hortaliças	g	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1133	Fomento agrícola na comunidade - mudas de hortaliças	UN	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1134	Fomento agrícola na comunidade - mudas de café	UN	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1135	Fomento agrícola na comunidade - mudas de frutíferas	UN	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1136	Fomento agrícola na comunidade - mudas de essências florestais	UN	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1137	Fomento agrícola na comunidade - agrotóxicos	UN	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1138	Fomento agrícola na comunidade - práticas conservacionistas	H/M	Não	PS/PSM1	100	2.100,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – PROJETO PARANÁ 12 MESES

Relatório de Limites de Apoio

Subcomponente: COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL (Comunidades)

continua

PRÁTICA		UNID.	APOIO COLETIVO	CLASSIF.	PERC. APOIO (%)	LIMITE ⁽¹⁾
1139	Fomento agrícola na comunidade - animais de serviço	UN	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1140	Fomento agrícola na comunidade - animais de produção	UN	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1141	Fomento agrícola na comunidade - implementos agrícolas	UN	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1142	Fomento agrícola na comunidade - utensílios agrícolas	UN	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1143	Fomento agrícola na comunidade - pequenas construções rurais	UN	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1144	Fomento agrícola na comunidade - sistema de irrigação	UN	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1146	Fomento agrícola na comunidade - mudas de cana-de-açúcar	Mud.	Não	PS/PSM1	100	2.100,00
1168	Empreend. Comunit. Agríc. Intra-prop. - sist. de irrigação comunidade	UN	Sim	Grupo IV PS/PSM1	100	21.200,00
1169	Empreend. Comunitário Agríc. Intra-prop. - lavouras - comunidade	UN	Sim	Grupo IV PS/PSM1	100	21.200,00
1170	Empreend. Comunitário Agríc. Intra-prop. - pecuária - comunidade	UN	Sim	Grupo IV PS/PSM1	100	21.200,00
1171	Empreend. Comunitário Agríc. Intra-prop. - prod. florestal - comunidade	UN	Sim	Grupo IV PS/PSM1	100	21.200,00
1172	Empreend. Comunitário Agríc. Intra-prop. - minhocultura - comunidade	UN	Sim	Grupo IV PS/PSM1	100	21.200,00
1173	Empreend. Comunitário Agríc. Intra-prop. - máq/equip. - comunidade	UN	Sim	Grupo IV PS/PSM1	100	21.200,00
1176	Empreend. Comunitário Agríc. Extra-prop. - beneficiamento - comunidade	UN	Sim	Grupo IV PS/PSM1	100	35.000,00
1178	Empreend. Com. Agríc. Extra-prop. - transf. prod. Origem animal - comunidade	UN	Sim	Grupo IV PS/PSM1	100	21.200,00
1179	Empreend. Com. Agríc. Extra-prop. - transf. prod. florestais - comunidade	UN	Sim	Grupo IV PS/PSM1	100	21.200,00
1180	Empreend. Com. Agríc. Extra-prop. - prest. serv. agrícolas - comunidade	UN	Sim	Grupo IV PS/PSM1	100	21.200,00
1181	Empreend. Com. Agríc. Extra-prop. - lavadouro hortaliças - comunidade	UN	Sim	Grupo IV PS/PSM1	100	21.200,00
1182	Empreend. Com. Agríc. Extra-prop. - armaz.cura/cons.cebola/alho - comunidade	UN	Sim	Grupo IV PS/PSM1	100	21.200,00
1990	Assistência Técnica Privada (Individual - Pobreza - Comunidades)	UN	Não	PA/PP1	100	7.800,00
				PS/PSM1	100	7.800,00

SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeiro de Projetos

SEAB – 12 Meses

(1) Valor monetário máximo.

Valores praticados a partir de abril de 2002.



INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 Bloco 2 Santa Cândida Curitiba/PR
CEP 82630-900 Tel.: (41)3351-6345 Fax (41)3351-6347
www.ipardes.gov.br ipardes@ipardes.gov.br